

GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Evento: Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas-MG

Local:

Município:

Data: 27/6/2011

Horário: 14 horas

Folhas: 152

Duração: 5h15min

Presidente: Deputado Federal Reginaldo Lopes

Coordenadores: Deputado Federal Weliton Prado

Deputado Federal Leonardo Quintão

Deputados Estaduais: Deputado Durval Ângelo

Deputado Carlos Mosconi

Deputado Doutor Viana

Deputado Fábio Cherem

Deputados Federais: Deputado Federal Eros Biondini

Deputado Federal Geraldo Thadeu

Deputado Federal Givaldo Carimbão

Participantes: Sra. Regina Neves

Sra. Dalvineide de Almeida

Sr. David Stanley Bonfim Dias

Sr. Elias Murad

Subsecretário Cloves Benevides

Cap. Ferraz

Juíza Valéria Rodrigues

Pastor Wellington Vieira

Sra. Roseli Barcelos

Vereador Waldemar Antônio Lemes Filho

Sr. Giovanni Alessandro Silva

Vereador Geraldo Félix

Vereador Hugo Tomé

Sra. Clarise Fernandes da Silva

Sr. Giovanni Alexandre Silva

Sr. Wellington Rodrigo Aguilar

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 2

O Deputado Durval Ângelo - Boa tarde a todos e a todas

presentes, especialmente aos Deputados Federais e aos representantes das comunidades terapêuticas que vieram participar desta reunião. Faço uma saudação especial aos membros da Câmara dos Deputados por criarem uma Comissão para debater no País as políticas públicas de combate às drogas. É positivo que o Poder Legislativo Federal esteja presente nesta discussão. Faço uma saudação muito especial ao Presidente desta Comissão, Deputado Federal Reginaldo Lopes, que tem andado por este país todo para debater essa temática. Na semana passada, na terça-feira, estivemos juntos em Brasília, quando fui expor algumas ações da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa em apoio às comunidades terapêuticas e também em uma ação educativa em relação à questão das drogas. Com muita alegria, recebemos o Deputado Federal Reginaldo Lopes, que também é Presidente do PT em Minas Gerais, o Deputado Federal Leonardo Quintão e o Deputado Weliton Prado, que são os coordenadores deste seminário. Para nós, é uma alegria muito grande, pois eles são ex-colegas Deputados Estaduais, que já demonstraram a seriedade do seu trabalho e a preocupação em relação a essas temáticas sociais, particularmente no que diz respeito a essa chaga social tão profunda, que é o problema das drogas. Faço também uma saudação ao Deputado Federal Geraldo Thadeu, relator do seminário, e ao Deputado Federal Eros Biondini, que também foi nosso colega nesta Casa e tem atuado muito junto às comunidades terapêuticas. Ele mesmo realiza um trabalho pessoal significativo de dedicação e de oferta do seu ministério a

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 3

essa área da prevenção, do tratamento e da cura dos dependentes de drogas. O Deputado Federal Eros Biondini é o Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Entidades Terapêuticas e Apacs do Congresso Nacional. As Apacs daqui são do sistema prisional. Tenho algumas ideias boas para essa associação.

Desde que assumi meu mandato de parlamentar nesta Casa, já há quase duas décadas, tenho acompanhado cinco clínicas, comunidades terapêuticas para toxicodependentes. Essas comunidades se organizam em função da carência de leitos por parte do governo, seja federal, seja estadual, e também em razão de uma carência total do Estado enquanto ente municipal. Temos visto a luta dessas comunidades terapêuticas para conseguirem manter suas entidades. Muitas vezes temos de contar com parcerias com algum Juiz que tenha uma visão social - está presente a Dra. Valéria - e um compromisso com a causa, para que destine penas pecuniárias para a manutenção dessas clínicas. Se não fosse o Poder Judiciário, não conseguiríamos mantê-las. É interessante verificar que, há quatro anos, faltava alimento em uma clínica feminina que acompanhamos em Caetanópolis. Ao ligar para a Juíza local, ela disse: "Deputado, mandarei os homens da polícia para as ruas esta noite, para tentarmos apreender algum caminhão de carvão ilegal, a fim de destinarmos a carga para a comunidade terapêutica". E ela fez isso à noite para que tivessem condições de, depois de dois dias, dispor de alimento para a manutenção da clínica. Dra. Valéria, se não fosse essa parceria, com toda certeza não teríamos condições de tocar esse trabalho. Em muitos lugares, verificamos essa

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 4

sensibilidade do Judiciário, que tem permitido que o trabalho seja realizado.

Estão presentes autoridades da polícia e do meio político. Obtivemos um dado, na última Comissão Especial da Execução das Penas desta Casa, há um ano e meio, que nos assustou. Estávamos presentes eu, como relator, e o Deputado João Leite, como Presidente. Tentamos mensurar o impacto da questão das drogas no sistema carcerário, causando um inchaço. Das várias audiências que realizamos, uma foi específica sobre esse tema. No "site" da Assembleia Legislativa, há um relatório, que é o melhor diagnóstico do sistema carcerário e do trabalho de execução de penas do Brasil. Ele foi elaborado a várias mãos, por nós, pela Consultoria, pela assessoria, por entidades e pelo Poder Judiciário. O Desembargador Herbert Carneiro acompanhou a Comissão desde o início, e a Secretaria contribuiu muito. O dado que nos assustou foi o que trata da relação prisão-drogas. A Secretaria de Defesa Social, na época em que havia 49.750 encarcerados em Minas Gerais, apresentou um dado segundo o qual passava de 80% o índice de encarceramento em razão das drogas. É lógico que não havia esse número de condenados por leis específicas associadas ao tráfico ou a outro crime correlato, mas aos crimes cometidos sob o efeito das drogas. O trabalho foi tão sério que envolveu até as drogas chamadas lícitas. Essa estatística realmente estarreceu toda a Comissão.

Constatamos que o problema é mais grave do que pode parecer. Quando discutimos essa questão, gosto muito de me reportar a uma pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas, com cerca de 30 mil

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 5

peçoas, em 2007, e a uma pesquisa recente, realizada, no ano passado, pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, com 18 mil universitários das 27 Capitais do Brasil. Em Belo Horizonte, as maiores universidade foram pesquisadas, e o dado obtido é estarrecedor. O perfil do consumidor de drogas é: pessoa branca, pertencente às classes A e B e com ensino médio e superior. Quando nos reportamos aos presos de Minas Gerais, constatamos que 70% têm ensino fundamental, a maioria incompleto, e um terço é analfabeto. A Secretaria apresentou uma estatística e a Fundação Getúlio Vargas definiu o perfil do usuário de drogas, do consumidor, mas, quando tiramos uma radiografia do sistema carcerário, notamos que vão para a cadeia os três pês: pobre, preto e prostituta.

Como Deputado Estadual, socorri o Deputado Eros Biondini por mais de uma vez, com o auxílio de uma Juíza de grande sensibilidade social, de Lagoa Santa, que, ao invés de prender, decretou o tratamento na clínica que o Deputado Federal acompanhava e com a qual trabalhava. Diga-se de passagem, no primeiro contato com a Juíza, ela disse: "Se for para a cadeia, o problema não será resolvido, mas, se for para a clínica, tenho esperança na recuperação". E essa pessoa já está recuperada. Essa foi a sensibilidade da própria Juíza, que ainda continua naquela cidade. O Desembargador Nelson Missias nos ajudou nessa conversa.

Parabenizamos a Comissão por estar aqui. Passarei a Presidência dos trabalhos ao Deputado Federal Reginaldo Lopes, Presidente da Comissão. Eu, o Deputado Doutor Viana, o Deputado Célio

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 6

Moreira e a Assembleia Legislativa como um todo estamos à disposição para essa parceria com a Comissão federal. Amanhã, às 14 horas, discutiremos o problema do "crack", em uma mobilização das comunidades terapêuticas. Na quarta-feira, às 11 horas, o Instituto Minas pela Paz, na Fiemg, lançará uma campanha estadual em relação ao "crack". Amanhã, apresentaremos sugestões, para, com esse instituto e a Fiemg, fazermos o encaminhamento, na quarta-feira, às 11 horas, na sede dessa federação. Como parlamentar que está à frente de entidade parceira do evento, tomo a liberdade de já convidar todos os presentes para essa reunião. Passo a Presidência ao Deputado Federal Reginaldo Lopes, para as suas considerações iniciais. Na sua ausência, passo a Presidência ao Deputado Federal Leonardo Quintão, que é o coordenador do evento, para as suas considerações iniciais.

O coordenador (Deputado Federal Leonardo Quintão) -

Agradeço a todos a presença. Serei breve, pois sabemos que todos têm compromissos. Agradeço, especialmente, a presença do Subsecretário de Políticas Antidrogas, Sr. Cloves Benevides. Seja bem-vindo. O senhor é nosso amigo. Conhecemos o trabalho que tem desenvolvido à frente da Secretaria de Defesa Social. O nosso Presidente Reginaldo Lopes chegou. Passarei a palavra a ele para que possa fazer a sua saudação. Logo após, iniciaremos o nosso debate. Com a palavra, o Deputado Federal Reginaldo Lopes, para as suas considerações iniciais.

O Sr. Presidente (Deputado Federal Reginaldo Lopes) -

Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento os nossos coordenadores no Estado, responsáveis pelo debate sobre esse tema com a sociedade

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 7

mineira, o Deputado Leonardo Quintão, o Deputado Weliton Prado e o Deputado Federal Geraldo Thadeu, a quem agradeço a participação. Faço uma saudação especial ao meu relator, companheiro Deputado Federal Givaldo Carimbão, que é mais nosso incentivador espiritual que relator desse tema das drogas no Brasil. Saúdo os convidados e os Deputados presentes.

Saúdo o Coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades Terapêuticas Acolhedoras, Preparatórias e Apacs - faço aqui uma saudação especial ao Deputado Eros Biondini -; o Deputado Durval Ângelo, meu amigo, companheiro e Secretário-Geral do PT; o Doutor Viana, companheiro e amigo Deputado; o Elias, professor de todos nessa causa sobre drogas - é uma honra recebê-lo em nossa Comissão -; e os demais convidados.

Declaro instalados os nossos trabalhos em Minas Gerais. Estamos vivendo um momento ímpar, um momento único na história do nosso país em relação ao tema enfrentamento às drogas, que contou com grandes lutadores, como o Prof. Elias Murad, a sociedade civil e comunidades terapêuticas, mas sempre de maneira isolada. É a primeira vez que conseguimos organizar um debate com uma presença firme e forte. Uma comissão vai propor um conjunto de políticas de Estado para enfrentamento às drogas no Brasil, a qual foi constituída pela Câmara dos Deputados. Estamos à frente dessa tarefa na condição de Presidente, e o nosso companheiro Carimbão como relator. E não estamos isolados: há uma forte mobilização da sociedade civil em torno desse debate, e dele tem participado ativamente. A sociedade

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 8

civil se mobilizou em todos os eixos para os quais estamos propondo estabelecer políticas de Estado. Temos também o compromisso, o comprometimento, a cumplicidade da nossa Presidenta Dilma Rousseff, que acompanha todo esse processo de debate e já deliberou aos seus Ministros constituir essa política integrada. Já houve reuniões, na quarta-feira, com as comunidades terapêuticas, para reconhecê-las como entidades de interesse relevante para a saúde pública do Brasil. Democratizar esse debate e convidar a sociedade para dele participar é fundamental, porque temos a certeza de que, ao final de toda essa tarefa, de todo esse envolvimento da sociedade brasileira, produziremos um conjunto de ações legislativas e um conjunto de políticas públicas que serão implementadas pelo governo federal, pelos governos estaduais e municipais. Por isso, vivenciamos um momento histórico no Brasil em relação às drogas.

A ideia desta audiência é produzir propostas para os cinco eixos em que serão estruturadas as políticas no Brasil. O primeiro eixo, o mais importante, é a prevenção. Lamentavelmente, ainda não há uma política do tamanho do Brasil para prevenção de drogas. Existem experiências isoladas da sociedade civil e o Proerd, da Polícia Militar, que não é uma experiência tão isolada - talvez, do ponto de vista da capilaridade em nosso país, seja o maior programa de combate a drogas, pois é bem-estruturado e produz resultados extraordinários. Fora esse programa, todas as experiências são isoladas; ainda não estabelecemos uma política de Estado.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 9

Enfrentamos dificuldade para estabelecer uma política de formação de educadores, mas a rede pública de educação e os agentes do Saúde da Família - são 300 mil, um exército - poderiam ser um forte aliado no diálogo com as famílias no que tange a combate às drogas. Esse exército não está incluído nessa proposta até porque seus componentes acham que, ao fazer esse encaminhamento, estariam entrando em conflito com os traficantes. Como essa política não está estruturada, eles não foram formados nem preparados para atuar nessa área. Essa é a grande tarefa. Reconheço que a Presidenta Dilma já deu um passo importante ao criar 49 centros de referência na formação de profissionais para lidar com a questão das drogas no Brasil e envolver 46 universidades federais para enfrentamento do "crack" e de outras drogas ilícitas. Esse programa tem por meta, neste ano, formar 15 mil profissionais. Essa ação da Presidenta da República, que transformará nossas universidades em centros de referência, ajudará - e muito - na política de prevenção e de enfrentamento.

O segundo eixo é o tratamento e o acolhimento. Esse eixo precisa integrar o conjunto de equipamentos públicos já existentes, melhorar o financiamento e ampliar a rede, mas já existe um sistema organizado a partir dos CAPS, dos hospitais psiquiátricos e, em especial, das comunidades acolhedoras terapêuticas. Precisamos, com os Cras e os Creas, integrar esse conjunto numa política mais sistêmica, numa política mais de Estado, para promovermos uma grande ação de acolhimento e tratamento.

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 10

Talvez o nosso terceiro eixo seja o grande desafio: a reinserção e a requalificação profissional. Não há ainda no Brasil uma experiência relativa a requalificação. Existe, junto às comunidades terapêuticas, algo do ponto de vista da terapia ocupacional. Portanto, temos a tarefa de construir uma política nesse eixo.

O quarto eixo é a repressão. A ideia é que essa discussão jogue luz no debate sobre a questão da repressão, que é uma tarefa enorme. E é evidente que, desse ponto de vista, há quase um consenso na Comissão de que a maior política a ser construída no Brasil é a repressão nas suas fronteiras. O Brasil não produz coca e, muito pouco, maconha, mas há uma política desarticulada nas fronteiras brasileiras, em especial nas fronteiras com a Colômbia, o Peru, o Paraguai e a Bolívia. Precisamos fortalecer a política de repressão de fronteiras com o intuito de diminuir o fluxo de drogas no nosso país. A Presidenta Dilma anunciou um programa integrado que necessita de recursos, equipamentos e inteligência. A Comissão da Câmara dos Deputados vai utilizar-se da chamada diplomacia parlamentar. Estamos organizando um grupo de Deputados - convidaremos a sociedade civil para nos acompanhar - para uma visita aos Parlamentos, a fim de acertarmos as ações a serem executadas entre eles, do ponto de vista de repressão a uso de droga e ao narcotráfico.

E o quinto eixo é a legislação. É necessário ou não mudar a legislação brasileira? Esse debate deve ser feito. Acredito que não é o principal, mas, nos últimos dias, com o documentário, o filme

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 11

"Quebrando o Tabu", que apresenta um depoimento do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, esse tema ganhou força na mídia. Sempre que o debatemos, entramos na discussão sobre a descriminalização e se a legislação precisa ser alterada. Entendemos que a Lei nº 11.343/2006, caso seja regulamentada em alguns de seus artigos, serve ao momento atual do Brasil, porque ainda não constituímos esse conjunto de políticas de prevenção, reinserção e tratamento. Qualquer outro passo poderia ser inseguro, do ponto de vista de resultado.

Debati o assunto com o meu amigo Cloves Benevides. Acho que deveríamos aprofundar-nos na lei da despenalização de usuários. Hoje não faz mais sentido todos os atos infracionais de usuários ir para o Poder Judiciário. Acredito que poderíamos, a partir da tipificação da substância, do volume que cada usuário portar, retirar essa parte do Poder Judiciário, criar uma comissão mais ligada à saúde pública, para que o usuário que assumisse o compromisso com um tratamento ter o seu processo arquivado e a sua conduta apagada. Esse é um debate que também queremos aprofundar com a sociedade.

Há outros temas, como a Lei do Incentivo para entidades que trabalham com prevenção, acolhimento e tratamento. A Lei nº 11.343 já determina, em sua disposição transitória, que é permitida a Lei de Incentivo Fiscal do Estado, da União, dos Municípios e do Distrito Federal, mas ela não está regulamentada. A partir desse eixo de legislação, queremos produzir um conjunto de regulamentação da própria Lei nº 11.343. Essas são as minhas contribuições. Desejo-lhes um forte debate, bastante polêmico, para quebrarmos o silêncio e

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 12

rompermos preconceitos e tabus, a fim de avançarmos nessa política de querer ver o Brasil livre de drogas. (- Palmas.)

O coordenador - Obrigado, Deputado Reginaldo Lopes. Parabenizo V. Exa. e o Deputado Carimbão, que tem uma história nesse assunto, que, em seu sétimo mandato, defende essa comissão. A Presidenta Dilma quer fazer o trabalho, mas precisa de subsídios, e nada melhor que o Parlamento para trazê-los da sociedade para a nossa Presidenta. Na semana retrasada, nossa Presidenta iria receber as comunidades terapêuticas por 20 minutos e acabou ficando 2h30min ouvindo as experiências descritas.

Reginaldo, estão aqui duas mães que foram convidadas, embora não estejam inseridas no nosso programa. Pergunto aos Deputados se é possível dar-lhes a palavra por 2 minutos, para que relatem a sua experiência dentro de seus lares. (- Pausa.)

Passo a palavra ao Deputado Weliton Prado, para que faça sua saudação inicial.

O coordenador (Deputado Federal Weliton Prado) - Boa tarde a todos e a todas! Serei bem breve, mas não poderia deixar de parabenizar cada um e cada uma de vocês, pois vejo que aqui há verdadeiros militantes em defesa da vida. Cumprimento todos em nome dos membros da Mesa: o Carimbão, pessoa que aprendi a admirar, cujo coração é do tamanho do mundo e que dedica o seu mandato ao combate às drogas; o Deputado Reginaldo Lopes, que - confesso a vocês - foi uma grande surpresa ver a maneira como se engajou nessa luta como Presidente da Comissão. Tenha a certeza de que a sua atuação e a dos

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 13

demais membros contarão pontinhos lá no céu para o futuro, porque é uma luta muito justa salvar vidas humanas, já que sabemos que a droga não destrói somente o indivíduo, mas famílias inteiras e a sociedade. Grande parte dos assassinatos hoje, principalmente de jovens, envolve drogas, tráfico e consumo. É uma questão séria que aumenta os índices de criminalidade de forma assustadora. Cumprimento, ainda, Elias Murad, que realmente é o nosso professor; o Deputado Leonardo Quintão, que tem um trabalho belíssimo nessa área; da mesma forma, o Deputado Eros Biondini, que é o coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades Terapêuticas; o Deputado Durval Ângelo, que faz um trabalho muito bonito em defesa da vida e dos direitos humanos; e o Deputado Doutor Viana, médico, que tem grande sensibilidade, assim como todos vocês.

Essa luta não é fácil, mas encontrou pessoas engajadas para fazer esse enfrentamento, e isso nos deixa realmente muito felizes. O Cloves está sempre presente nos debates e sabe que é muito importante o trabalho da Comissão em Brasília, não só em relação à prevenção, mas também no que se refere ao tratamento e à repressão, que são fundamentais, e também à garantia de recurso do poder público. Hoje tem-se o sentimento de que o problema não é só questão de polícia, mas de saúde pública.

E são graves os problemas que temos. A internação é um dos grandes problemas existentes hoje. Faltam vagas, e temos visto o grande desespero de muitas mães. Tenho dados oficiais, sobretudo da Região Metropolitana de Belo Horizonte, e é assim também no interior

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 14

e no restante do País: há casos de mães que acorrentam seus filhos adolescentes, pois não sabem mais o que fazer para salvarem as vidas deles. Já chamaram o Conselho Tutelar, a Polícia, e chegaram ao absurdo de tomarem medidas como essa, em um desespero total por falta de ações governamentais. Realmente acordamos muito tarde para esse problema. É muito importante o engajamento de todos os poderes públicos: municipal, estadual e federal.

Enfim, para terminar, gostaria de informar um dado assustador referente à região metropolitana. Segundo a ONG Defesa Social, são consumidas por dia 720 mil pedras de "crack", ou seja, 180kg da droga são vendidos. Então é um problema muito sério, e temos de intensificar. São quantos projetos, Reginaldo, que estão tramitando? Mais de 100? São 120 projetos. Que façamos uma única legislação, rápida em todo o País, que realmente saia do papel, que tenha investimento por parte do governo federal e por parte dos governos estaduais e municipais, que tenha o envolvimento das comunidades terapêuticas, da sociedade e das forças de segurança pública. É fundamental salvarmos vidas, sobretudo dos nossos jovens, que infelizmente estão morrendo com o vício do "crack", principalmente.

Então, agradeço-lhes e parablenizo-os. É o que digo: "Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura". Esse enfrentamento realmente deve ser feito. Parablenizo também, de forma muito especial, pela presença fundamental, o Poder Judiciário e o Ministério Público.

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 15

O coordenador (Deputado Federal Leonardo Quintão) -

Obrigado, Deputado Weliton Prado. Quero passar a palavra também, para suas considerações iniciais, ao Deputado Eros Biondini, que é o Presidente da frente parlamentar que apoia as entidades de tratamento de dependentes químicos.

O Deputado Federal Eros Biondini - Para ser mais célere, tomo a liberdade de cumprimentar todos na pessoa do Presidente da Comissão Especial, Deputado Reginaldo Lopes. Na verdade, cabe a mim parabenizar tanto a Comissão Especial formada na Câmara Federal, quanto a Comissão da Assembleia de Minas, e também o Deputado Leonardo Quintão, que coordena esta reunião, não só por proporcionarem este evento, mas também por conseguirem reunir tantas pessoas qualificadas, gabaritadas, que não só têm uma experiência no discurso e nos estudos, mas sobretudo uma experiência prática, de vida, como as mães que estão aqui. Talvez, há algum tempo, apenas essas duas queridas mães, que refletem aqui a realidade das famílias brasileiras, em uma reunião como esta, saberiam realmente o que se passa na vida de alguém que sofre com esse mal. Mas hoje, senhoras mães, podemos dizer que comungamos também com essa experiência, porque cada um, em sua área, tem militado, conhecido, se aprofundado e vivido essa realidade também na prática e com sinceridade, porque a discussão sobre as drogas e a gravidade do problema não cabe mais a pessoas que tem essa bandeira com um "hobby" ou como uma causa superficial. Não cabe mais! Ou devotamos nossa vida, mergulhamos, gastamos nossos dias, nossas noites, e, se for preciso, nossos

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 16

feriados e nossos finais de semana, como é o caso do grande Deputado Divaldo Carimbão, que tem percorrido o Brasil, e quase não tem ficado em sua casa, ou faremos pouca diferença nessa luta.

Dra. Valéria; Secretário Cloves Benevides, essa grande figura; Prof. Aloísio; Pastor Wellington; policiais militares; e Polícia Rodoviária Federal, hoje percebemos que nossas mãos estão unidas, muito além de opiniões pessoais. E fico feliz, porque, na ocasião da Frente Parlamentar Mista no Congresso Nacional em Defesa das Comunidades Terapêuticas e Apacs, as federações testemunharam algo muito importante no qual acredito, Deputado Divaldo Carimbão - V. Exa. coordenou tudo isso -, e que foi o pontapé inicial para que a Presidente Dilma pudesse receber as federações. Segundo seus próprios testemunhos, as federações, que até então estavam cada qual com sua luta no Norte, no Sul, no Nordeste do Brasil, cada uma com seu pensamento e com sua militância, naquela ocasião perceberam uma unidade e a consciência de que ninguém consegue nada sozinho. Não somos bons, nem vitoriosos, nem felizes sozinhos.

Então, em nome da Frente Parlamentar, da qual todos os Deputados aqui são membros e o Deputado Divaldo Carimbão é Presidente de honra, gostaria de parabenizar o Reginaldo e o nosso querido Deputado Durval Ângelo por suas palavras, ele que é aqui grande testemunha. Temos ajudado a encaminhar para essas fazendas de recuperação ou comunidades terapêuticas centenas de jovens, homens e mulheres, e precisamos pedir socorro a ele um dia. Infelizmente um jovem que já estava com a vaga preparada numa comunidade terapêutica

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 17

em Ipatinga foi pego com êxtase um dia antes de ser encaminhado. Foi uma situação que muito nos comoveu, porque tudo já estava preparado: a família dele, a comunidade, a vaga. Sabíamos que ali ele seria recuperado, mas acabou preso com os comprimidos de êxtase. Então recorri à experiência do Deputado Durval Ângelo, porque precisaríamos falar com o Desembargador e com a Juíza. Com a acessibilidade do Deputado, fizemos esse trâmite, e a esse menino foi dada a oportunidade de cumprir a "pena", entre aspas, na Comunidade Rios de Água Viva.

A Juíza acompanhou sua evolução mensalmente, e esse menino está hoje totalmente recuperado e dando palestras a outros recuperandos. Essa é a prova de que talvez estejamos no caminho certo, com nossas mãos e corações unidos, de maneira muito sincera, na busca de dar uma resposta ao nosso Brasil sobre essa problemática das drogas. Obrigado e que tenhamos um bom encontro.

O coordenador - Obrigado, Deputado Eros Biondini. Para suas consideração iniciais, com a palavra, o Deputado Doutor Viana, nosso amigo, de quem tive o prazer de ter sido colega nesta Assembleia.

O Deputado Doutor Viana - O prazer é nosso. Com muita satisfação, estou aqui para acompanhar os trabalhos e ser parceiro desta Comissão. Aliás, a Assembleia de Minas é parceira da Frente Parlamentar, da Comissão Especial e de todos os movimentos espalhados pelo Estado e pelo País que visam salvar as vidas daquelas pessoas, principalmente dos jovens, que se enveredam pelo caminho das drogas. Tudo o que fizermos é pouco, mas, se fizermos juntos, os resultados

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 18

serão bem melhores. Que Deus abençoe essa caminhada que trilhamos sob o comando dessa Comissão Especial da Câmara Federal. Esta Casa e todos os Deputados Estaduais estamos de mãos dadas, corações abertos e dispostos a agir para buscar corrigir, com políticas públicas sérias, esse mal que aflige a sociedade brasileira. Se esse problema acomete diretamente muitas pessoas, o combate a ele cabe a todos, que precisam se engajar, como sociedade, para o benefício geral. Desejamos um bom encontro, na expectativa de ouvir os relatos das experiências dos convidados para somarmos esforços.

O coordenador - Obrigado, Deputado Doutor Viana. Acaba de chegar aqui o Deputado Fábio Cherem, a quem indago se gostaria de fazer suas considerações iniciais antes de darmos início ao debate.

O Deputado Fábio Cherem - Saúdo todos os presentes, externando a satisfação com que a Assembleia sedia este evento. Ressalto o entendimento de que esse problema não é só da ordem da segurança pública, de criminalização ou não, mas também de saúde pública. É importante que todos tenhamos a postura e o entendimento de que a área da saúde pública deve acompanhar o debate sobre esse assunto. As famílias que vivenciam essa questão passam, num primeiro momento, pelo susto; depois, pela frustração; em seguida, pela negação. E nós, como família, como reflexo maior da sociedade, vamos encarar esse problema? Vamos entender que estamos realmente em apuros e, a partir daí, buscar soluções? Esse deve ser o viés principal do nosso grupo de trabalho nesse debate tão salutar a toda a população do País.

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 19

O coordenador - Muito obrigado, Deputado Fábio Cherem.

Antes de iniciarmos o debate, gostaria de fazer alguns esclarecimentos aos convidados. Antes, ainda, quero dizer ao Deputado Carimbão, nosso relator, que estão me questionando a razão de V. Exa. estar tão calado. Assim, peço a V. Exa., que veio de tão longe, de Alagoas, e que certamente é, depois do Prof. Elias Murad, de Minas, um dos Deputados que mais entende do assunto - tratamento, combate, perspectivas e orientações com que vamos ajudar o governo federal -, que nos ajude neste debate. Com a palavra, o Deputado Carimbão.

O Deputado Federal Givaldo Carimbão - Saúdo os companheiros Deputados Federais, ressaltando que Minas é um celeiro impressionante de pessoas que refletem o mesmo sentimento nacional. Eros Biondini, chegando ao Congresso Nacional, é eleito Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Entidades Terapêuticas e Apacs do Brasil; mostra uma liderança fantástica e consegue fazer uma das maiores reuniões no Congresso Nacional, com Deputados e Senadores. Parabéns, Minas! Parabéns, companheiro Eros Biondini! Orgulho-me muito de tê-lo como companheiro.

Com o companheiro Weliton, principalmente na Presidência, temo-nos encontrado e ele tem dito frequentemente que faz questão de se engajar nessa luta, pois esse é um compromisso de campanha, de mandato e de ser humano, de cidadão. Que Deus o abençoe, Weliton; também fico muito feliz em tê-lo como companheiro.

O Presidente da nossa Comissão consegue unir toda a Câmara. Somos 513 Deputados naquela Casa; nesta Comissão, somos pouco mais de

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 20

40 Deputados, quase 10% da Câmara Federal. Sob a Presidência de Reginaldo Lopes, nosso companheiro Deputado, até hoje não deixou de haver uma reunião por falta de quórum. Ao contrário, há Deputados que não fazem parte dessa Comissão, mas que vêm participar de nossas reuniões. É claro que a Presidência tem tudo a ver com essa dinâmica suscitada na Câmara.

Ao Leonardo Quintão e ao Geraldo Thadeu, que deve estar chegando, fiz, como relator, um apelo. Lembrando que na Câmara somos 513 Deputados e nesta Comissão pouco mais de 40 Deputados, eu e o Presidente Reginaldo adotamos a dinâmica de realizar audiências públicas em 27 Estados do Brasil, envolvendo de três a quatro Deputados por Estado. Ou seja, vamos envolver em torno de 100 Deputados, além dos membros da Comissão. No total, serão 150 Deputados ou um terço da Câmara Federal. É importante que tantos Deputados estejam envolvidos nesse processo, porque, para passar em plenário, é preciso que todos dividam a responsabilidade de conhecer o processo. Aí, com a ação inteligente do Presidente, conseguimos nomear, pelos Estados do Brasil, companheiros coordenadores e relatores, aos quais fizemos o apelo de nos trazerem sugestões de todo o Brasil. Queremos que nos digam o que já existe em termos de prevenção nos Estados. Nas Capitais, há alguma experiência no campo da prevenção? Existe algum programa dos governos federal, estaduais e municipais e da sociedade? Isso é importante, porque não adianta ficarmos enxugando gelo, se não houver uma prevenção. O que o Brasil está fazendo em termos de recuperação? Isso é fundamental. O que já

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 21

temos no Brasil? Que modelos, que ferramentas têm os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade?

Da mesma forma, queremos saber o que há em termos de reinserção social. Sabemos bem que, ao término do seu plano individual de acolhimento e tratamento, o cidadão se pergunta para onde ir. A sociedade o rejeita; a família, muitas vezes, não está preparada para acolhê-lo. Como fazer? Na caminhada, perdem-se muitos por não conseguir um espaço para trabalhar. É fundamental que o Brasil dê uma resposta também a essa dimensão.

Na questão da repressão legítima, justiça e polícia são remédios.

Quando um jovem está doente, a polícia e a Justiça são remédios. Quando alguém está com febre, toma um remédio, mas não adianta tomar somente o remédio para febre e não tomar o remédio para combater o que causou a febre. A meningite tem dois momentos, um para combater e o outro para tratar a sua origem. Isso é fundamental. A polícia e a Justiça são remédios profundos para a repressão legítima. Mas pergunta-se: que remédio temos de fazer para não deixar a polícia e a Justiça abarrotadas de processos? Isso é um desafio do Congresso Nacional. Temos a legislação como um todo, a apreensão de fazendas, aviões, etc. O que temos para fazer? Claro que, como relator, tenho a técnica de Jesus, que me deu dois ouvidos e uma boca: escutar muito mais do Brasil e falar menos neste momento para que eu possa aprender muito mais, e, juntos, podermos propor ao Brasil uma legislação que possa dar uma resposta à sociedade brasileira.

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 22

Gostaria de aproveitar para dizer aos senhores que, em 1950, há 60 anos, o mundo tratava a questão das drogas como eminentemente de segurança pública. Em 1980, o planeta se reúne, a Organização Mundial de Saúde, e a define como de saúde pública, não mais só de segurança. Parece-me que, em 2011, 30 anos depois, não é somente uma questão de segurança pública e de saúde pública. Vivemos uma situação de vulnerabilidade social. A sociedade está morrendo no flagelo, lá em baixo; está muito mais doente do espírito que da carne. Os valores humanos precisam ser resgatados. O mundo está vivendo esse processo.

Vimos agora da Europa, onde passei quase 20 dias estudando, a Comissão agora está indo para a América Latina, e me parece que essa é uma questão planetária. É uma questão de mais de 2 milhões de brasileiros hoje. Qualquer pesquisa nos mostra que aproximadamente 1% da população brasileira está envolvida no processo das drogas oxidantes - e não estou falando em drogas tranquilizantes, maconha e etc. -, "crack", cocaína, heroína. São mais de 2 milhões de brasileiros.

A Comissão foi agora a São Paulo, e vimos que, só dentro da "cracolândia", em quatro ruas de São Paulo, mais de 20 mil pessoas estão no flagelo. Nós, 22 Deputados, fomos conhecer esse processo. Em Minas Gerais, não há menos de 150 mil pessoas no "crack" e nas drogas oxidantes. Alagoas tem 30 mil pessoas no "crack" nesse momento. Quero só fazer este tom inicial: parece-me que, se os governos não abrirem os olhos, não há orçamento que vá-se bater na área de segurança

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 23

pública. Em Minas Gerais, por exemplo, com 18 milhões, 20 milhões de habitantes, há em torno de 40 mil, 50 mil presos, e mais de 50 mil ordens de prisão a serem cumpridas no Estado. Em São Paulo, há 180 mil; em Alagoas, mais de 3 mil - obviamente isso é proporcional. Noventa por cento dos casos de quem chega na porta da delegacia e vai para a cadeia, há droga no meio. Em meu Estado, comprovadamente, 90% são referentes a pessoas que têm envolvimento com drogas. Noventa e nove por cento de pessoas que usam drogas no mínimo tiraram de circulação da mão de alguém 50 celulares e 20 ou 30 bicicletas, moedas de troca com o "crack". Há pessoas que levam 500 celulares. Imaginem o abarrotamento nas delegacias. Quanto custa um preso para o Brasil, R\$2.500,00, R\$3.000,00, R\$2.000,00? E passar cinco anos numa prisão. É infinitamente mais barato não deixar a droga chegar ao homem que tirar a droga do homem. É infinitamente mais barato tirar a droga do homem que o deixar chegar à delegacia ou à cadeia. É questão de inteligência entender esse processo. Compreendo perfeitamente nessa dimensão.

Na área de saúde pública, o Ministro da Saúde, conversando conosco, entende perfeitamente o que dizemos em relação aos custos de um dependente químico. Na área social, é um flagelo. Modéstia à parte, conheço este Brasil e este mundo na dimensão das drogas. Em 13 de maio, estive em Portugal vendo a procissão de Nossa Senhora de Fátima. Vi 2 mil, 3 mil fiéis com velas acesas, venerando a Nossa Senhora de Fátima. Também vi aquela cena repetida na "cracolândia", com o Reginaldo e outros companheiros - o Eros foi conosco -, mais de

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 24

3 mil pessoas juntas, acendendo não uma vela, mas um "crack", ao mesmo tempo. E as autoridades não têm capacidade para encontrar solução para isso? Vão à delegacia e dizem: Pelo amor de Deus, prendam-me, façam alguma coisa. Isso é dito pelos Delegados, e ninguém dá solução ao problema.

A primeira droga que chega ao ser humano não é o "crack", ele é a quinta droga. Primeiro, temos o fumo ou a bebida, a loló, a maconha, para depois chegar ao "crack". Só a Ambev, com 40% da produção brasileira de bebida, tem o lucro líquido de R\$7.580.000.000,00. Para o Brasil acolher 100 mil pessoas, isso custaria R\$1.000.000.000,00. Só de tributação de cigarro e bebida, só de IPI, o Brasil arrecada em torno de R\$4.000.000.000,00. É falta de dinheiro, é falta de decisão política. Que modelo queremos e onde buscaremos o financiamento? O companheiro Reginaldo tem defendido a tese, e Minas tem ajudado muito nessa dimensão.

Quero fazer esse preâmbulo para dizer que vim aqui escutar com os senhores. Tenho andado pelo Brasil, este é o 10º Estado e o 1º que faz este encontro estadual. O Subsecretário Cloves tem dado grande contribuição a Minas Gerais nessa dimensão. Alagoas e Minas, enquanto Estados, têm modelos que, graças a Deus, buscam dar uma resposta, ainda apática e embrionariamente.

Para encerrar, Presidente e companheiro Leonardo, quero dizer que o perfil mudou e temos de estar atualizados. E, modéstia à parte, tenho andado e peregrinado por este Brasil. As drogas chegavam aos jovens de 18, 19, 22 anos, e o "crack" e a cocaína estão chegando

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 25

aos de 12, 13 anos. Os Juízes dos Juizados da Infância e Juventude estão abarrotados de problemas por conta dessa dimensão, e os governos dos Estados não enxergaram isso. No ano atrasado, presidi a Comissão que regulamentou a Febem no Brasil. Passei três dias em Minas Gerais e andei os 27 Estados do Brasil. Alguém, para ser bonzinho, disse aqui que uma criança na Febem custa R\$4.000,00, R\$5.000,00. Uma criança na Febem, por mês, custa em torno de R\$10.000,00.

Em Brasília, por mês, uma criança que estava nas drogas, que roubou quatro celulares para trocar por droga, custa R\$14.000,00. Esse mundo está podre e falido. É importante envolvermos a sociedade, porque pagamos muitos impostos. Ou temos capacidade para encontrar essa solução ou estaremos fadados ao fracasso. Encontro-me também com o Pastor Wellington, Presidente da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas, que tem dado uma contribuição considerável. Imaginem que é um pedido da confederação nacional, da comissão especial, do Presidente da Frente Parlamentar e das pessoas comprometidas com o Leonardo. Quantas vezes o Wellington, o Geraldo e tantos companheiros nos cobram esse processo?

Ficarei nesta reunião até à noite, escutando os outros convidados para, se Deus quiser, levar à Câmara, juntamente com todos os companheiros, alguma experiência. Que esta Comissão dê essa contribuição à Nação brasileira. Que Deus abençoe cada um de vocês.

O coordenador - Obrigado, Deputado Carimbão. Mais uma vez, agradeço sua presença conosco, pois saiu de Alagoas para vir a esta

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 26

Casa; e também a presença do nosso relator, uma das pessoas no Congresso que mais entende desse assunto.

Neste momento, iniciarei nossos trabalhos. Anuncio e agradeço a presença do Vereador Geraldo Félix e do Vereador Hugo Thomé. Durante o nosso debate, V. Exas. terão oportunidade de usar a palavra. (- Intervenção fora do microfone.) Apenas a título de informação, o Vereador Geraldo Félix justifica o seu atraso, pois estava na Câmara Municipal, no debate a respeito do tráfico e do consumo de drogas na região da Lagoinha.

Esclarecerei alguns pontos deste debate. Cada convidado terá 15 minutos para sua exposição e não poderá ser retirada sua palavra, logo após ser aparteado. Depois, teremos a oportunidade do debate. Os palestrantes receberão da Mesa indagações alusivas a cada tema, por escrito. Informo que esta reunião está sendo gravada para posterior transcrição. Solicito a todos que falem no microfone para efeito de identificação junto à Taquigrafia.

Iniciaremos com a fala do Sr. David Stanley Bonfim Dias, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais. Sr. David, com a permissão da Mesa, incluímos as Sras. Regina Neves e Dalvineide de Almeida. Antes de o senhor usar a palavra, daremos 5 minutos para cada mãe, pois a fala e a experiência de cada uma dentro de casa, além da que desenvolvem atualmente no trabalho, ajudará e sensibilizará nosso relator, o Sr. Presidente e os Srs. Deputados.

Por 5 minutos, passo a palavra à Sra. Regina Neves, para que nos traga a experiência pessoal do seu lar.

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 27

A Sra. Regina Neves - Esse tempo é pouquíssimo, pois o

problema do meu filho é muito grande e grave. Ele tem um distúrbio de comportamento e mais de sessenta internações psiquiátricas. Tenho passado momentos difíceis, inclusive em sua última internação, se o Pastor Wellington não tivesse intervindo no Raul Soares, ele não teria ficado internado. A luta é imensa. Tenho andado muito desesperada e recorri a todos os órgãos de Belo Horizonte. O seu caso se encontra na Promotoria Pública de Saúde, com um Promotor, e estive também com Defensores. Uma vez, liguei para a doutora que está presente, pois a conheci na outra assembleia. Pedi socorro a todo mundo, mas, na verdade, é muito pouco. Concordo com a fala de todos, porque já passei por tudo que foi falado hoje. No entanto, o tratamento ainda é pouco, principalmente para as pessoas que têm outros problemas, além da droga.

Hoje em dia, meu filho está sem lugar para morar, sem lugar para tratamento, e, atualmente, trata-se com a psicóloga do PAI-PJ e, no ambulatorial, no Raul, uma vez por semana, com medicação. Está ocioso e mora numa pensão, pois perdi minha casa e meu trabalho, perdi tudo. Hoje, falta apenas perder minha vida e a do meu filho. Estou lutando desesperadamente junto às autoridades, pois não tenho vergonha. Há muitos anos, o Pastor Wellington me conhece e me dispus a estar com ele em qualquer lugar onde precisassem de depoimentos de mães de drogados. Não devemos ter vergonha e preconceito, porque, talvez, o problema seja muito mais sério do que vocês, como autoridades, imaginam. Só quem passa por esse problema, na pele, Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 28

saberia dizer. É muito difícil e não vejo solução. Vivencio um momento de grande ansiedade, pois meu filho estava no Raul, mas, pelas novas leis, o paciente não pode permanecer por muito tempo num hospital psiquiátrico. Quando está em regime interno, é uma pessoa; em externo, outra. O Pastor Wellington deu-me e tem dado o maior apoio. Meu filho passou por várias internações nas comunidades terapêuticas, mas não consegue ficar. Foge e não dá conta. É uma pessoa com sérios problemas. Tenho em mãos uma pessoa que não quero que fique nas ruas. Quero tratamento para ele, mas não estou encontrando. Onde coloco meu filho?

Hoje ele mora em uma pensão horrível. Passo lá duas vezes por dia para pagar as refeições e não deixar dinheiro, pois não adianta. Fico sempre esperando uma crise, pois as coisas acontecem de repente. Às vezes, ele mesmo vai aos hospitais, mas, quando chega, é barrado. Falei com um assistente social que não podiam barrar uma pessoa que precisa de tratamento. Como é possível negar internação a uma pessoa? Hoje eu não tenho plano de saúde, tinha, pois como seu pai trabalhava nesta Casa como advogado de um Deputado, pagava o plano, mas faleceu em 2008. Depois disso, minha condição financeira caiu, porque, durante 1 ano e meio, paguei uma clínica em São Paulo, mas, na verdade, o tratamento não existiu. Então, perde-se tudo, tudo, pede-se socorro, paga-se imposto, paga-se isso, paga-se aquilo, mas, na hora que precisamos, não temos nada. O CNT não quer acolhê-lo como tratamento-dia, pois há 1 ano estive lá e teve problemas. Digo que ali é lugar para tratamento de pessoas, assim como a Igreja é

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 29

lugar para tratar almas. O Hospital Raul Soares é um hospital para tratar problemas psiquiátricos, e não para ficar de bonitinho.

Não estou pedindo pelo amor de Deus. Estou querendo uma coisa que é direito meu, como cidadã. Onde estão os nossos direitos de cidadãos? É muito revoltante. Tenho andado extremamente revoltada com tudo. Sou uma mãe que não fica de braços cruzados, corro Belo Horizonte inteiro. Todo o mundo dessa área me conhece, Promotores, Defensores, tanto da área civil como da saúde. Todos me conhecem. Já levei os relatórios dele. O caso dele é tão grave que os seus prontuários, de novembro de 2009 para cá, os quais pedi, são 1.200 páginas de apenas um hospital, porque ele já esteve em todos os hospitais daqui de Belo Horizonte. Mas até hoje isso não me foi dado. Por quê? Porque tiveram que pedir verba para tirar uma cópia, e eu não poderia sair com o prontuário do hospital. Então a burocracia é tão grande que quando o socorro chega já não adianta mais.

Em 12 de abril, estive em uma audiência, na qual disse mais ou menos a mesma coisa. Mas nada mudou. Por quê? Porque a burocracia é grande demais. Quando conseguimos alguma coisa já não há mais tempo. Tenho lutado para que isso não aconteça na minha vida nem na do meu filho, que ele não cometa atos, como tirar a vida de alguém - não sabemos o que pode acontecer - ou a minha própria vida. Em um momento como esse, não sabemos o que pode acontecer. Buscamos, mas não encontramos solução. O CNT me disse que ele não pode ficar, porque lá só se fala de drogas. Perguntei o que ele é. Vejam as incoerências. Já escutei tanta incoerência em minha vida que, às

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 30

vezes, tenho vontade de sacolejar as pessoas e dizer: acorda, gente, pelo amor de Deus! Olhem o que estão me dizendo. Estão pensando que sou uma idiota? Não sou. Não tenho diploma, mas pesquiso, leio, o tempo inteiro busco conhecimento. Não sou nenhuma idiota para me tratarem como um lixo. Foi assim que me senti. Um dia cheguei na Promotoria revoltada, porque o Raul Soares se comprometeu - o papel está aqui dentro dessa pasta - a cuidar do Tiago por um tempo maior. O Dr. Alexandre mandou esse papel, que recebi em um dia, e no outro, quando chego lá, ele estava de alta. Perguntei que incoerência era aquela. Aí o Dr. Domingos disse que ele estava muito bem e que não estava nem gostando de ficar preso. Eu disse: é lógico, ele está em uma emergência, com pessoas vigiando, então está superbem. Claro que está. Uma pessoa que é compulsiva, que tem uma série de problemas, vai estar bem nessa situação. Mandam-me um documento e, no outro dia, ele está de alta! Deram-me um prazo até na segunda-feira - isso aconteceu em uma quinta-feira - para eu agilizar tudo. Agilizar como? Em uma quinta-feira à tarde, vésperas de um final de semana? As incoerências que escutamos na área da saúde são tão grandes que ficamos revoltados.

No outro dia, fui à Promotoria com aquele papel, foi a primeira vez que realmente perdi a paciência. Disse: "não aceito isso! Isso é uma brincadeira. Sou um ser humano, o meu filho também é um ser humano, e merecemos respeito." Isso não iria acontecer, era uma mentira. Como põem uma mentira em um papel e o entrega a uma mãe. Isso é sério, gente. Trata-se de ser humano. São direitos humanos.

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 31

Disseram que deram processo lá do Raul Soares. Eu havia pedido a internação compulsória dele. Ele estava aceitando, porque já havia explicado para ele tudo, que seria uma internação compulsória. No momento, ele não quer, está na rua. Até cometeu alguma coisa novamente. Então há incoerências, burocracias. Então o processo dele, que seria mandado ao Juiz, ficou parado, porque uma ligação do Raul Soares interferiu em tudo, parou. Quando recebi esse papel, entrei na Promotoria e tive vontade de esganar todos. Sem brincadeira. Foi uma falta de respeito enorme, principalmente com a minha pessoa, porque há mais de um ano, desde 2009, bato em portas em Belo Horizonte. E até hoje, nos meus momentos difíceis, só contei com o apoio do Pastor Wellington.

Então gostaria que as autoridades revissem tudo isso, principalmente esses casos essenciais. Cada caso é um caso. Há pessoas que dão conta e há pessoas que não, têm outros problemas. O meu filho tem sequelas sérias, porque ele tem problemas desde antes das drogas. As drogas só agravaram o problema. Hoje não tenho onde colocá-lo, não tenho o que fazer com ele. A verdade é essa. Estou extremamente vulnerável, sem saber o que falo.

O Deputado falou das cadeias, mas cadeia piora. Já facilitei a prisão do meu filho, porque todo o mundo falava que ele não melhorava porque não era preso. Ele ficou 100 dias no Ceresp, usando droga. Saiu de lá pior, psicologicamente, ele piorou muito. É um absurdo, porque passamos por um processo humilhante para visitar um filho na cadeia, e sabemos que lá dentro existem drogas. São

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 32

coisas que vocês têm de verificar com muita urgência. Eu ficava naquelas filas e conversava com as mães, provocava-as, para saber a história de cada uma. Hoje sei histórias, contadas por quase 200 mães.

O coordenador - D. Regina, peço que a senhora conclua, para darmos oportunidade também a Sra. Dalvineide. Entendo a lamentação da senhora. Gostaríamos de dar mais tempo. As suas palavras serão transcritas nas notas taquigráficas, e o relator está aqui para ouvir isso.

A Sra. Regina Neves - Agradeço muito a todos. Todos falaram do que realmente precisa ser feito. A única coisa que espero é que isso não fique apenas no papel e que ande rápido. Eu, graças a Deus, tenho condição de falar, de buscar, mas muitas mães não têm. Estou aqui não apenas pelo meu filho, mas por todas as mães que passam pelo mesmo problema.

O coordenador - Muito obrigado pela fala da senhora. Gostaria de passar a palavra a Sra. Dalvineide de Almeida. A senhora disporá de 5 minutos, para fazer seu relato pessoal e familiar.

A Sra. Dalvineide de Almeida - Boa tarde a todos. Agradeço a oportunidade de falar alguma coisa também sobre a minha vida. Sou codependente em tratamento há 10 anos, mãe de dependente químico, usuário de "crack" desde os 16 anos, hoje com 36 anos. Estou aqui em nome de todas as mães que sofrem com filhos, netos, maridos e familiares que fazem uso de drogas psicoativas. Por causa do "crack", muitas famílias estão sofrendo, porque não conseguem ajuda rápida nas

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 33

internações nas CTs. Queremos reivindicar a nossos governantes uma posição, como políticos, porque foram nossos votos que os colocaram onde estão. Queremos atendimento aos dependentes químicos e familiares nos postos de saúde, nos CAPs, queremos agilidade ao encaminhar laudos para internação com urgência.

Queremos clínicos e psiquiatras, além de laudos odontológicos. Há casos em que as famílias não conseguem isso, pois já estão detonadas e maltratadas. Muitas vezes, o dependente chega a desistir, devido à demora para se obter um laudo médico. Isso é uma questão de saúde. Por que o governo não investe na saúde, já que investe em tantas outras coisas? Enquanto isso, nossos filhos morrem nas drogas. Queremos que o governo facilite a internação, seja qual for, compulsória ou não. Tivemos uma mãe que antes de terminarem os laudo, o filho dela foi morto. Sem contar que as nossas crianças estão à mercê das drogas. Nas portas das escolas, elas compram sabe-se lá o quê, nas mãos de pipoqueiros e nos carrinhos de algodão doce. Queremos dizer a vocês que estamos cansadas de esperar. Estamos sem esperança, porque, até então, em quem devemos confiar? As famílias estão sofrendo demais. A quem recorrer? Ficamos indignados, quando vimos e ouvimos em rede nacional, a Secretária Paulina, da Senad, falar que droga no País é bobagem. Queremos uma posição do governo para já! Não aguentamos mais perder amigos e filhos por causa dessa maldita droga. Enquanto isso, ninguém diz nada a favor das famílias. Queremos também que vocês olhem o lado psiquiátrico, porque há dependentes químicos que não podem ficar junto de outros internos,

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 34

pois sofrem de casos psiquiátricos sérios. No caso do meu filho, dei a ele opções, já que ele não estava mais preparado para viver em família. Ele tirava tudo de casa. Eu não aguentava mais. Eu tinha de tomar uma decisão, pois ele não era o meu único filho. Eu disse a ele: "tenha Jesus na sua vida, ou cadeia, ou cadeira de rodas ou cemitério." No entanto, haveria uma outra opção que ele próprio poderia tomar, a qual seria mudar a direção e reverter a sua vida. O caminho ele achou, já que foi trabalhar e cuidar de sustentar o seu vício. Outros, por aí, estão morrendo à míngua e querendo um tratamento digno. Mas como os internar, se o governo não dá condições para isso? Há moradores de rua que são dependentes de droga e que são alcoólatras. Outros estão na rua, sim, para roubar, e nem querem ajuda. As CTs não têm como internar todos os que procuram ajuda. Por que não temos ajuda do governo? Queremos, Srs. Deputados, ajuda urgente. Queremos que o governo libere mais vagas para internações e que nos ajude. Quero também deixar com vocês outra batalha: mães de Minas contra o "crack". Nós estamos mesmo dispostas a lutar e a brigar. Queremos do governo federal um melhor atendimento nos CAPS e nos centros de saúde, para os dependentes químicos e para suas famílias. Além disso, queremos atendimentos psicológicos, psiquiátricos, laudos para internações, vagas nas unidades terapêuticas, laudos e consultas urgentes, assim como projetos de reinserção social.

Temos aqui um folhetinho que fizemos, com o meu número de telefone, para deixarmos com algumas mães ou com algum interessado.

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 35

Faço parte do Credeq e, em suas reuniões, ajudo como uma mãe de apoio às famílias.

Gostaria que vocês, como Deputados e como agentes do nosso governo, nos ajudassem nesse sentido. O meu filho hoje faz por ele, porque tive de colocá-lo para fora, pois eu tenho seis filhos e não apenas ele. Ele tinha de dar um jeito em sua vida. Então o que tive de fazer? Colocá-lo para fora, para que ele vivesse a vida dele. São casos e casos, como diz a Regina. O meu é um caso, e o dela é outro. Contudo, eles são independentes, mas são iguais. A luta tem de ser a mesma. Agradeço a todos vocês e uma boa tarde. (- Palmas.)

O coordenador - Muito obrigado, Sra. Dalvineide de Almeida. Pedirei à senhora que nos entregar esse panfletinho, para que possamos colocá-lo também no relatório desta Comissão.

Quero dizer a vocês, mães, que realmente o sentimento que temos como Parlamentares é de impotência. No entanto, chegou a hora de unirmos. Muitas vezes, a maioria dos Parlamentares, Carimbão, não tem conhecimentos. O Professor Elias Murad também tem uma história nessa área. Atualmente essa causa no Parlamento é um causa de todos e não apenas dos partidos, porque, hoje, certamente, todos os Parlamentares, assim como eu, temos parentes afundados no "crack" ou até mesmo em outras drogas. Por isso, vários Parlamentares se uniram para ouvir as mães e para sensibilizar os governos federais, estaduais e principalmente os governos municipais, nos quais as ações são concretizadas. Muito obrigado.

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 36

A senhora pode ter a certeza de que o Congresso, o governo federal e os Estados neste momento iniciarão os trabalhos, principalmente para colocar recursos e para qualificar pessoas para fazerem esse tratamento. Quero passar a palavra neste momento ao Superintendente da Polícia Rodoviária Federal de Minas Gerais, David Stanley Bonfim Dias. O senhor terá 15 minutos para a sua exposição.

O Sr. David Stanley Bonfim Dias - Deputado, boa tarde. É uma satisfação muito grande saber que a Polícia Federal pôde participar deste momento histórico. Cumprimento o senhor, toda a Mesa e os Deputados, que aqui representam a sociedade brasileira. Fiquei muito satisfeito quando foram eleitos os cinco eixos de trabalho, e com eles a Polícia Rodoviária Federal participa efetivamente da repressão. Esse é o nosso mote, é onde podemos atuar diretamente, para que a droga não chegue às famílias, pois, ao chegar, destrói o lar e conseqüentemente a sociedade. Como foi bem dito pelo Deputado, nós temos de discutir que isso é sobrevivência humana. Não é mais caso de polícia e nem caso de saúde pública. Elencarei alguns fatores preponderantes. Muitas vezes, pelas dificuldades, Deputado, essas drogas acabam chegando às famílias, aos lares e a nossa sociedade tão sofrida. Tivemos a oportunidade de ouvir o relato de duas mães, que nos falou sobre isso. Efetivamente, temos a cocaína, a maconha e o "crack", além de outras drogas, que hoje são consideradas lícitas. As ilícitas são as que mais repercutem e as que são apreendidas. Apenas no ano de 2010, a Polícia Rodoviária Federal apreendeu mais de 90t de maconha; a Polícia Federal apreendeu mais de 5t de cocaína e mais de

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 37

lt de "crack". Como se sabe, a região em que temos a maior incidência de maconha é no Paraná, na divisa com o Paraguai. Ali há uma incidência muito grande dessa droga.

A cocaína vinda dos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul vinda da Bolívia e da Colômbia. Hoje a Polícia Rodoviária Federal se preocupa com a malha viária que chega a 76.000km. Há um número ínfimo de policiais. Não obstante a isso, a Polícia Rodoviária Federal não tem medido esforços para tentar impedir que essas drogas cheguem aqui, mas mesmo assim ainda acontece.

Senhores, são 76.000km só de rodovias federais. Só o Estado de Minas Gerais possui mais de 10% dessas rodovias. Além disso, temos mais de 30.000km de rodovias estaduais, o que perfaz um total de cerca de 40.000km, considerando que o Brasil é um país praticamente rodoviário, de possibilidade de entrada dessas drogas. No caso especificamente da cocaína e da maconha, na maioria das vezes, elas vêm pelo modal rodoviário. Geralmente essas drogas são apreendidas em ônibus de transporte de passageiros e em automóveis, muitas vezes, com famílias.

Deputados, muitas vezes somos criticados por fazer as abordagens, mas ninguém possui bola de cristal. Tentamos abordar todos os veículos, porque eles se utilizam de diversos fatores, diversas medidas, como fraldas de crianças, para trazer esse tipo de ilícito ao Brasil e ser distribuído nos grandes centros. O combate a esse transporte é feito por meio das nossas fiscalizações, que, insisto, poderia ser melhor. Não tenho dúvida disso, mas, com efetivo

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 38

atual, com a demanda que temos, infelizmente não temos como fazer mais.

D. Regina, há uma preocupação, sim, da Polícia Rodoviária Federal para que não haja possibilidade de essas drogas chegarem aos grandes centros, pois sabemos que elas trarão situações de destruição em muitos lares. Além disso, há uma outra preocupação - e aí entra a questão de investimentos - com a capacitação de policiais, principalmente os da região do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul - temos policiais altamente qualificados - para atuarem diretamente no combate ao ilícito. Há também os nossos canis. Hoje há grande dificuldade em se estabelecer canil em uma superintendência. A Polícia Rodoviária Federal de Minas Gerais, por exemplo, não tem um canil.

A nossa Diretora se preocupa em promover uma capacitação e, mais ainda, dar condições de trabalho para que a sociedade receba melhor esse cuidado. Ou seja, a nossa obrigação como órgão de segurança é evitar que essa droga seja proliferada e que outras famílias venham a sofrer com isso. Mas para isso - um ponto que considero mais interessante - não há nenhuma polícia no mundo que tenha condições de, sozinha, combater as drogas. Há muito tempo a polícia vem falando disso, batendo nessa tecla, mas, muitas vezes, ela não tem todo o substrato para dar tranquilidade ao cidadão. Agora acredito que dará certo, pois a sociedade e, mais ainda, os senhores como representantes legítimos estão abraçando essa causa. Tenho pouco tempo de polícia, são apenas 17 anos, estou aprendendo ainda. Só

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 39

quando a sociedade é afetada, mobiliza-se e entende que os órgãos de segurança, os órgãos judiciários, os organismos que cuidam dessa segurança não podem fazer nada sozinhos e que se o cidadão efetivamente não participar, há credibilidade. Temos condições de atuar se cada um da sociedade der a sua cota de participação. No nosso caso especificamente é a denúncia. Há sempre aquela história: "Não é comigo; não é com o meu parente; não é com ninguém que eu conheça, então estou fora". Só que, como acabamos de ouvir, é uma questão de sobrevivência da sociedade. Se não cuidarmos disso, não vamos durar muito.

A ONU prevê, fazendo um paralelo, que as mortes por acidentes de trânsito passarão da 9ª para a 5ª maior causa de morte no mundo daqui a 30 anos. No dia 11 de maio foi proposta uma ação de segurança nas rodovias. Temos de propor ações não só nessa questão, mas também na das drogas. Por que não? Temos de pensar em ações específicas. Sei que a Polícia Militar desenvolve um trabalho maravilhoso, o Proerd. A Polícia Rodoviária Federal, nas fronteiras, precisa ser melhor aparelhadas, ter mais policiais. Com certeza poderemos dar um melhor resultado.

Há uma outra aflição: os caminhoneiros. Vemos as famílias serem destroçadas, mas já temos caminhoneiros utilizando "crack". Eles já saíram do rebite e estão evoluindo para o "crack". A pedra varia em torno de R\$10,00, portanto, eles preferem pagar esse valor pelo "crack" a pagar R\$25,00 pelo rebite. Deputado, há um projeto de lei - manifestei-me sobre ele em Brasília - que trata da questão de

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 40

horas trabalhadas desses motoristas. É uma ação que deveria estar sendo tratada. São motoristas que, ao utilizarem drogas, acabam provocando acidentes e tirando vidas de famílias. E eles estão assim, porque excedem na quantidade de horas trabalhadas. Nesse caso entram os motoristas autônomos ou terceirizados, que não têm condições de concorrer com as grandes empresas. Para sobreviverem - aí está a luta pela sobrevivência - eles acabam utilizando drogas para se manterem acordados.

E aí, essa não é apenas a apreensão das senhoras, mas a nossa também, porque um caminhoneiro desse pode matar uma família completa. Temos a preocupação não só com o combate, mas também com a fiscalização. Temos realizado operações sistemáticas para combater não apenas a venda do rebite, mas também a tentativa de evitar que sejam vendidas drogas. Tentamos apreender as pessoas que ficam às margens da rodovia, nos postos de gasolina. Isso tudo acontece em decorrência do tempo que os motoristas ficam na direção.

Volto a frisar, fico muito satisfeito e lisonjeado de ouvir os senhores e as senhoras, pessoas importantes da sociedade preocupadas com essa causa. Não se trata apenas de uma questão de segurança pública, mas de sobrevivência. Vamos continuar o combate de forma incansável para evitar que as drogas continuem a destruir nossas famílias. Infelizmente, uma família destrozada é uma sociedade destrozada; e uma sociedade destrozada é uma humanidade destrozada; não tem jeito. Espero muito que a sociedade abrace realmente essa luta e nos ajude. Esse é o pedido de um Policial Rodoviário Federal, Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 41

que entende sua missão e que pode integrar o eixo prevenção-tratamento-reinserção-repressão-legislação. Esse é apenas um dos eixos.

É aquela história da pequena estrela, novamente jogada ao mar. Faremos nossa parte, estamos imbuídos disso. Os senhores têm mais um agente motivador, que tem trabalhado incansavelmente nas fronteiras e, pela sua capilaridade, não temos divisas. A Polícia Rodoviária Federal - PRF - não tem situação localizada, agindo independentemente dos Estados e tem feito trabalhos diuturnos nessa prevenção. Em Minas, a apreensão de drogas dobrou do ano passado para este ano. Tivemos mais de 100% de aumento na apreensão de drogas em Minas Gerais pela PRF. Eu sei que é pouco, mas é a parte que nos cabe e continuaremos atuando de forma sistêmica. A sociedade deve entender que não precisa ter medo, ao ser abordada pela PRF. Pelo contrário, sou parte da sociedade, sou pai, tenho filhos, tenho família. Seria incoerente se cobrasse algo que não pudesse vivenciar. Cobro para que a sociedade participe com a polícia. Percebeu algo? Denuncie, especialmente no que se refere ao transporte interestadual. É impossível que alguém não tenha visto nada. Quando abordamos um ônibus, é enorme a dificuldade para identificar a pessoa. Graças a algumas movimentações na legislação, obtidas por meio da ANTT e a outras tratativas, conseguimos identificar o transportador, a fim de tirar esse sujeito de circulação. Infelizmente, é mais uma legislação que cobramos da ANTT. Não se exige mais a identificação do bagageiro na parte de cima, no porta-embrulho, em viagens que sejam de outros

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 42

Estados, não somente de Foz do Iguaçu, ou seja, exige-se apenas se vier da região fronteiriça, o que é uma falha da legislação. Sentimos isso. Às vezes, veem de outros Estados como Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e não conseguimos identificar o real proprietário da bagagem e precisamos disso, precisamos dar tratamento diferenciado a essa pessoa, porque está causando um mal direto à sociedade. Essas são algumas ponderações.

A PRF está honrada por ter sido convidada a contribuir com esta Comissão. Espero que realmente a sociedade se mobilize e não só as mães envolvidas com o assunto, mas todos que têm família. Se a sociedade se mobilizar, certamente teremos resultados. Não adianta nenhuma ação isolada da Polícia ou do movimento Mães contra o Crack ou da Igreja. Precisamos nos unir para enfrentar de frente esse problema. Acredito na mudança a partir da mobilização e do envolvimento. Não é simplesmente chegar e escrever, mas envolver. Peço que a sociedade se envolva. Para isso, destaco o telefone 191, da PRF. A ligação é sem custo. Se percebeu algo, denuncie. Depois que a droga for utilizada, já não há mais jeito, e a sociedade sabe muito bem disso. Precisamos atacar desde a entrada no país por meio de projetos nas fronteiras. A Presidente tem abraçado essa causa e também as Polícias Rodoviária, Federal e outros órgãos de segurança. É interessante que os governantes dos países vizinhos façam o mesmo trabalho. Dessa forma, teremos resultados positivos. A partir daí, esse combate nas fronteiras e durante a fiscalização feita pelas Polícias Rodoviária Federal, Federal, Militar e Civil, conseguiremos

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 43

reprimir a entrada de drogas no país, que ainda é muito alta. Repetindo, foram 90t apenas o ano passado. É muita droga. São 5t de cocaína e mais de 1t de "crack" apreendidas. Poderia ser mais, com certeza, e para isso precisamos de mais policiais e de mais treinamento. Há uma preocupação de nossa Diretora e do próprio Ministro da Justiça de dar condições aos policiais para que ofereçam para a sociedade uma melhor percepção de segurança, "o.k."? Obrigado, Deputado. Boa tarde.

O coordenador - Parabéns, muito obrigado Inspetor David Stanley Bonfim Dias, que está nos ajudando. Sugiro ao relator, Deputado Givaldo Carimbão, que possamos, em Brasília, realizar uma reunião com a PRF e ANTT a fim de que esses encaminhamentos da Polícia nos ajudem em nossos relatórios para o governo federal. Muito obrigado, sua contribuição foi muito importante.

O Sr. David Stanley Bonfim Dias - Deputado, peço permissão para me retirar um pouco. Tivemos um final de operação com resultados muito positivos. Graças a Deus, reduzimos o número de mortos e feridos no feriado Corpus Christi. Menos pessoas morreram nas rodovias, e a imprensa está-nos cobrando informações. Peço licença para me retirar do Plenário. Mais uma vez, deixo a PRF à disposição.

O Deputado Federal Givaldo Carimbão - Peço permissão para dizer que marcamos uma reunião com os parlamentos da Bolívia e Peru. Sabe-se que 70% da cocaína consumida no Brasil vem da Colômbia. Precisamos de um tratado internacional. Essa questão deve ser discutida, pois se refere ao Planeta, está afetando a humanidade.

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 44

Alguns países têm legislação própria que vai nessa direção. O Brasil tem 8.000km para serem vigiados. As fronteiras dessa região não são fáceis, basta ver as Guianas Inglesa e Francesa, e Venezuela; e no Acre, as fronteiras com a Bolívia e Peru. Já foi marcada a reunião com os parlamentos. Depois, discutiremos com a Presidente Dilma a fim de vermos como ficará a questão das fronteiras, que muito nos preocupa.

O coordenador - Inspetor Stanley, permissão concedida para que se retire. Certamente, estará conosco nas próximas audiências em Brasília. Muito obrigado pela contribuição. Com a palavra, o Prof. Elias Murad, para que possa trazer suas contribuições.

O Sr. Elias Murad - Sr. Presidente, colegas parlamentares, demais autoridades presentes. Reconheço aqui alguns amigos de longa data. Provavelmente, muitos de vocês nem tenham nascido quando comecei o meu combate às drogas, há mais de 50 anos, principalmente as mulheres. De qualquer maneira, estou envolvido nesse tema há muitos anos, tanto que sou confundido às vezes, de maneira até um pouco desprimorosa. Certa vez no Rio Grande do Sul, num concurso de toxicologia, um dos examinadores citou o meu nome, Murad. O outro examinador disse assim: "Murad, aquele cara lá em Minas que anda envolvido com drogas?" Era preciso saber quem eu sou e que tipo de envolvimento com as drogas tenho.

Vou fazer um pronunciamento curto. Muitos já conhecem até as minhas frases. Temos, por exemplo, aqui, o Dr. Cloves Benevides, Subsecretário Antidrogas, o Aloísio Andrade, Presidente do Conselho,

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 45

e outras autoridades. Eles provavelmente já conhecem que o pronunciamento, para ser agradável, deve ser como o vestido da mulher moderna: curto, para despertar o interesse; mas suficientemente longo para cobrir o assunto. Seremos curto para não prejudicar os trabalhos desta importante comissão. Parabenizo os trabalhos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais por esta iniciativa, principalmente os parlamentares que fazem parte da Comissão. Saúdo o Deputado Federal Givaldo Carimbão, relator da comissão federal, a quem dou os parabéns pelo trabalho.

Concordo com a maioria que expressou aqui a opinião de que não há, no momento, solução definitiva para o problema das drogas. É possível que, no futuro, tenhamos. Quando forem descobertas as endorfinas que são morfina endógenas, produzidas pelo próprio organismo, talvez sim, pois o indivíduo propriamente produzirá as suas próprias morfina. Isso, então, poderia compensar a falta da morfina exógena. Outro problema paralelo é o controle rigoroso das drogas. Na Constituinte apresentei um projeto de lei, apoiado pelo Deputado Carlos Mosconi, que era o Presidente da minha comissão, mandando confiscar as terras onde fossem encontradas plantações de ópio e maconha. Isso está na Constituição no art. 243, em que se manda confiscar as terras dos exploradores de coca e de maconha.

Então, a produção de morfina endógenas, talvez venha colaborar para o controle melhor das drogas. No momento, adotamos uma política na Abração, cuja representante Eliane estava presente nesta reunião. A política adota um binômio. O primeiro é um controle

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 46

rigoroso das drogas; o segundo é educação científica da juventude. Se há uma linguagem que o jovem, principalmente, aceita bem é a da ciência. O controle, às vezes, sozinho não consegue, porque o indivíduo é capaz de produzir outras drogas. Aqui, por exemplo, com a diminuição do uso da cocaína, surgiu o "oxi" e outras drogas para substituí-la. Há que se lembrar aqui também as outras drogas sintéticas. Não se falou nas anfetaminas ou bolinhas. O Brasil é o maior importador de anfetaminas do mundo, como dexedrina benzedrina, metedrina, femproporex e outros. É também o maior consumidor de drogas para emagrecimento. Na verdade, são estimulantes do sistema nervoso central.

Parabéns, portanto, a vocês. Particularmente a comissão e as autoridades aqui presentes. Espero que continuem na luta e que tenhamos a ajuda, inclusive de Deus, nesse trabalho tão importante em benefício da saúde da população. Repito aqui as palavras de São Paulo, o apóstolo: "Combati o bom combate. Não desfaleci. Mantive a fé." (- Palmas.)

O coordenador - Muito obrigado, Prof. Elias Murad, ex-Deputado Federal, um dos mais votados Vereadores de Belo Horizonte. Sempre o mais votado nas suas legislaturas. Prof. Elias Murad, V. Exa. é um exemplo para nós, de vida pública, de pessoa que tem combatido as drogas aqui no Estado de Minas Gerais e no Brasil. Tem salvado milhares de vidas. Tenho a honra de tê-lo aqui trazendo a sua contribuição. Deus o abençoe.

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 47

Com a palavra, o Deputado Carlos Mosconi, para suas contribuições. Médico, constituinte, Deputado Federal, Deputado Estadual e amigo de todos.

O Deputado Carlos Mosconi - Graças a Deus. Isso é uma boa coisa. Gostaria de cumprimentar o Deputado Federal Leonardo Quintão e também o Deputado Federal Geraldo Thadeu, de Poços de Caldas, que acaba de chegar aqui agora e, portanto, é motivo de grande alegria para nós. Hoje conversei com ele pela manhã, e disse-me que ainda estava preso no aeroporto de Campinas por causa do mau tempo. Com certeza esse é o motivo que o levou a chegar somente nesta hora - mas ainda bem que foi a tempo. Gostaria ainda de saudar as seguintes autoridades: o Deputado Givaldo Carimbão; o Deputado Elismar Prado, meu grande companheiro e colega da Legislatura passada; o Deputado Geraldo Thadeu, da minha cidade de Poços de Caldas, um grande amigo, companheiro e ex-Prefeito daquela cidade, que, atualmente, está trabalhando por Minas Gerais e pelo Brasil lá no Congresso Nacional. Aproveito a ocasião para pedir licença a todas as senhoras e senhores e fazer uma saudação muito especial ao Prof. Elias Murad e também ao meu prezado amigo Deputado Doutor Viana, sempre presente nas boas causas desta Casa.

O Prof. Elias Murad foi meu colega em Brasília na Constituinte e também depois dela. Ressalto que ele é uma bandeira do nosso país e a maior autoridade do Brasil para tratar a questão das drogas. Ele tem passado a sua vida de forma extremamente útil, laboriosa demais e uma vida política com grande intensidade em prol

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 48

dessa luta. Portanto, o Brasil deve muito ao Prof. Elias Murad. Saibam que o que conseguimos avançar com competência, com consistência, com atitudes concretas e firmes foi graças à luta, à coerência e sabedoria do Prof. Elias Murad. É uma honra para mim a presença dele aqui. Já estava até com saudades, pois havia tempo que não sentávamos juntos.

Registro com muita alegria e satisfação a presença de dois Vereadores de Poços de Caldas: o Presidente da Câmara de Vereadores, Waldemar Lemes Filho, e o Vereador Paulo Eustáquio. Também registro a presença da Sra. Rosely Dias Barcelos, Presidente de uma importante ONG, fundada em 2001, Poços de Luz, que tem uma luta muito grande nessa direção. Deputado, a minha fala será rápida, pois, naturalmente, muitos outros irão falar, e também estou participando de uma outra Comissão da Casa lá no Plenário.

Gostaria de falar que sinto dificuldade ao abordar esse problema. Trata-se de um tema que preocupa a todos e vive em nossa cabeça. Ou seja, as famílias do Brasil, os jovens, os pais, as mães e a política brasileira convivem com esse problema. E, a cada dia, vemos uma nova droga aparecendo, sem ser combatida as que existiam anteriormente. E como ficam as anteriores? O que acontece? Como é isso? Será que não há solução? Afinal, gostaria que soubessem a angústia que sento - inclusive, já comentei isso com a Rosely - quando um pai ou uma mãe me param na rua para dizer: "Dr. Mosconi, o que faço com o meu filho viciado em "crack"? O que faço com ele? Onde coloco meu filho viciado em "crack"? O que tenho de fazer com ele?"

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 49

Muitas vezes, não sei qual resposta lhe dar, meu caro Deputado. Isso é uma tristeza, não é verdade, caro professor?

Vejo, portanto, que temos de avançar demais. Sabemos que o esforço que se faz é muito grande, mas, em muitas vezes, sinto ainda que o poder público poderia estar mais presente nesta questão. Não basta mais a nossa vontade aqui, pois todos entendemos que esse problema é gravíssimo e que está faltando alguma coisa. Será por que a nossa escola pública, onde frequentam crianças do Brasil inteiro, não faz uma prevenção mais efetiva e eficiente? Por que a nossa escola não pode gastar mais tempo com isso? Quantas crianças que estão lá estarão amanhã usando droga? E se elas tivessem tido ali uma palavra eficiente de prevenção, talvez isso não viesse a ocorrer. A escola está lá, a professora está lá, a sala de aula está lá, a estrutura está lá, mas creio que não sabemos usá-las adequadamente. Falo assim para ser leve.

Outra questão: nossos países vizinhos da América do Sul, que, sem dúvida alguma, todos são nossos países irmãos, produzem a droga. Isso é verdade ou não é? (- Intervenção fora do microfone.) Pois é, eles produzem licitamente, mas entram em nosso país ilicitamente, não é isso? A venda aqui é ilícita.

Não quero julgar ninguém, mas apenas citar o fato: admiro o povo boliviano que luta com a maior dificuldade para poder sobreviver e que tem agora um Presidente que é representante legítimo deles. No entanto, recentemente houve uma anistia na Bolívia para os milhares e milhares de carros roubados do Brasil que foram levados para lá. Ou

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 50

seja, os carros foram roubados do Brasil e foram anistiados. Não quero saber o que é lícito e o que não é, não é mesmo, mas não posso acreditar nessa decisão. Posso confiar nisso? Não podemos. Na verdade, tínhamos de ser mais rigorosos nessa questão.

Serei bem rápido para tratar da outra questão que o professor disse aqui. Somos os campeões do uso da bolinha, as anfetaminas. É só ver televisão que toda semana é noticiado lá.

Trafego pela Fernão Dias até cansar e vejo desastres e mais desastres inexplicáveis, como carretas gigantescas tombadas numa reta, sem haver curva nem nada. No entanto, algo aconteceu. Pela televisão, já mostram como ir a um determinado posto para comprar bolinhas e drogas. Não é isso que estamos vendo?

Considero muito louvável o trabalho dos meus caríssimos Deputados Federais e desta Comissão que está andando pelo Brasil. Espero que tomemos algumas atitudes, pois não podemos conviver passivamente com essa chaga no País. Louvo demais a atitude de V. Exas. Esse é um trabalho que precisa ser feito. Gostaria de um dia chegar a Poços de Caldas, minha cidade e do Deputado Geraldo Thadeu,... Quando a Roseli me perguntar... Fui à reunião da ONG na qual disse: "Os senhores me perguntarão muitas coisas que não saberei responder". Lamentavelmente essa é a realidade.

Louvo a presença aqui de todas as autoridades que demonstram grande interesse neste combate. Espero firmemente que o Brasil caminhe na direção de uma solução mais adequada para um problema gravíssimo que estamos vivendo. Parabéns! Muito obrigado.

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 51

O coordenador - Deputado Carlos Mosconi, obrigado pela contribuição.

O Sr. Elias Murad - Peço licença ao coordenador para citar a presença dos Vereadores Hugo Thomé, Presidente da comissão de combate ao "crack" e outras drogas da Câmara Municipal; e Geraldo Félix, Secretário da Mesa. Os dois estão dando apoio a esta Comissão. Muito obrigado.

O coordenador - Muito obrigado, Prof. Elias Murad. Quando chegaram aqui, a presença deles foi anunciada. Contudo, mais uma vez, anuncio a presença do Vereador Hugo como Presidente da comissão municipal. Prof. Elias Murad, tive a honra de ser colega desses dois Vereadores. Portanto, sei o quanto são trabalhadores na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Continuaremos aqui. Peço aos dois Vereadores que permaneçam na reunião, pois lhes concederei a palavra logo após os dois palestrantes.

Com a palavra, o Sr. Cloves Benevides, Subsecretário Antidrogas do Estado de Minas Gerais. Já foi dito pelo nosso relator Carimbão que Minas Gerais e Alagoas são os dois únicos Estados na Nação - são 27 Estados -, que iniciaram um trabalho de apoio às clínicas e de inserção, por meio da qualificação, que têm servido de exemplo para os outros Estados. Cloves, parabéns! O senhor foi o primeiro Subsecretário e se encontra no cargo em razão de sua eficiência. Com muita alegria, concedo-lhe a palavra.

O Subsecretário Cloves Benevides - Boa tarde a todos. Saúdo o nosso Presidente Leonardo Quintão a quem agradeço a citação
Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 52

elogiosa. Quero retribuí-la no sentido da sua preocupação com esse tema e da organização dos trabalhos da Comissão mineira que é uma parte da Comissão da Câmara Federal. Agradeço também ao Deputado Geraldo Thadeu, ao Deputado Doutor Viana e ao Deputado Carimbão, amigo, que é uma síntese e uma enciclopédia de política antidrogas. Na verdade, o Carimbão possui todos os dados. As conversas são sempre muito positivas. Saúdo também o Deputado Carlos Mosconi, que, aliás, lembrava-me um pouco da atuação do Prof. Murad. Lembro-me ainda deles na Comissão de Seguridade Social e Família durante a Constituição Cidadã brasileira. Dessa dupla saiu o art. 243 da Constituição, que permite o confisco dos bens do tráfico, que é tão necessário nos dias atuais; e o art. 220, que garante o que depois se tornou a lei restritiva de tabaco - o Brasil foi o País que mais reduziu o número de tabagistas em todo o mundo -, e como consequência do art. 220, a Lei nº 9.294, que é a lei do Prof. Murad. E ainda, para coroar, a própria emenda SUS que nasceu dessa discussão, de uma comissão onde havia essa dupla: o mineiro ilustre Carlos Mosconi e o Prof. Elias Murad, que é referência para todos nós.

Quero saudá-lo por último, professor, e dizer-lhe o quanto atual é o seu discurso. Precisamos dizer que, durante os seus 50 anos de militância, do ponto de vista da modernidade, poucos ainda têm condição de discutir esse tema com tanta propriedade quanto o senhor no Brasil. Em algum momento, todos nos motivamos por essa atuação na Constituição que pensou num artigo para conter o poderio das organizações criminosas, que, aliás, é um tema atualíssimo. Só em

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 53

Minas Gerais existem 800 bens esperando para serem leiloados. Em Pernambuco, quase uma centena de fazendas precisam ser leiloadas. Tudo isso deriva do trabalho do senhor.

Há a preocupação com o tabaco, que é droga de entrada, sim, ou seja, primeira droga de uso, em muitos casos, que tem uma gravidade gigantesca sobre o SUS e que está num artigo da Constituição. A partir daí, a Lei nº 9.294 ofereceu ao Brasil condições de reduzir essa carnificina da indústria gigantesca do tabaco. Deputado Carimbão, essa indústria ainda hoje representa R\$1.000.000.000,00 por ano só de publicidade. Como enfrentar, com as armas que temos, uma indústria que tenha esse recurso apenas para patrocínios culturais e questões secundárias? É muito triste receber, às vezes, uma grande publicação sobre cultura, cidadania e artes plásticas financiadas por Lei Rouanet, com indústria tabagista se utilizando de um benefício que deveria ser para a sociedade, a fim de manter o mercado.

O Deputado Reginaldo tem realizado um trabalho elogiável na condução da Comissão com outros companheiros, que, aliás, estão aqui para discutirem esse tema, que deixou de ser um problema de militância de um ou de outro e passou a ser, de fato, de Nação - aliás, os mineiros, Carimbão, estão dominando o cenário. Esses são os dados: do "crack", 0,7%, aproximadamente 2 milhões de pessoas; da maconha, 8,8%; do uso nocivo do álcool, mais de 15%; dado consolidado de dependência no Brasil, 10% de pessoas que sofrem e tem problemas. Esse não é um problema de saúde nem de segurança nem de assistência

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 54

social, mas do Estado brasileiro e que ultrapassa todas as políticas setoriais.

Apenas para dar um exemplo, nenhum de nós duvida de que é necessária uma política de criança e adolescente, uma política de proteção às mulheres, uma política de igualdade racial, uma política de juventude - e o Deputado Reginaldo foi grande defensor do Estatuto da Juventude no Brasil. Mas todas essas políticas têm, na sua fase mais nevrálgica, mais complicadora de proteção às pessoas, o elemento de cruzamento com a política de drogas. O jovem morre pelo uso da droga, em busca da droga ou sob efeito dela. A mulher violada, agredida, tem nas infrações da Lei Maria da Penha muito do problema do álcool, e as estruturas familiares são comprometidas por esse aspecto. A criança e o adolescente - está aqui a Dra. Valéria, Juíza elogiada por todos nós, companheira de primeira hora - há esse problema no sustentador de sua política. Quantas vezes a Dra. Valéria disse que é triste, às vezes, aplicar uma medida quando se sabe que o necessário é tratar o adolescente. Todas essas políticas, de certa forma, cruzam-se com a política de drogas.

Entretanto, o Brasil até hoje não tratou essa política com a responsabilidade devida. Poderíamos usar aqui qualquer dado para ilustrar - 45% de internação do SUS, o custo do Samu no Brasil, os comprometimentos no campo do trabalho com o absenteísmo, com licenças e uma série de outras coisas -, mas o dado mais verdadeiro é a mãe que diz que não tem mais prazo, não pode esperar mais, que sua urgência é hoje e que o bem mais valioso que ela colocou até hoje

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 55

nessa discussão foi o próprio filho. A urgência das políticas está relacionada a esse cenário a que estamos assistindo aqui e que a comissão deve estar verificando em todo o Brasil.

O Governador Aécio criou nossa Subsecretaria em 2003. O Prof. Murad foi o primeiro Subsecretário, criou toda aquela estrutura e pensou em todas aquelas dinâmicas. Tive o prazer de continuar o trabalho dele. Volto a dizer, até hoje, ao lermos os escritos de 2003, percebemos que não há nada novo. Uma hora a frustração nos atravessa, porque, embora sejam Minas e Alagoas - e digo isso com muita sinceridade - dois exemplos exitosos no Brasil, nossa atuação ainda é muito aquém do necessário. É preciso uma rede social mais forte, uma releitura das políticas públicas, é preciso um pacto.

Outro dia a Presidenta convidou algumas pessoas para uma reunião - tive o prazer de receber esse convite - e disse que o momento é histórico de fato. O Legislativo é o Poder que tem, de fato, apesar de ser o mais criticado nos nossos dias, mais condição de mudança. Temos um terço da Câmara. Eu brincava com o Carimbão, na vinda para cá, dizendo a ele que sem um terço não se faz nada no Parlamento ou se faz tudo, se a necessidade for essa. Quando nasce no Parlamento a necessidade de rediscutir esse tema, sobretudo em cinco eixos, como dizia aqui o Deputado Reginaldo, atrevo-me a invertê-los. Legislação, Deputado. O trabalho que a comissão pode fazer pode mudar todo o paradigma no campo da organização das políticas públicas. É preciso ser uma política de Brasil de fato, em que as responsabilidades do Município, do Estado e da União sejam claras; em

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 56

que, com maestria de coordenação da política, seja feita a união em uma secretaria nacional, em um ministério ou no nome que se queira dar, mas robustecida e legitimada, porque a coordenação nacional padece de uma legitimação maior.

Usarei aqui a ausência do Dr. Aluísio para dizer algo que ele tem dito: boa parte dos conselhos estaduais - o de Minas e o de Alagoas são muito atuantes - é ficção. Eles existem formalmente, mas não legislam sobre a política, não têm poder de definição e de regulação efetivos. Essa lógica precisa mudar, e só a lei pode fazer isso. Da mesma forma, os imbróglios e as indefinições que vivemos. Internação compulsória até que limite? É necessário internação do ponto de vista da vontade manifestada do indivíduo? Mas e quando essa vontade está superada e o caso é grave? Estão, aí a "cracolândia" de São Paulo, e Belo Horizonte tem a sua. "Cracolândia" é patrimônio hoje de qualquer Município, infelizmente esse é um retrato até de zonas rurais, onde verificamos que existe, em algum momento, o espaço daquele indivíduo.

Infelizmente começamos a fazer uma associação com a despenalização do uso, atravessada pela desassistência. O Brasil despenalizou o uso em 2006. Foi um avanço histórico, mas deveria ter sido feito antes, quando a Lei nº 10.409, do Prof. Elias Murad, foi vetada. Ela já trazia parte do que discutimos aqui: tribunal de arbitragem, necessidade de quantificar o tipo de droga e o tamanho, justiça terapêutica como elemento de alteração ou de opção do indivíduo para não responder processo. A lei traz isso tudo.

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 57

Infelizmente o Presidente à época vetou, e a lei foi revisada. A Lei nº 11.343 trouxe a despenalização como um avanço, e é um avanço histórico. Mas, de pouco adianta dizer que esse indivíduo não vai para a cadeia, que não lhe será aplicada a pena privativa de liberdade, quando o uso e a vinculação com a substância o faz, sobretudo com o "crack", a cocaína e outras drogas, evoluir em uma trajetória criminosa e sustentada pelo roubo, pelo furto ou pelo fato de se envolver com a criminalidade. Aí, sim, ele será apreendido e condenado por um tipo de delito que não terá da sociedade brasileira a diferenciação entre o motivador do ato e o ato. A sociedade verá o ato.

Infelizmente, culturalmente, queremos prender. Então, despenalizar, sem criar uma rede forte de assistência que responda às necessidades efetivas desse cidadão, é um caminho que precisa ser revisto. O Deputado Reginaldo tem até se manifestado muito para que a comissão dê uma contribuição grande nessa lógica.

Aqui organizamos três redes distintas. É uma Subsecretaria que hoje está na defesa, trabalha com o suporte social, a partir da relação com as instituições no âmbito do terceiro setor, com três tipos de atendimentos distintos, permanência de ambulatório e internação. Esses três componentes oferecem hoje 4 mil espaços de procedimento ou vaga. É muito menor do que o necessário, mas é o possível. Estamos fazendo uma provocação oficial à Senad e pedindo que aportem recursos para dobrarmos esse volume de atendimento. Há uma rede de acolhimento por meio dos grupos - e aqui há o Pastoral e

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 58

o Amor Exigente e uma série de outros - que, embora não sejam dispositivos de governo, são indispensáveis para o efetivo funcionamento das ações. Então, é preciso referenciá-los, é preciso trabalhar com esses grupos, que têm vocação, identificação, um algo mais que o serviço público jamais conseguirá ter nesse aspecto; e uma rede de projetos - prevenção, capacitação e outras coisas nesse sentido. Apenas para dar um exemplo, fizemos um processo do qual participou a Polícia Militar e as instituições, para qualificar os profissionais da rede.

Percebemos que redes sólidas como as de educação e saúde, às vezes, não tinham especialistas em álcool e drogas como referência do seu serviço. Assim, num esforço do governo do Estado em parceria com a Universidade Federal de São João del-Rei, ministramos um curso de especialização para 300 pessoas que receberam bolsa do Estado e começaram a mudar essa configuração, porque são novos 300 projetos de intervenção. Começou a discussão de que deve haver uma leitura própria do sistema prisional e de que as redes de saúde, educação e assistência e as entidades parceiras podem trabalhar nesse sentido. No âmbito das entidades parceiras, também há avanços construídos: protocolos, prontuário único, referência e contrarreferência, anotação de responsabilidade técnica, enfim, uma série de procedimentos que representam avanços, muito embora - volto a dizer - insuficientes no contexto do necessário.

Quero fazer outro registro: Deputado, nos ajudou muito a lógica do controle e da mobilização social. Acho que a Comissão

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 59

poderia trabalhar nesse sentido. Fizemos cinco encontros de comunidades terapêuticas e instituições afins. Outro dia, alguém disse: "É preciso sair da clandestinidade". Acho que esse diálogo avançou quando passamos a dizer o que pensamos, ouvir o que era necessário e, a partir daí, definirmos caminhos.

De outra forma, agora convocamos a V Conferência Estadual de Política Sobre Drogas. Um avanço que o governo federal pode contabilizar é a realização de conferência para todos os temas nos últimos anos, mas não uma relativa a drogas. Deve ser feita essa discussão, porque, quando se organiza uma conferência nacional, do menor brasileiro ao maior Estado, todos se mobilizam para discutir o tema sob a lógica local, territorial. E é lá no Município e aqui, no Estado, que o indivíduo tem nome e endereço, produz imposto, mas também demanda serviço. É preciso deixar as estatísticas e enxergar os cidadãos. A comissão pode dar essa contribuição e, a partir dos mecanismos que dispõe, articular, junto ao governo federal, a convocação de uma conferência nacional. Volto a dizer que, para tratar o tema, é preciso haver um pacto nacional; é preciso haver a clareza de que não temos necessidade de mais um programa, de mais uma ação ou de algo isolado; é preciso ter a leitura das políticas públicas como um todo: saúde, esses temas, redes sociais, entidades que, às vezes, são marginalizadas em suas proposições por um atravessamento ideológico de algum aspecto, mas que, a partir dessa nova "concertação" - o Governador Aécio Neves gostava muito dessa palavra -, podem discutir uma nova lógica.

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 60

Além da conferência nacional, é necessária a inversão da lógica do perdimento de bens. Tenho certeza de que o Deputado Federal Reginaldo Lopes concorda comigo. Hoje, pela Constituição, os bens são perdidos em favor da União. Porém, o elemento legal não diz que ele tem de ficar restrito à governança de um órgão específico federal. Então, o ajuste na lei poderia permitir aos Estados agilidade na atuação. Ontem, o "Fantástico" mostrou pátios, pátios e pátios de todo o País abarrotados de bens que poderiam ser convertidos em recursos. Só em Minas, hoje estão catalogados 800 bens. Se fosse feita a adaptação na lei, eles ficariam nos Estados para atuação das suas políticas, e os percentuais devidos seriam encaminhados para a União, responsabilizando-se os Estados de maneira a lhes permitir uma atuação mais ágil, mais solucionadora na estruturação das suas políticas locais.

Enfim, não quero mapear números nem discutir outras questões, Deputado Leonardo Quintão, mas, antes de tudo, deve haver uma nova aliança brasileira para discutir esse tema. Sem pluralidade, não se solucionará uma vírgula. Como diria o professor, pode até existir uma solução a longo prazo; agora, uma situação de conforto que ultrapasse essa frustração que todos vivemos só existirá com a pluralidade. Devemos entender que a única verdade entre nós é a necessidade de estarmos juntos, de criarmos iniciativas juntos, de partilharmos responsabilidades. Caso contrário, nenhum indivíduo, parlamentar ou não, gestor público ou não, militante social ou não, poderá dizer que tem a solução para esse problema, porque essa

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 61

solução mágica não existe e não pertence aos indivíduos, mas à coletividade. O Gen. Uchôa - tenho muitas críticas à sua atuação, mas aprendemos que temos de guardar apenas o melhor de cada pessoa - usou uma frase muito interessante e que cabe em todas as nossas atuações: a família, muito mais que a maior vítima, é a solução de melhores resultados. Traduzo família como sociedade. Então, hoje, a nossa sociedade, o nosso coletivo ou a nossa pluralidade, muito mais que vítima desse problema, é a solução que se pode construir.

Acredito que esta tem de ser a comissão do novo pacto nacional de políticas sobre drogas, para alcançar todos os elementos consolidados nos cinco eixos e alargar a nossa atuação nessa política. Obrigado. Boa tarde! (- Palmas.)

O coordenador - Muito obrigado, Sr. Cloves Benevides, Subsecretário Antidrogas do Estado de Minas Gerais. Quando convocado, ele sempre se faz presente. Na semana retrasada, esteve conosco, durante três dias, dando a sua contribuição ao Ministério da Saúde, onde fizemos uma reunião, até calorosa, com o Ministro Padilha. Apesar de ter sido convocado para outra reunião, o Ministro teve a sensibilidade de voltar, atender e ouvir todos durante mais de duas horas.

Aliás, é bom dizer aos Vereadores e Deputados Estaduais que a informação transmitida ao Ministério da Saúde foi a seguinte: não adianta ele, Ministério da Saúde e governo federal, vir com uma política pronta, sem ouvir a sociedade. Infelizmente, havia esse encaminhamento lá dentro. O Ministro Padilha se sensibilizou.

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 62

Realmente não sabia da situação, mas mandou parar tudo. No dia seguinte, a Presidenta Dilma atendeu os representantes das comunidades terapêuticas e deu poder ao Ministro para parar tudo e ouvir quem sabe fazer. Como disse o Carimbão, se são gastos R\$10.000,00 para piorar uma criança na Febem e R\$3.000,00 para piorar um preso no sistema carcerário, é porque há algo errado. Nada melhor que a sociedade, as mães, as comunidades terapêuticas, os Estados, os Municípios, a Polícia Militar, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal para nos ajudar a estabelecer essa política pública.

Com a palavra, o Cap. Ferraz, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, que disporá de 15 minutos para fazer a sua exposição inicial.

O Cap. Ferraz - Em nome da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, cumprimentamos o Deputado Federal Leonardo Quintão e todos os membros desta comissão e agradecemos o convite para participar desta reunião. Cumprimentamos, ainda, o Subsecretário Cloves Eduardo Benevides, defensor dessa causa nobre - com quem há muito tempo estabelecemos contato - e que viabiliza projetos em prol da nossa sociedade.

Apesar dos 200 e poucos anos da Polícia Militar, ainda é recente o seu entendimento sobre a intervenção policial no consumo de drogas e na dependência. Mesmo assim, tem acumulado conhecimentos que vêm causando impactos nas ações da polícia e da sociedade. Por isso, em nome da Polícia Militar, gostaria de sugerir algumas estratégias

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 63

que já vimos desenvolvendo. A Polícia Militar de Minas Gerais é conhecida por escrever muito, por desenvolver procedimentos que visam não apenas melhorar os serviços policiais no nosso Estado, mas também socializar esse conhecimento para todas as forças policiais do Brasil. As estratégias de prevenção que adotamos perpassam a formulação de políticas públicas. Estamos presentes em várias representações, nos conselhos municipais e no próprio conselho estadual. Aliás, estava aqui o nosso Presidente Aloísio Andrade. A Polícia Militar vê esta reunião como uma referência de estratégia que deve ser valorizada. Posteriormente, falarei mais detalhadamente sobre o incremento de programas e de projetos de prevenção, mas, desde já, cumprimento o nosso Deputado Federal Reginaldo Lopes, por conhecer a família policial por meio do importante Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Proerd.

Como policiais, sabemos da importância das comunidades terapêuticas na redução de danos, como referência de intervenção, infelizmente, não no início, mas no seu prolongamento, nas etapas secundária e terciária. Esse elemento deve ser valorizado pelas políticas públicas e pela legislação vigente. Nós, da Polícia Militar, temos a certeza de que drogas não é mais problema de legislação, mas das famílias, Deputados. As famílias é que estão padecendo. Sem a mobilização delas, não adianta os atores públicos debaterem, porque não chegaremos a uma solução. Cada vez mais, as famílias devem ser envolvidas. Isso é muito importante para a Polícia Militar no que diz respeito a estratégias de prevenção dessa demanda.

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 64

No tocante à oferta, a Polícia Militar possui algumas estratégias que já são estudadas há algum tempo e, de alguma maneira, têm impacto na temática sobre drogas. A própria inteligência da segurança pública ultrapassa a mesmice de uma análise estatística e faz uma análise sobre quem é o fornecedor, qual é o "modus operandi" e como ele é construído, numa discussão que não envolve apenas a Polícia Militar. As atribuições não são só da Polícia Militar; existem vários atores e todos eles têm competência sobre o assunto. Então, o somatório dessas competências potencializa a ação de intervenção. É sabido internacionalmente que medidas de repressão atingem apenas 10%, 15% do que está passando sob os nossos olhos - é muito pouco. Por isso é importante aperfeiçoar esse modelo.

Potencializar as ações básicas de controle em eventos: com o advento da Lei nº 11.343, em 2006, estive presente na sua divulgação destinada a atores de segurança em Brasília, se não me engano, um mês depois da sua criação, mas penso que faltou um maior arranjo, uma maior discussão. Houve uma evolução quanto aos tratados internacionais - isso é notório -, mas o desdobramento, especialmente do art. 28, possibilitou e potencializou a microtráfico, que vem causando impactos nas ações não apenas da Polícia Militar, mas também de todo o sistema de segurança. Há necessidade de se fazer uma discussão ampla e, até mesmo, a revisão de alguns aspectos do art. 28, porque, chega-se a um determinado momento em que o usuário de drogas e em situação de dependência química não vai cumprir as

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 65

medidas ali previstas. Temos de ter algum tipo de responsabilização que conduza esse cidadão, que está sofrendo, à reflexão.

Vou dar enfoque àquilo que se limita a 10 anos, que é a prevenção primária sobre drogas. Sou o Coordenador Operacional e Metodológico do Proerd no Estado há sete anos. O Proerd, de alguma forma, já é consagrado no Estado e está presente em todos os Estados da Federação. Como destacou o Deputado Federal Reginaldo Lopes, a capilaridade dele é absurda: são mais de 5 mil policiais envolvidos, e mais de 10 milhões de jovens já foram assistidos não com palestras, mas com ações dentro do ambiente escolar durante o semestre. Só para os senhores terem uma ideia, Deputados, foram atendidos no nosso Estado mais de 2 milhões. Das 18 mil escolas do Estado, estamos presentes em quase 4 mil. Uma capilaridade de, aproximadamente, 25%, 30%. Somos apenas 700 policiais presentes em 543 Municípios. É o maior programa de prevenção primária de drogas do nosso Estado.

Concordo com V. Exa. que é mais barato, porque, com uma cartilha, gasta-se em torno de R\$0,60; com um policial treinado, todo o investimento não fica em R\$1,00, R\$1,50. Mesmo assim, a cada ano, nosso Estado tem investido mais, mas ainda é muito pouco. Estamos à mercê de recursos e isso é um dos nossos encaminhamentos, ou seja, investimento nessa situação. A prevenção primária é muito importante, como também a secundária e terciária. Todos os níveis de prevenção devem ter aporte orçamentário e reconhecimento. O Proerd, além de informar os jovens, gera benefícios, estabelece relações positivas entre jovens e Estado, por meio da Polícia Militar. Ou seja, os

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 66

jovens começam a enxergar o policial como um servidor, e isso, para nós, é o maior reconhecimento. É uma pessoa que está ali para contribuir para a formação deles. O diálogo que envolve família, escola e Estado, por meio da Polícia Militar, é o maior investimento. Sem ele, não teríamos toda essa capilaridade. Inclusive, temos uma demanda, uma cifra negra, de não atendimento exatamente por conta disso. Não temos como ampliar nossa capacidade de resposta. A cada momento, inúmeros pais encaminham solicitações à Polícia Militar e não temos como treinar mais policiais nessa metodologia.

Compreendemos que a referência do traficante busca o cidadão cada vez mais jovem. Se falamos em dependência química aos 12 anos, essa oferta começa aos 9, 10 anos. No Proerd há currículos para cada momento da vida, que vão desde os anos iniciais à fase adulta, ou seja, para os anos iniciais, crianças de 9 a 12 anos, adolescentes de 13 a 15 anos e para os pais. Temos todo esse apoio curricular.

Falarei sobre alguns dados de referência do nosso Estado: somos o 9º Centro de Treinamento Internacional do Proerd fora dos Estados Unidos. Cinquenta e oito países do mundo e 36 milhões de jovens passam por esse programa. Fora dos Estados Unidos, Minas Gerais é o 9º Estado; no Brasil, há 5 com referência metodológica, de conteúdo escrito de referência internacional. Em número de pais, somos o maior Estado em atendimento no currículo de pais, com mais de 13 mil pais. O maior esforço foi na época do Pan-americano. Salvo engano, o número ficou em torno de 5 mil pais. Temos vontade, mas nos

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 67

falta algumas importantes referências para que, de alguma maneira, operacionalizemos nossos esforços.

No que se refere ao consumo, destaco a Organização Mundial de Saúde, que cita quatro fatores de contenção. Isso deveria ser mais resgatado, pois o problema das drogas não acabará agora. O Prof. Elias Murad, nossa maior referência no assunto, validou isso. O fácil acesso é outro problema, pois fazemos fronteira com os três maiores produtores de cocaína do mundo e com um dos maiores produtores de maconha do mundo, o Paraguai. Então, droga estará disponível. A ação da polícia, com a presença de um policial do Proerd, consegue fazer a proteção de 10, 20 escolas, em torno de 1.000 alunos por semestre. Acho que nenhuma outra força policial mais robusta fará isso com tão pouco e com tanta qualidade.

Trabalhamos também na insatisfação com relação à qualidade de vida, com excesso ou falta, a partir do momento que estabelecemos metodologias de melhorias de autoestima, discussões em sala de aula, e não apenas repasse de conteúdo. O Proerd tem informações qualificadas baseadas em evidências científicas. Para terem uma ideia, temos referências reconhecidas pelo Instituto Nacional do Abuso de Droga - NIDA, a maior referência americana e mundial. Além disso, somos reconhecidos pela ONU como parceiro de referência na discussão sobre drogas; baseado na Lei nº 11.343, somos parceiros estratégicos do Sisnad; um reconhecimento perseguido há muito tempo. Dentro dessas questões e em outras referências, nós nos colocamos à disposição.

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 68

Senhoras e senhores, o importante é acreditar. A Polícia Militar de Minas Gerais, o comando da instituição, acredita que perseguimos o mesmo objetivo e que devem haver mais fóruns de discussão nesse tipo de compartilhamento, pois é muito pouco tempo para debater uma temática dessa envergadura. Farei alguns encaminhamentos finais, sugestões da Polícia Militar, os quais representam, de alguma maneira, o que o comando da instituição gostaria de sugerir a esta Comissão. Investimento na prevenção primária, que deve ser reconhecida e maciça, pois é muito pouco ou quase nada. É um investimento que terá retorno. Apoio aos usuários e dependentes propensos à recuperação. Não há vagas suficientes para a demanda. O próprio Secretário Carlos Eduardo Benevides manifestou sua ansiedade nesse sentido. Não temos como dar vazão a essa demanda sem mais investimento. Intervenção direcionada à repressão qualificada da microtraficância. Salvo engano, no ano passado, em Salvador, discutiu-se isso na Conferência Internacional da ONU, em que estive presente em 10 dias de debate. Observamos que há, sim, necessidade de investimento na intervenção policial. Uma coisa é tratar de saúde pública; outra, daquelas pessoas que aproveitam dessa fragilidade humana para ganhar dinheiro. De forma equilibrada, devemos exigir uma intervenção às medidas de prevenção. Investimento na inteligência de segurança pública. O investimento nesse tipo de segurança oportuniza o compartilhamento de visão dos órgãos de defesa. Consequentemente, a ação de uma força policial pode ser somada à outra. Isso é muito importante. A questão das fronteiras é uma obsessão, até mesmo, do

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 69

nosso Estado, pois lançou, por exemplo, projetos como o Cinturão I e II, fortalecendo todas as unidades policiais no entorno das nossas fronteiras com equipamentos e treinamentos.

Em suma, senhoras e senhores, a Polícia Militar acredita que a visão equilibrada na prevenção da demanda e o equilíbrio com prevenção da oferta são as melhores formas de potencializar nossas ações. Não podemos investir somente em segmentos, devemos investir em tudo, no entanto é preciso haver investimentos. Infelizmente, são muito limitados, diante desse problema, fenômeno internacional de consumo de drogas.

Deputado, mais uma vez, a Polícia Militar agradece a atenção e o convite de sua assessoria e se coloca à disposição, dentro de sua experiência, para compartilhar e, ao mesmo tempo, contribuir com esta importante comissão.

O coordenador - Muito obrigado, Cap. Ferraz, da Polícia Militar de Minas Gerais. Sugiro ao Deputado Thadeu e ao Deputado Carimbão, nossos dois relatores, que os nossos convidados encaminhem suas sugestões por escrito ao Cloves, ao capitão e aos outros palestrantes também, para que, a partir desta reunião, produzamos um relatório que será entregue ao Relator-Geral. Pergunto a V. Exas...(É interrompido.) As notas taquigráficas serão entregues, mas é importante um documento de V. Exas. Sei que 15 minutos é muito pouco tempo, mas é o que temos para debater. Há 3 horas, debatemos esse assunto. Ainda há a Exma. Juíza, mais três debatedores, dois Vereadores, o Vereador Hugo Thomé, Presidente do Coselho Municipal

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 70

Antidrogas e o Pastor Wellington, da federação, que também é convidado, e todos usarão da palavra. Gostaria de pedir ao Vereador Hugo Thomé que, antes de sua fala, me conceda tempo para que dois outros debatedores falem. Sua fala é muito importante para nós, pois faz a interação do Legislativo municipal. Isso é muito importante em qualquer cidade.

Infelizmente, em Belo Horizonte, na semana passada, Carimbão, foi publicada uma triste pesquisa para nossa cidade. Um pesquisador da Fiocruz realizou pesquisa nas grandes Capitais do Estado, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Nessa pesquisa, Belo Horizonte foi considerada a Capital do "crack" nacional; onde se mais consome "crack" no País. Isso é muito triste, Hugo. A contribuição de V. Exa. a esta Comissão é de grande importância, para que façamos a legislação e o trabalho no governo federal. O governo do Estado já está ajudando a aportar recursos tanto do governo federal quanto do estadual. É preciso tirar esse número de Belo Horizonte, da nossa cidade que amamos, da Capital mineira.

Passo a palavra à Exma. Juíza Valéria Rodrigues, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que disporá de 15 minutos. Muito obrigado pela paciência conosco e desculpe-me, pois há vários parlamentares e muitos debatedores.

A Juíza Valéria Rodrigues - Primeiramente, gostaria de desejar um bom final de tarde a todos. Cumprimento a Mesa, na pessoa do Deputado Federal Reginaldo Lopes, Presidente desta Comissão.

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 71

Agradeço o honroso convite de estar nesta reunião ao Deputado Federal Leonardo Quintão; ao relator desta Comissão, Deputado Carimbão, cujas palavras adorei; ao Deputado Geraldo Thadeu, ao Deputado Eros Biondini; ao Deputado Weliton Prado; e aos Deputados Doutor Viana, Carlos Mosconi, Luiz Flávio Cherem, aos nossos Vereadores da nossa Capital maravilhosa; ao Dr. Elias Murad, que já se retirou; aos Vereadores Hugo Thomé e Geraldo Félix, que se encontram presentes.

Em razão do adiantado das horas, tentarei ser mais breve e mais rápido possível. Às vezes, um dia apenas é muito pouco para discutir isso, não é mesmo Deputado? É importante pontuarmos algumas coisas para que, daqui, saiam propostas e posições eficazes, porque não vim a esta Casa fazer discurso nem palestra. Há muitas pessoas fazendo isso. Vim para trazer o depoimento real de uma profissional que lida, diariamente, com isso. Tenho 20 anos de magistratura, sendo 14 em vara criminal e, agora, 6 na vara de atos infracionais, que lida apenas com adolescentes infratores em Belo Horizonte. Essa vara foi criada em 2005, e sou titular nesse tempo todo. Ou seja, trago um depoimento, e não palestra ou discurso, até porque não sou especialista em drogas.

De 2009 para 2010, foi criado o Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator - CIA-BH, em Belo Horizonte, onde, no mesmo espaço físico, atua o Sistema de Justiça Juvenil, da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Judiciário. Hoje, o adolescente em Belo

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 72

Horizonte é apreendido na rua e, imediatamente, levado a esse centro de internação, onde passa pela delegacia e, depois, por uma audiência na presença do Juiz, do Promotor e do Defensor. Por que essa justiça instantânea? Porque interferência no adolescente, no jovem, deve ser imediata. Ele não pode aguardar a Justiça tradicional, um processo que leve três, quatro anos para ser julgado para ser responsabilizado por aquele ato. Antes da implementação do CIA, havia um acervo de 25 mil processos ao ano; hoje, são 4 mil. Sabe por quê? Porque, hoje, eles realmente são atendidos como deveriam. Não se empilham processos aguardando o dia em que, quem sabe, os jovens compareçam.

Realmente, o senso de impunidade em Belo Horizonte diminuiu muito, porque a criança e o adolescente devem ter intervenção imediata. Não podem ser responsabilizados daqui a 1 ano, pois não compreendem ou a ação não terá eficácia nenhuma. Atualmente, pelo menos em Belo Horizonte, não ouvimos dizerem mais: "Com o menor não dá nada." Esse mito da impunidade está sendo superado nesta cidade.

Inclusive, Deputado Carimbão, no mês passado, recebemos Senadores, Deputados Federais, Juízes, Promotores e Defensores do Uruguai, numa parceria firmada entre a Unicef do Uruguai e a do Brasil. Querendo seguir os passos deste país com relação à legislação para redução da maioridade penal, vieram conhecer esse novo modelo de Justiça. Mostramos que devemos mudar a Justiça, e não reduzir a maioridade penal, porque não resolverá nada. Ou seja, o CIA, para o exterior, está sendo considerado modelo de como a Justiça deve funcionar.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 73

Estou muito feliz em falar para Deputados Federais, pois nunca havia feito isso. Como Juíza e magistrada, tinha um anseio muito grande, porque o Brasil tem muitas leis e não precisamos de mais. Inclusive, em relação a esta matéria, há leis suficientes. Há estatuto que regula a proteção integral da criança e do adolescente. Não é preciso criar outra lei, pois, lá mesmo, será regulado o tratamento para dependência química, seja ambulatorial, seja hospitalar. Há também a Lei Antidrogas e a Lei de Reforma Psiquiátrica, que prevê todos os aspectos legais. No que se refere à legislação, o Brasil tem muito. O problema, Deputado, é que as leis precisam ser cumpridas. Infelizmente, neste país o cumprimento de leis é um sério problema.

Atribui-se à Justiça a falta do cumprimento de leis; culpa-se o Judiciário. De lei, já estamos cheios. Como o senhor relatou, nessas idas e vindas pelo Brasil, Minas Gerais é o segundo maior Estado - e, talvez, o primeiro em população, pois a Amazônia não tem o mesmo número de habitantes que aqui - com o maior número de adolescentes e crianças presas em penitenciárias e em cadeias públicas, apesar de termos um centro integrado. Como o senhor falou, por ano, apenas em Belo Horizonte, são atendidos 10 mil adolescentes no Centro Integrado. Por mês, são apreendidos 800 adolescentes em Belo Horizonte, e é uma vara única. Recebo por mês 800 inquéritos, o mesmo número de inquéritos distribuídos para 24 varas criminais da Capital. É esse o acúmulo de inquéritos que tenho. Desses 800 adolescentes que recebo por mês, conforme dados estatísticos, e não

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 74

suposições, 25% vêm do tráfico de drogas; 21%, de uso de drogas; e o restante está em furtos e roubos. Porém, como o senhor disse, tudo isso está interligado: o furto do celular, o arrombamento de carro, o roubo de som servem para comprar drogas.]

Acredito que a mesma situação ocorra nas varas criminas, como sempre aconteceu. Nos 14 anos em que fui Juíza Criminal, nunca olhei a vida pela janela dos outros. Era uma Juíza que sentava em meu gabinete e, mal e porcamente, olhava para um réu, sem querer saber por que fez ou deixou de fazer isso ou aquilo. Nossa ação se limitava a perguntar-lhe se sabia que havia praticado um crime e se o confessava, para o julgamento andar mais rápido. Nunca me preocupei em perguntar ao cidadão o que o levou a fazer aquilo. É importante ressaltar como nós, Juízes antigos, éramos. Surge um novo Juiz, que não sou apenas eu. Temos a Dra. Flávia, o Desembargador Herbert Carneiro, que estão sim preocupados com as demandas sociais, porque não somos mais meros aplicadores da lei, mas garantidores dos direitos dos cidadãos. É isso o que somos; por isso estou sentada aqui.

Com base nisso, dos 10 mil adolescentes que atendemos no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte - CIA-BH -, 3.100 foram entrevistados anualmente. Destes, 86% disseram usar drogas lícitas como tabaco e álcool e 83,01% declararam usar drogas ilícitas. Ressalto que a utilização de uma droga não exclui outra: muitos usam álcool com

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 75

maconha; tabaco com outro tipo de droga. Por isso é importante trabalhar com números.

Sem desmerecer as demais, é importante que os Municípios tenham suas frentes municipais parlamentares. No art. 88, a Constituição prevê que a competência para prestar serviços de saúde à população é do Município. Assim, os Vereadores têm maior legitimidade para cobrar de um Prefeito atuação na área social e de saúde. Vereador Hugo Thomé, aprendi que, agora, sou um pouco política. Ano que vem, ocorrerão eleições municipais. Na Câmara, discute-se e negocia-se. Aprendi propostas com Prefeitos. Do mesmo jeito que eles enviam propostas, vocês, Vereadores, também podem enviá-las e negociar a implementação de políticas públicas.

Até hoje, existe a criminalização da criança e do adolescente. Tenho colegas Juízes - apontar erros do Dr. Cloves ou da polícia seria muito fácil, mas gosto de falar dos erros do meu Tribunal - que, até hoje, encarceram adolescentes em cadeias públicas, porque entendem que trancar uma pessoa numa cela é tratamento, que abstinência é tratamento. Não entendo em que se baseiam ao pensar assim. Há uma legislação que não nos permite interferir na decisão de colegas, mas também há uma legislação que pune a autoridade judiciária, porque é proibido que crianças e adolescentes permaneçam em cadeias públicas. O prazo máximo, aliás, é de cinco dias. Requisita-se vaga à Secretaria de Defesa Social. Se, em cinco dias, a vaga não sair, o Juiz é obrigado a colocar a criança ou o adolescente em regime domiciliar, caso contrário será punido. Se

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 76

fosse o Governador, tudo bem, mas não é, porque o Estatuto prevê punição para o Juiz, que é a autoridade coatora que mantém o adolescente em cadeia pública. Mesmo assim nada tem sido feito até agora. O senso de impunidade continua no Judiciário e no Juiz. O Juiz alega que mora em uma comarca pequena e deve satisfação à sociedade e à vítima. Concordo, mas questiono se é preferível isso a um processo, porque o Ministério Público não vai processar o Governador, se não tiver criado um centro de internação: a lei prevê punição para a autoridade coatora, que é o Juiz. Há Juízes que entendem que a autoridade coatora é o Delegado que está segurando o adolescente na cadeia.

O que defendo e peço é o seguinte: depois de tudo que observei no Brasil e das políticas existentes até hoje, percebo que não os profissionais, da área de assistência social ou da saúde, não tem capacidade de entender que crianças e adolescentes precisam de tratamento diferenciado, especializado e em local adequado. Isso não é invenção minha; está previsto no art. 112, § 3º, do Estatuto, que diz que o tratamento é individual, especializado e em local adequado, seja em nível municipal, seja em nível estadual. Dr. Cloves, somos grandes parceiros, mas vou bater um pouco no senhor: não temos para onde encaminhar crianças e adolescentes. Em Belo Horizonte, atendemos a adolescentes praticamente 15, 20 minutos depois de serem apreendidos; a maioria está ainda sob efeito de droga, especialmente de "crack", ou em crise de abstinência. Quando chegam, por exemplo, às 18 horas, serão atendidos apenas na manhã do dia seguinte, quando

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 77

o efeito da droga já passou. O efeito do "crack" passa rápido; eles têm crises fortes de abstinência. Às vezes, fico inclusive incapacitada de conversar com eles em razão do estado em que estão. Mas, em Belo Horizonte, não existe um local para atendê-los. Quem me atende com muita benevolência é o Diretor do Hospital Raul Soares. Não sei o porquê dessa caridade, porque não é competência dele. Não, não é por eu ser Juíza. Acho que ele se sensibilizou com o meu caso. Como essa mãe falou, aqui tudo é burocrático e não existe um atendimento imediato. Se uma pessoa chega para você e diz que é dependente químico, você deve acolhê-la na mesma hora. Não é mandar ela fazer exame de sangue, de urina e de fezes e, daqui a um mês, voltar e se decidir o atendimento. Mas é dessa forma que acontece. Não há acolhimento, como disse a mãe. Como Juíza, sofro.

Antigamente, falávamos que tinham que responder à autoridade judiciária, caso contrário ocorreria crime de desobediência. Hoje, se falarmos isso, riem - e o senhor sabe disso. O crime de desobediência caiu naquela lei do Juizado Especial que não dá em nada; ninguém cumpre ordem de Juiz e, muito menos, dos senhores, porque nada acontece. Recentemente dei uma liminar em uma ação civil pública que determinava a internação de um jovem, e o hospital não a cumpriu. Vou prender para quê? Não é mais crime.

Enfim, não temos para onde encaminhar os adolescentes. A rede de saúde mental do Município e do Estado não nos oferece nada.

Gostaria que, da próxima vez, o Secretário Municipal Jorge Nahas estivesse presente, porque, segundo declarações dele, estou

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 78

causando um alarde muito grande, pois não há nada disso em Belo Horizonte. O senhor falou que Belo Horizonte é a capital do "crack", enquanto ele diz que devemos ter muita tranquilidade, porque, em razão de suas convicções político-partidárias - estou feliz porque vejo que aqui cada um representa um partido, portanto não há esse tipo de convicção para se estabelecerem programas de atendimento e tratamento -, não são permitidas implementações de leitos em hospitais e que não há necessidade de internação. Fiquei feliz ao ouvir o senhor dizer que Belo horizonte é a capital do "crack", porque passei por mentirosa, apesar dos dados estatísticos que apresentei. Ele ainda me contestou e disse que não são 3 mil adolescentes apreendidos por envolvimento com drogas, alegando que eram apenas mil e que eu estava somando com o tráfico. Como? Um dia, Deputado, o adolescente é preso como usuário; no outro, preso como traficante. Depende do dia, porque ele precisa vender a droga até porque traficante não paga menor com dinheiro, paga com droga. Alguns vendem; outros guardam uma parte para usar e vendem outra. Não há pagamento por meio de dinheiro. Traficante paga menor com droga. A entrada dele no sistema não significa que ele é traficante e deve receber tratamento separado e que o outro é usuário. Ele disse que eu quero causar terror em Belo Horizonte, mas lhe digo que isso não é verdade, até porque, mesmo que sejam 3 mil, 100 mil ou 1, o Município e o Estado têm obrigação de oferecer alguma política de atendimento, independentemente da quantidade de pacientes. É uma infelicidade dele falar sobre essas políticas de convicção. Aliás, não sei qual é a

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 79

política de convicção dele, porque, graças a deus, Juiz não precisa nem pode ter partido, não entendo nem gosto de política.

O que devemos saber? Caps-AD são realmente eficazes para o atendimento ambulatorial de crianças e adolescentes? Os Caps-AD que existem em Belo Horizonte são destinados a adultos. O que eles chamam de Cersami, que seria o Caps-AD, não atende com eficácia e eficiência nem tem equipe profissional. Queremos leitos em hospitais gerais para atender crianças e adolescentes, porque, em razão do uso de drogas, eles apresentam outras doenças e precisam ficar internados para tratamento. Não estamos defendendo a volta ao antigo sistema manicomial, até porque nem me lembro dessa época, pois não tinha nascido. Defendemos tratamentos individualizados por meio de laudos médicos. Nenhum Juiz em sã consciência irá determinar a internação de uma adolescente sem laudo médico, porque estaríamos cometendo abuso de autoridade. A própria lei do sistema antimanicomial prevê três tipos de internação: voluntária, quando o próprio paciente a deseja; involuntária, quando o desejo é da família; e a compulsória, quando é determinada pelo Juiz. Quando há internação compulsória? Quando há omissão do Estado, da família e da sociedade. Não conheço a metodologia empregada pela Juíza do Rio de Janeiro, mas soube que ela havia recolhido crianças e adolescentes e os internado compulsoriamente em um local. Legalmente, ela pode fazer isso? Lógico, a lei o prevê em razão da omissão do Estado, da família e da sociedade. Ela não os deixará sentados, como ocorreu na quinta-feira, quando eu estava de plantão: após sair das audiências, fui à área

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 80

hospitalar e vi crianças de 3, 4, 5 anos já usando drogas e, aos 8 anos, já são dependentes químicos. Usam muitas latas de "thinner". Eu filmei como é feita a transação da droga.

Realmente é preciso que o Estado crie um espaço terapêutico - o que não significa que vá substituir a função dos Caps ou dos leitos dos hospitais gerais -, inclusive com leitos noturnos para atender crianças e adolescentes. O tratamento, a metodologia de tratamento da criança e do adolescente é diferenciada, porque eles não aderem a nenhum tratamento. É uma fase de contestação em que não aceitam regras. Temos que nos colocar no lugar da criança e do adolescente. Não adianta impor uma metodologia de tratamento cheia de regras, como a do adulto, porque a criança e o adolescente não lhe irão aderir. Gostaria de um espaço exclusivo para crianças e adolescentes, e não de mistura metodológica, porque o que se aplica ao adulto não se aplica à criança e ao adolescente.

Por fim, se o Estado não tem competência de, sozinho, implementar esse espaço, é preciso que faça parceria com comunidades terapêuticas ou ONGs, a fim de que uma instituição não governamental seria administr-o. Já fiz esse levantamento e tenho uma proposta para levar ao Governador. O custo é de R\$1.750,00 por mês, por adolescente, incluindo tudo, toda a infraestrutura de tratamento da família e leito hospitalar. Em Belo Horizonte, existem oito centros de internação e, neles, cada adolescente sai por R\$6.000,00 para o Estado. Gasta-se com construção de estádio de futebol; gasta-se com várias coisas. Aliás, Dr. Cloves, sou contra conferências e reuniões,

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 81

porque basta entrar na internet para se saber o que há para fazer. Todo mundo sabe o que deve ser feito. É preciso capacitar os funcionários da área da saúde, que estão altamente despreparados. Além disso, o modo de se dirigir a uma pessoa é absurdo, conforme o relato da mãe. Sei que isso acontece não só por parte dos profissionais, mas também da Promotoria. É um grande desespero. Não tenho filho toxicômano, mas duvido que alguém não tenha um caso na família. (- Manifestação fora do microfone.) A minha proposta é essa, pois já temos o diagnóstico. O senhor mesmo já fez um diagnóstico de todo o Brasil. O que é preciso ser feito todos sabemos. O que desejo saber é quando realmente será feito. Haverá necessidade de ações judiciais que obriguem o Município e o Estado a implementá-lo? Não gostaria que esse fosse o caminho, porque o senhor sabe que irão recorrer de todas as decisões em uma ação civil pública para implementação de políticas que irão levar cinco, seis anos. Além disso, existem os embargos, que retardam ainda mais uma decisão. Essas atitudes formais de ação civil pública para exigir o que a senhora pede, o que todas as mães pedem, devem ser feitas pela integração, mas não podem ficar apenas no discurso.

Aliás, não vim até aqui fazer discurso: vim saber o que é preciso fazer, o que o Judiciário tem que fazer, o que o senhor tem que fazer, o que o Subsecretário Cloves tem que fazer. É preciso conversar com o Governador? O que realmente é preciso ser feito? Coloco-me à disposição para ir a qualquer lugar. O que é preciso? Os senhores que estão visitando todo o Brasil - acredito - devem ter a

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 82

mesma ansiedade e também já ouviram propostas de soluções. É preciso fazer um apanhado, escolher as saídas e, efetivamente, executá-las. Obrigada.

O coordenador - Muito obrigado, Dra. Valéria, pelas contribuições. Passaremos a ouvir as entidades terapêuticas. Depois, Vereador Hugo Thomé, gostaria de contar com a sua paciência, pois sua fala como Legislativo Municipal é muito importante. Peço a V. Exa. que escute as comunidades. Em seguida, irei passar-lhe a palavra e para o meu querido Vereador Geraldo Félix. Obrigado pela compreensão.

Com a palavra, o Sr. Wellington Vieira, que representa a Federação Nacional das Entidades Terapêuticas Evangélicas. Wellington, V. Exa. tem 15 minutos. Agradeço a paciência por ter esperado, porque só temos oportunidade de discutir hoje com toda a Minas Gerais. O Carimbão veio de Alagoas e há outros parlamentares que usaram a palavra para trazer contribuições. Muito obrigado. Peço desculpas ao senhor e a estendo aos outros integrantes que vieram de Uberlândia e de outras cidades.

O Pastor Wellington Vieira - Agradeço aos Deputados Federais que ouviram nosso clamor para estar aqui hoje: Eros, Carimbão e outros. De fato, padecemos de algumas situações em Minas. Há alegrias? Sim, mas há muita coisa que nos entristece, como ouvir uma mãe falando dessa forma. Na verdade, não sei como poderíamos intitular uma pessoa que responde por uma Pasta numa cidade, numa Capital de 2.500.000, como o Jorge Nahas, que é incompetente, sem sentimento, enfim tudo o que se possa intitular a esse tipo de

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 83

pessoa. Dra. Valéria, gostaria de explicar o seguinte: em Minas, são 15 mil pessoas em tratamento, e não há problema de dependência química na Capital? Se o Jorge Nahas, que nem sei se sai de casa, pegar o carro e for até as comunidades terapêuticas da Grande BH, em toda a região - aproximadamente são 500 -, irá achar os dependentes químicos de Belo Horizonte. O Prefeito é incompetente e covarde, pois não toma uma posição.

É covardia falar que em Belo Horizonte não há problemas com a dependência química, porque as entidades do terceiro setor abrem as portas, com os especialistas, para atenderem, ou seja, várias comunidades terapêuticas de Belo Horizonte sequer discutem a questão com a Prefeitura de Belo Horizonte. Na verdade, o governo de Minas, desde 2003, tirou-nos da clandestinidade. Precisamos fazer muita coisa? Sim, mas sempre que dissemos ao governo que precisávamos de capacitação, de estruturação de nossos serviços ele financiou. Aqui, nesta Casa, os 77 Deputados, desde 2003, envolveram-se nas causas da comunidade terapêutica. Nenhum se furtou a fazer isso. Todo gabinete que se buscava comportava-se assim. Em Belo Horizonte, nunca se discutiu o problema da dependência química, mas nos usaram na época da campanha política, quando fizemos o movimento. Falei ao Prefeito que tinha certeza de que ele não resolveria o problema. Ele seria mais um a não resolver o problema. Decorreram oito anos e nada foi feito. Dissemos que eles chegariam à Prefeitura, veriam o paraíso, estão preocupados somente com o nosso imposto, e não discutiriam o problema. O Vice disse-nos que seríamos os primeiros a serem

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 84

chamados. Estivemos com ele, mas houve um total descaso. Estamos muito bem preparados para discutir política pública. Estou fora de politicagem. A droga não tem bandeira política nem religiosa. Sou mineiro, mas tenho vergonha de morar em Belo Horizonte, porque o Prefeito não discute, não tira da clandestinidade quem resolve realmente o problema. Se um adolescente tem de ser internado, temos de ligar para o Giovani e pedir, pelo amor de Deus, que o faça. Se formos ao Hospital Raul Soares, doutor, vou falar de novo o que falei. A senhora gosta muito do Raul, mas eu não gosto, porque não atendem as pessoas. Eles não atendem pessoas, não têm compaixão, não têm amor. Temos de pedir, pelo amor de Deus, para estabilizarem uma pessoa. É um absurdo ter de pegar meu telefone e fazer uma intervenção, pedir que mantenham um adolescente internado. Acho um absurdo uma assistente social dizer que não tem nada com isso. Penso que ela deveria procurar outro emprego, porque nem assistente social é, eu sou e cuido de todos os casos que me aparecerem. Acho que é um descaso. Belo Horizonte tem de fazer uma ação de repúdio. O Prefeito não discute o problema e não nos atende. Fico envergonhado quando vejo que ele está bem nas pesquisas. Está bem para quê? O povo está morrendo, está brigando, está tomando tiros, as famílias estão chorando. Estamos cansados de Belo Horizonte, por não discutirmos um problema tão sério quanto as drogas. É um absurdo esse moço dizer que em Belo Horizonte não há problemas. A Fiocruz é pesquisa, é evidência científica. Todas as comunidades já foram chamadas. Chamaram-nos à Prefeitura para resolvermos o problema dos moradores de rua com

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 85

dependência química. Eram 1.800 na época. Falamos com a regional sul que não queríamos resolver apenas esses casos, mas todos eles. Dissemos-lhes que gostaríamos que eles cuidassem das pessoas que estavam morando nas ruas, que, muitas vezes, não têm vínculos, mas precisam ser internadas, desintoxicadas. Falam que há casa transitória, mas isso não é verdade. O Caps-AD em Belo Horizonte é uma vergonha, não funciona, só pega dinheiro. relatei isso para a Presidente, da mesma maneira que estou falando a vocês. Estive com ela nesta semana. Estão fazendo um engodo, pois não estão querendo discutir o problema. Falamos com o Ministério da Saúde e eles não dão conta de resolver o problema, porque nós é que sabemos fazer as coisas. Eles têm de nos tirar da clandestinidade, reconhecer-nos e financiar o serviço, para que ele seja bom e de qualidade. Têm de nos financiar, para que prestemos um serviço, como já fazemos desde 1968 no Brasil.

As entidades querem somente duas coisas. Em primeiro lugar, queremos ser tratados como pessoas. Eles falam que não temos competência. Hoje as comunidades terapêuticas, no Estado de Minas Gerais, têm mais especialista que qualquer Prefeitura. O governo financiou 50 e depois mais 300. Quanto à estrutura física, as comunidades terapêuticas têm atendido 80% do serviço hoje. Há um bom serviço a prestar, existe uma estrutura física. Sabemos que a primeira coisa que precisamos é que nos tirem da clandestinidade. O governo de Minas fez isso em 2003. Criaram alguns programas . Belo Horizonte não tem essas coisas. O povo precisa saber por que Belo

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 86

Horizonte não tem as coisas. Sabem por quê? Porque o Prefeito não quer. Não há serviço de atenção clínica, porque o Prefeito não quer. Não há convênio com a comunidade terapêutica, porque o Prefeito não quer. Falta vontade política para com quem está morrendo. Ele está preocupado em preparar o Mineirão para a Copa. Quem vai poder ir à Copa? Será que vamos ter um brilho para irmos à Copa? Será que vamos ter um brilho para receber as pessoas? Gostamos de futebol, mas será que vamos ter esse brilho? Quantos meninos vamos perder, quantas pessoas vamos ter de enterrar, para que esse moço, que está com a caneta na mão, possa resolver a situação? Estive com o Presidente da Frente Parlamentar do "crack" e todas as entidades disponibilizaram-se para ajudar. Fomos ali e dissemos: "Hugo, se for para fazer politicagem, estamos fora. Se formos fazer política pública, estamos dentro". Temos projetos para uma casa de acolhimento, com financiamento do governo de Minas. Basta que o Prefeito queira receber-nos para discutir. Tudo que a senhora está pedindo, já temos. Temos todos os problemas de que fala, mas deve haver a vontade do Prefeito para discutir. Temos, em Belo Horizonte, o Conselho Municipal Antidrogas, que não funciona. Sabemos que alguns Prefeitos em torno de Belo Horizonte discutem a problemática, criam programas, como Sabará, Lagoa Santa, Betim. Várias cidades em torno de Belo Horizonte discutem o problema. Se a capital não o discute, o Prefeito do Norte de Minas não vai fazê-lo. Não sei o que fazer, porque não sou político. Cuido bem de política pública. Isso sei fazer bem. Precisamos que os senhores tenham uma conversa de pé de ouvido com o

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 87

Prefeito para chamá-lo à responsabilidade. Ele precisa acordar para isso, precisa importar-se com isso. Na semana passada, estávamos em Matias Barbosa, que tem 5 mil habitantes. Eles estão discutindo a questão da dependência química e criaram ali uma frente modelo. A proposta do Hugo é que todas as Câmaras discutam isso. Se nem o Conselho o Prefeito conseguiu colocar para funcionar, quem o fará? Será que ele vai querer discutir a questão de política pública aqui dentro? Ele não reconhece o conselho e as entidades de Belo Horizonte. Tudo que aqui acontece é feito na gambiarra. Se há algum problema de prevenção, ele deve ser feito. O governo de Minas já abordou o problema. Sei que está funcionando uma regional, há um arranjo e um projeto maravilhoso. Ele é tão bom que deveria ir para todas as regionais e para Belo Horizonte. Se o papo legal estiver funcionando, que abram as portas de todos os lugares. A Terra da Sobriedade fez ontem um evento em Venda Nova, em que havia pessoas do bem lutando contra a dependência das drogas. Creio que temos de juntar forças. A sociedade civil em Belo Horizonte está organizada. Hoje temos voz, mas precisamos ser recebidos. Até hoje, o Prefeito não nos recebeu. A Dilma já nos recebeu. Agora, é capaz de ele nos receber, mas não vamos bater fotos, porque estamos muito bravos. Realmente, queremos uma política eficaz, porque o Samu não atende, não vai em casa quando é chamado. Falamos à Presidente que o Samu, na questão da dependência química, não funciona. A Polícia Militar, por mais boa-vontade que tenha, não dá conta de atender tudo. Se a Polícia Militar não vai, automaticamente chega o rabecão. Estamos

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 88

cansados de fazer velório. Queremos fazer festa para ontem. Muito obrigado por esta Comissão vir nos escutar aqui.

O coordenador - Muito obrigado, Sr. Wellington Oliveira, Presidente da Federação Nacional das Comunidades Evangélicas Terapêuticas. Com a palavra, a Sra. Roseli Barcelos, Coordenadora do Centro Terapêutico Poços de Luz/MG. Quero lhe dizer que tenho uma pessoa muito querida que também usa chapéu. Fiquei muito feliz com sua presença. Seja bem-vinda ao nosso meio.

A Sra. Roseli Barcelos - Muito obrigada a todos. Achava que eu era um ET em Poços de Caldas até ouvir o que estou ouvindo. Minha luta são as internações asilares. As estatísticas mostram que o modelo de Caps, álcool e droga, não funciona pela burocracia. Ele exige de um paciente, que não tem capacidade de se organizar como indivíduo, que o faça, quanto mais organizar uma agenda médica que o avalie enquanto necessidade de internação ou tratamento sistema-dia. Não acredito, pelas experiências que tenho desde 1989, que começaram em Belo Horizonte com o núcleo de assistência da Fundação Ezequiel Dias, que isso aconteça. Não era a Casa Azul na época, mas o Centro Mineiro de Toxicomania. Isso não vai ser resolvido facilmente. Ouvi falar do Psiquiatra Bruno Alexandre. Já o conhecia. Todas essas questões trazidas pelo Dr. Elias Murad já me eram familiares, porque também sou familiar de toxicômano. Aprendi tudo pela lei do amor. Sempre acreditei que não éramos donos da história. Minha formação é em Ciências Contábeis, área que não tem muito a ver com a questão de saúde, mas meu envolvimento de coração fez-me utilizar meu intelecto

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 89

e minha vontade para pesquisar e aprimorar os meus conhecimentos. O conhecimento também é necessário. Uma mãe, a Dalvineide, relatou ser uma codependente em recuperação. Também faço a minha recuperação de codependência como familiar. Acredito que a família tem de ter uma assistência nessa programação. Acredito que a sociedade, de fato, deve sair dos papéis, das falácias e partir para as atitudes e ações. Só assim, teremos solução. Foi muito triste ouvir um intelectual, como Fernando Henrique, em cadeia nacional, falar sobre o problema. O "Fantástico" fez uma matéria bem tendenciosa sobre a descriminação da maconha. Prova é que o álcool é a droga lícita no Brasil, mas nem por isso é a menos utilizada. Com todos os argumentos e sustentações, ele quis defender essa ideia. Não consegui entendê-lo, porque não vejo, em nenhum momento, a diminuição da criminalidade pela descriminação da maconha. O usuário perde a capacidade produtiva, quando está consumindo essa droga. Ele pode ter caderneta na padaria da esquina, mas vai haver um momento em que não poderá mais consumir essa droga sem dinheiro. Ele vai ter de roubar e utilizar a violência, da mesma forma que é feito pelos traficantes. Não importa quem aperta o gatilho. Essa bala não tem destino. Há essa violência no Brasil e no mundo, porque a falta de face que o tráfico mostra é a mesma falta de face que o terrorismo apresenta. Esses modelos não funcionam, só burocratizam o atendimento. Para o traficante, a biqueira da esquina não tem impostos. Ele poderá contratar menores, pagar em matéria-prima e não ser levado ao Ministério do Trabalho nem ao Judiciário. Hoje, em função das leis que tratam do tráfico de drogas no Brasil, a

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 90

materialidade da Polícia Militar e da Polícia Civil é muito complicada. Hoje poderia estar aqui com essa pasta, carregando drogas sintéticas ou "crack". Se alguém me abordasse, poderia ser levada e até presa. Mas, diante do Juiz, poderia dizer que, quando me sentei, essa bolsa estava lá. São obrigados a me soltarem, porque não houve materialidade. Existe, ainda hoje, uma desconexão entre o poder constituído e a realidade que vivemos em sociedade. Acredito que vamos conseguir vencer isso, por meio de políticas preventivas. Mas, para os estragos que já foram feitos, é necessário que haja mais mecanismos fiscalizadores.

Como disse a Meritíssima Juíza, temos muitas leis, mas pouca capacidade de fiscalização. Antes, na minha cidade - pela nossa inexperiência -, brigávamos para que se abrissem comunidades terapêuticas e elas foram surgindo. Hoje, temos quatro comunidades terapêuticas. Duas, com alvará sanitário, funcionam dentro da legalidade; uma, funciona dentro do nosso Município há mais de um ano sem alvará sanitário; sobre a outra, apesar de ter havido um caso de tortura e homicídio - o inquérito foi fechado -, nada se fez, nada se fala. Ela está sob a custódia de um psicopata, tem 108 internos, sem nada ter sido providenciado pela Vigilância Sanitária, pelo Ministério Público. Infelizmente - sinto muito em dizer isso -, temos um Ministério Público totalmente apático, que não toma nenhuma medida em favor do cidadão e da saúde. Infelizmente, nenhum médico lá está capacitado ou habilitado para emitir laudos de acordo com a Lei nº 10.216 em seu § 6º, que estabelece sobre as internações involuntárias

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 91

ou compulsórias, só o médico especialista em álcool e droga do Município. Mas é o Município que será condenado a pagar. Esse médico, assim como qualquer outro, não pode liberar laudos nem fazer aquela política do enrola, enrola, do álcool e das drogas. A minha preocupação é se isso vai atingir o nosso Município, porque estou vendo isso acontecer aqui, em Belo Horizonte, que é a Capital, onde está o governo do Estado e onde há mais mecanismos de denúncia. Em Poços de Caldas, uma cidade que não tem 200 mil habitantes - estamos na casa dos 160 mil - o que podemos esperar, de verdade, dos trabalhos que estamos fazendo aqui? Tomara que não fiquemos só nas falácias, que coloquemos tudo isso à serviço da sociedade como um todo, porque Poços de Caldas está no Sul de Minas, mas ainda é Minas Gerais. Obrigada. (- Palmas.)

O coordenador - Muito obrigado, Sra. Roseli Barcelos. O relator quer saber qual a distância de Poços de Caldas para Belo Horizonte? São quase 500km?

A Sra. Roseli Barcelos - São 476Km.

O coordenador - Queremos agradecer a sua presença e dizer que vamos fazer o nosso trabalho. A senhora pode ter a certeza disso. Vamos ajudar o governo federal a fazer uma política do povo para o governo. Nada melhor que o parlamento para fazer isso.

- Intervenção fora do microfone.

A Sra. Roseli Barcelos - Posso falar sobre uma estatística que trouxe?

- Intervenção fora do microfone.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 92

O coordenador - O senhor não vai deixar de falar, porque aqui é a Casa do povo. Por favor, queira identificar-se para que fique registrado em ata.

O Vereador Waldemar Antônio Lemes Filho - Meu nome é Waldemar Antônio Lemes Filho. Estou acompanhado dos Vereadores Paulo Eustáquio de Souza e Flávio.

O coordenador - O senhor vai falar em nome dos Vereadores? Pode ser?

O Vereador Waldemar Antônio Lemes Filho - Quero só justificar a nossa presença. Desde que o Deputado Federal Geraldo Thadeu nos informou que seria instalada esta Comissão em conjunto com a Assembleia Legislativa, sentimos a necessidade de participar desta reunião - quero fazer uma saudação aos companheiros Vereadores de Belo Horizonte -, até porque a Câmara Municipal de Poços de Caldas, a Roseli sabe disso, já fez três audiências públicas para debater esse assunto, mas não conseguimos chegar a um denominador comum. A nossa preocupação, sobretudo com as famílias que têm algum dependente químico, é muito grande. Foi isso que nos fez sair de Poços de Caldas às 6 horas da manhã para vir aqui e voltar às 18 horas. O Poder Legislativo de Poços de Caldas não poderia ficar fora desse importante debate. Também queremos pedir o que a Roseli acabou de pedir, ou seja, que seja realizada audiência pública da Câmara Federal em Poços de Caldas, no Sul de Minas. Ficamos muito felizes quando o Deputado Federal Geraldo Thadeu aventou essa possibilidade, até porque, como disse a Juíza, somos vários Brasis, mas também somos

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 93

Minas. Somos de Poços de Caldas, mas somos mineiros, embora toda essa distância, muitas vezes, deixa-nos mais próximos de São Paulo. Então, de alguma maneira, o governo de Minas não nos olha como deveria.

Parabéns à Câmara dos Deputados. Acredito na Presidenta Dilma. Como disse o Pastor, se o Prefeito de Belo Horizonte não os recebeu, a Presidenta Dilma, com menos de seis meses de mandato, os recebe e tenho certeza absoluta de que envidará esforços para que o sofrimento de todas as famílias brasileiras seja minimizado. Porque só Deus pode tirar as pessoas das drogas ou as drogas das pessoas.

É com muita satisfação, Deputado Federal Leonardo Quintão, que deixo o convite para irem a Poços de Caldas. Desconhecia esse dado do psicopata colocado pela Roseli, mas espero que esta audiência realmente aconteça. Sei que somos 27 Estados, mas gostaria que o Estado de Minas Gerais tivesse o privilégio de também ter a segunda audiência no Sul de Minas. Muito obrigado.

O coordenador - Obrigado, Vereador Waldemar. Quero que conste em ata a presença do Vereador Waldemar Lemes Filho, Presidente da Câmara dos Vereadores de Poços de Caldas e dos Vereadores Professor Flávio e Paulo Eustáquio nesta reunião. Agradeço a presença de V. Exas. Depois, se estiverem aqui no momento dos debates, também poderão manifestar-se.

Com a palavra, o Sr. Giovanni Alexandre Silva, Presidente do Projeto Vida, que também disporá de 15 minutos para as suas considerações.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 94

O Sr. Giovani Alessandro Silva - Boa tarde a todos. Como já

é quase noite, tentarei ser o mais breve possível. Só corrigindo, Deputado, é Projeto de Vida, uma instituição que já está em Contagem há 12 anos, trabalhando no processo de prevenção e tratamento do usuário de álcool e droga. Nesses 12 anos, tivemos um desafio muito grande, porque, no início do nosso trabalho, tínhamos apenas a ideologia.

O coordenador - Professor, só quero ressaltar que quando a Exma. Juíza estava usando a palavra, o Deputado Eros Biondini pediu que o senhor relatasse sobre o tratamento da criança e do adolescente, diferenciado do tratamento do adulto. Ele disse que o senhor tem uma experiência muito bonita no Projeto de Vida. Peço-lhe perdão porque aqui está Projeto Vida.

O Sr. Giovani Alessandro Silva - Não há problema. Então, começamos com o processo da ideologia, mas chegamos à conclusão de que ela sozinha não era o suficiente. Esses relatos sobre o sofrimento das mães, esse desespero é real, acontece constantemente. Quando as mães chegam a esse ponto é porque já conviveram com o problema dessa criança, desse adolescente, mas, quando entram na fase adulta, elas não sabem mais o que fazer. Não resta dúvida de que é necessário tratar a criança, o adolescente, mas também o pai e a mãe. De forma individualizada, percebemos um grande fracasso. Durante esses 12 anos, só a ideologia não resolveu. Então, começamos a aprimorar o nosso trabalho e constatamos que a prevenção se tornava cada vez mais difícil. Na época, entramos em contato com a Senad e

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 95

ela nos encaminhou três revistinhas da Mônica para que desenvolvêssemos o trabalho de prevenção no Município de Contagem, que era insuficiente. Juntamente com o meu amigo, Ronaldo Viana, que está ali, que tem vasta experiência em Belo Horizonte, buscamos outros apoios. Ele sempre me dizia: "Vai para o campo da criança e do adolescente, porque lá há investimento." Não foi isso, Ronaldo? Realmente, o campo da criança e do adolescente é importante, mas quanto ao investimento, Ronaldo, volto a repetir pela segunda vez, você mentiu para mim. Mas, tudo bem. A questão da criança e do adolescente é um desafio muito grande, porque temos que defender o adolescente dele mesmo. Esse é o primeiro problema que temos. Hoje, voltamos a tentar aprender a tratar do adolescente, porque percebemos que chegaríamos antes. Não esperaríamos que ele ficasse adulto, doente, cada vez mais complicado, envolvido com a Justiça, para depois tratá-lo. Percebemos que o adolescente era um achado, mas chegamos atrasados, Dra. Valéria, porque hoje internamos crianças de 9 anos, dependentes de "crack", aplicado pela própria mãe, que é usuária de "crack". E o que estamos fazendo é porque Deus nos está ajudando. Só com a misericórdia Dele é que nos fortalecemos a cada dia para conseguirmos vencer. Como disse a Dra. Valéria, nesse aspecto da criança e do adolescente, é preciso haver ambiente adequado, específico e todas as garantias, porque temos o ECA que garante tudo isso. Para que isso seja concretizado há um custo, porque as instituições não darão conta só com as doações da sociedade, é impossível. Não tem o mesmo custo em relação ao adulto.

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 96

Quando disse aos Deputados que primeiro precisamos de mais técnicos e de mais agentes, é porque precisamos defendê-los deles mesmos. É a nossa realidade. E o adolescente vem com outra situação. O que a Dra. Valéria disse, eles têm de cor e salteado: "Ah, Justiça? Não dá em nada." Esse é o discurso que têm na ponta da língua, porque é isso que é incutido neles na regional onde moram, dentro das vilas, dentro dos morros. E acreditam nisso, como eles próprios dizem: "Até que a casa cai." E, às vezes, a casa cai, mas ela levanta rapidinho, sabe Deputado? Esse é o grande problema. Entendo a aflição da Dra. Valéria quando precisa encaminhar um adolescente para tratamento, mas não há vaga. Aí, meu amigo, Subsecretário Cloves Benevides, a Dra. Valéria disse que ia lhe bater, mas não vou. Só vou defendê-lo aqui, porque já passou da hora de Minas ter uma Secretaria. A Subsecretaria já avançou muito, precisamos de uma Secretaria para ter mais recurso nessa área. Os nossos Deputados federais precisam dizer à Presidenta: "Dilma, você tem neto e sabe que devemos defender as crianças e os adolescentes." É necessário. Realmente, há um conflito muito grande nessa questão da criança e do adolescente. Apesar de todo o empenho do Subsecretário Cloves Benevides, que vem tentando defender cinco vagas junto à comunidade lá, em Contagem. Cloves, como disse a Dra. Valéria, é vergonhoso o Estado ter cinco vagas para tratamento da criança e do adolescente. O que pretendemos hoje é diferenciado, porque o adolescente não vem só com transtorno de uso de drogas, mas com transtorno de criminalidade, de afeto e de escolaridade, que, para mim, é o mais gritante. As escolas também não querem recebê-los.

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 97

Pelo contrário, muitas vezes, quando é informada de que precisam do apoio da escola para serem incluídos, elas tiram o corpo fora. Como foi aqui, hoje, os professores estão omitindo os fatos dentro da rede escolar, porque estão com medo. Há professor que tem a coragem de dizer assim: "Se começar a defender essa causa, eles vão quebrar o vidro do meu carro, vão arranhá-lo." Então, o carro está valendo mais que uma criança? E quando há algum conflito de madrugada entre criança, adolescente - isso é comum numa casa com 10, 12 adolescentes -, para nos resguardar, é preciso haver um Boletim de Ocorrência em um distrito policial, em uma Delegacia, temos de escutar o Delegado dizer: "É difícil entender vocês, que mexem com esses adolescentes. Não sei se são anjos ou tolos, idiotas." Então, respondo: vai depender, se esse adolescente que está comigo for seu filho, sou anjo, se não for, sou tolo. Precisamos de uma política clara. Quando falamos de política pública, Dra. Valéria, precisamos disso. Fico muito feliz de estar aqui, porque é muito difícil chegar aqui, não é Cloves? Ficamos lá, na ponta, sofrendo, vendo menino brigar, tentando juntá-los. Eles nos têm como referência de pai, mas tentamos desfazê-la, porque é uma referência negativa. Tentamos fazer a inclusão e abrir a porta de entrada. Mas, a porta de saída, Deputado, é mais estreita do que a entrada no céu. É estreita demais. Para a porta de saída, dependemos da sociedade, dependemos de programas, como, por exemplo do governo federal. Pelo amor de Deus, gente, não sou como a Dra. Valéria, não sei nada de política e não sou candidato. Há um programa que vem de cima para baixo, o ProJovem. Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 98

Esse programa é maluco, não obedecemos nenhuma de suas regras, porque, se assim fizermos, não ficará um adolescente. E é programa de inclusão. Aí, o ProJovem resolveu fazer um questionário para entender o que o adolescente sentia dentro desse programa. Uma das perguntas é a seguinte: "O que vocês pretendem daqui a cinco anos?". A outra, é: "O que você pretende após 10 anos?". O Município de Contagem assustou quando um adolescente respondeu: "Daqui a cinco anos, pretendo estar livre e, após 10 anos, pretendo continuar vivo." É isso que estão gritando aí fora. Hoje, dentro de comunidade terapêutica, os adolescentes precisam de afeto, carinho, amor, cuidado e zelo. Talvez não tenham conseguido isso com o sofrimento dos pais. O que eles pedem muitas vezes é limite.

É interessante vermos que o que os adolescentes de 14, 15 anos mais gostam é colorir. Cloves, nós gastamos muitos recursos públicos com papel, com canetinha e com massa. Isso porque a infância deles foi interrompida pela droga.

Uma vez, uma adolescente me disse que nós lutamos muito para que eles vivam dentro da nossa realidade, isto é, que nós queremos trazê-los, de toda maneira, para a nossa realidade ou para uma realidade que a sociedade implanta e acha que é real. Ela me disse ainda que não conseguiríamos viver sequer um dia dentro da sua realidade. Segundo ela, sua mãe repetia o mesmo discurso de sempre: que deveria trabalhar para me sustentar. Aliás, essa é uma realidade nos dias de hoje. As mulheres têm trabalhado muito para o sustento do lar, e a ausência delas dentro de casa tem sido um fator agravante

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 99

para o problema das drogas. Os adolescentes têm esse discurso na ponta da língua. Todos dizem que a mãe precisava trabalhar e que ficavam soltos, na rua.

Quando se fala de projetos na área de prevenção, para crianças e adolescentes, devemos realmente estar fortalecidos para que isso seja feito de forma bem clara. O governo precisa investir em cultura e lazer para o adolescente, num espaço seguro. Esses espaços devem ser mais interessantes que uma boca de fumo. O poder que eles precisam sentir é o poder da graça de Deus na vida deles e não o poder de uma arma na mão. Com arma, todo mundo se abaixa. Com arma nas mãos, qualquer um tem poder. Precisamos inverter, na cabeça desse adolescente, esse poder que está sendo implantado para eles, esse poder de que tudo posso. Ele pode furtar, pegar R\$3.000,00, R\$4.000,00, e ir ao "shopping" gastar com o que ele quiser, com o melhor tênis e a melhor roupa. Também precisamos fortalecer mais os pais para que eles entendam que o filho que não trabalha não pode chegar em casa com uma calça de R\$300,00. É importante que os pais queiram saber de onde isso veio.

A diferença entre a criança e o adolescente literalmente é essa. Já o adulto, ele tem o direito de fazer da sua vida o que bem quiser - a Constituição lhe garante o direito de ir e vir, e o adolescente tem o direito à educação, ao lazer e à cultura. A única coisa que ele não poderia ter direito é de ter acesso tão fácil às drogas. Se a droga chega às mãos de um adolescente, ela também terá de passar pelo corredor do Legislativo, do Executivo e do Judiciário.

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 100

É por isso que digo que precisamos nos fortalecer para darmos conta. E como dar conta dos adolescentes? A resposta é: não trabalhar sozinhos. Aliás, fico feliz por não estarmos mais sozinhos. Já ficamos tão sozinhos na clandestinidade lá fora, tão soltos e jogados. O Ronaldo Viana já está com a barba branca. Da mesma forma, o Prof. Elias Murad, que conhecemos bem mais moço, porque naquela época éramos muito novinhos. O Prof. Elias Murad nos encoraja tanto em relação a essa história, o que significa que existe um jeito para o problema. O Cloves também está há muito tempo nessa luta. A gente sempre briga, Cloves, mas se gosta e é isso que é importante. Aliás, estamos justamente num momento de briga, que é a parte da assinatura do convênio.

O adolescente gasta muito, mas não gasta os valores que tenho escutado ultimamente. Dra. Valéria, da última vez, a senhora falou em R\$6.000,00 e agora só em R\$1.750,00. (- Intervenção fora do microfone.)

O coordenador - Dra. Valéria, deixa ele encerrar, posteriormente, na fase de debates, a senhora poderá falar.

O Sr. Giovani Alessandro Silva - Em se tratando de semiliberdade, o valor é de R\$4.000,00. Com R\$1.700,00, R\$2.000,00, é possível se fazer uma comunidade terapêutica modelo para o adolescente. Amor não se paga, mas é claro que precisamos de profissionais qualificados, que não podem receber um salário de esmola. O adolescente suga muito das pessoas, mas o amor à criança e ao adolescente não se paga, não tem preço. Ensinar limites não se

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 101

paga; ensinar amor ao próximo não se paga; e ensinar espiritualidade não se paga mesmo, porque tem de ser 100% de graça. Deputado Leonardo Quintão, é isso o que temos feito em Contagem. Sem dúvida, a Prefeitura tem ajudado muito, assim como o Secretário e a sociedade. Até o Corpo de Bombeiros tem ajudado. Hoje os meninos fazem atividades das 7 horas da manhã às 10 horas da noite, e, duas vezes por semana, praticam natação no Corpo de Bombeiros. Isso foi muito bom para os Bombeiros, porque eles tinham vários problemas dentro da corporação, e, para os meninos, foi melhor ainda, porque passaram a usufruir de uma piscina olímpica, de graça.

A saúde pública de Contagem também tem ajudado muito, de uma forma informal, mas tem ajudado. Hoje o que precisamos levar adiante é o fortalecimento dos olhares para o adolescente, isto é, voltar o olhar para o adolescente. Não vamos esperar que eles se tornem maiores de idade para o Judiciário gastar mais. Sabemos que o sistema carcerário é caro e não dá grandes resultados. Não vamos esperar isso acontecer. Como a Dra. Valéria disse, e nós sabemos disso, se olharmos para a nossa família, veremos que existem na nossa família usuários de drogas. Graças a Deus, não precisei esperar droga nenhuma para poder lutar pela causa. Eu luto, porque acredito.

No grupo da família, que acontece todas as quintas-feiras no Projeto de Vida, sempre lembro a todos que estou ali porque acredito no resultado daquela família, mesmo que ele dure apenas um dia, um mês, um ano ou até mais de um ano. Acreditamos no resultado. Sobre o adolescente, gostaria de informar-lhes um número importante, Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 102

em três anos, passou pela comunidade do Projeto de Vida mais de 120 adolescentes, e o resultado encontrado foi superior a 60%. Não basta o adolescente cumprir o seu processo de oito meses e o entregarmos a sua família dizendo que ele já está pronto. O Dr. Paulo - Juiz da Vara da Infância de Contagem -, em alguns casos, até manda esquecer a família, porque, muitas vezes, o envolvimento da família até atrapalha. Isso é verdade. Existem famílias que infelizmente não querem voltar para buscar o seu filho, assim como há famílias que não participam do processo para não ter de visitar o filho numa comunidade. É por isso que digo que o tratamento é diferenciado, e a doação é integral. Além disso, é necessária a participação do pai e da mãe. Isso é fundamental para dar certo. Se tivermos a justiça terapêutica e o Juizado ajudando, as coisas serão mais fáceis.

Quando o adolescente fica frente a frente com a Dra. Valéria, por exemplo, ele entende que ali está o limite da justiça, o que muitas vezes não acontece na frente do policial. Eles têm o respeito, mas acabam vencendo as barreiras. No entanto, quando chegam ao Judiciário, eles entendem que chegou o fim da linha.

Deputados, fica aqui não digo o nosso desespero, porque essa é uma palavra muito forte, mas é quase isso. Espero que possamos voltar o nosso olhar para os nossos adolescentes, porque queira ou não é essa safra de adolescentes que futuramente poderá estar aí; assentados nessas cadeiras defendendo a nossa melhor idade. Essa é a minha preocupação. Eu quero ter a melhor idade, com garantia, sem ter de ficar muito preocupado com o Estatuto do Idoso. Quero ter a

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 103

garantia de que existem pessoas e adolescentes que se formarão neste país para garantir os meus direitos, sem que eu precise andar com o Estatuto nas mãos. Muito obrigado aos senhores. (- Palmas.)

O coordenador - Muito obrigado, Giovani. O Giovani é Presidente do Projeto de Vida. Agradeço muito a sua experiência com as crianças e com os adolescentes. Poucas pessoas têm essa experiência. O tratamento discutido por parte do governo é um tratamento geral. A fala do senhor e da Exma. Juíza foi muito importante e vai contribuir com o nosso relatório. Mais uma vez, muito obrigado. Que Deus abençoe o trabalho do senhor.

O Sr. Giovani Alessandro Silva - Sou eu quem agradeço a oportunidade.

O coordenador - Neste momento, darei oportunidade aos dois Vereadores que representam a Câmara Municipal. Registro a presença do assessor Wellington, representante do Vereador Iran Barbosa que não pôde comparecer por motivo de viagem.

Primeiro vamos ouvir o nosso decano, o Vereador Geraldo Félix, para depois encerrarmos com a fala do Vereador Hugo Tomé, que é Presidente da Comissão Antidrogas da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

O Vereador Geraldo Félix - Senhores membros da Mesa e demais participantes desta plenária, os temas em discussão são muito importantes, assim como o conhecimento e a sensibilidade dos senhores. Gostaria de, em poucos minutos, manifestar-me, como o Capitão se manifestou, a respeito do Proerd. Nós, em Belo Horizonte,
Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 104

conseguimos aprovar um projeto para incentivar a Prefeitura a celebrar convênios, já que quase tudo esbarra na carência de recursos. É preciso que haja sensibilidade e honestidade, mas sem o recurso a coisa não anda.

Sr. Presidente, gostaria de dar uma sugestão e que ela seja levada à frente. O Estado, assim como nós, tem um projeto de lei que virou lei, atendendo às sugestões dos militares do Proerd, do 34º Batalhão. Prefeituras e escolas municipais, nós precisamos que o Estado facilite e incentive os Prefeitos a realizar convênios com a polícia, porque o trabalho da polícia é maravilhoso. A polícia está blindando as crianças e os adolescentes dos males da droga, desse câncer que vem tomando conta do mundo, que é muito forte no Brasil e que atua com destaque em Belo Horizonte. Convencer os adultos que já se iniciaram na droga é mais difícil de obter sucesso, por isso estamos incentivando o trabalho do Proerd, para que ele tenha sucesso. Mas, para isso, é preciso recursos para trabalhar.

Falaram de cola, e eu tenho notícias de pessoas idosas cheirando cola. Isso está para todo lado. Agora até os velhos querem cheirar cola, isso não é mais só para crianças. O mundo está indo para o buraco. Alguém disse aqui que está em jogo a subsistência da sociedade. O mundo está caminhando para o buraco. Ou nós fazemos um mutirão nacional contra as drogas ou não teremos sucesso.

A Juíza já fez uma crítica positiva de que se gasta o que não se pode gastar para fazer estádio para a Copa do Mundo. Vão faltar recursos. Nós temos gasto tanto dinheiro para fazer a Copa que

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 105

faltarão dinheiro para a subsistência de outro setor. Quero fazer uma proposta que pode ser até ridícula, pelo fato de alguém já ter falado nisso e ter sido reprovado. Não existe só uma maneira de assegurar recursos. Estamos falando dos "royalties" do petróleo. Estão querendo saber como esses "royalties" serão distribuídos. Uns acham que deveriam ser os Estados mais importantes, as cidades produtoras do petróleo. Sugiro que os "royalties" do petróleo sejam distribuídos para salvar o Brasil, garantir o futuro do Brasil. Mas como ele será garantido se cada Prefeito levar um bocado ou se cada Estado levar uma bolada? Levem essa ideia aos Deputados e Senadores. O "royalty" tem de estar carimbado para a saúde, para a educação e para a segurança pública, independentemente de Estado, Município e União. Tudo precisa de recurso para ter sucesso. Sem recurso não existirá nada. Precisamos da ideologia, das ideias, do caráter, do conhecimento do Secretário, da firmeza da Juíza, bem como do coração e da dignidade do pastor.

A educação precisa convencer as pessoas a não entrarem para o mundo das drogas, e a saúde precisa recuperar aqueles que vacilaram e entraram. O nosso sistema de segurança pública, que envolve o Judiciário, também tem o seu papel. O dinheiro deve ser usado para isso, porque o que está em jogo é a sobrevivência da sociedade e não apenas de uma ou duas famílias. A família é a base de tudo, como já foi dito.

Eles estão brigando até agora para saber para onde deverá ir o dinheiro do petróleo. Levem essa minha proposta que eles saberão

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 106

para onde esse dinheiro deverá ir. A verba tem de ser carimbada para um assunto e não para um Município ou para um Estado. Toda ela tem de estar voltada, sem exceção, para resolver esses problemas de saúde, educação e segurança, principalmente contra esse câncer que avança, que é as drogas.

O coordenador - Muito obrigado, Vereador Geraldo Félix. Informo a V. Exa. que foi aprovado o fundo social com os "royalties" do petróleo, com a nova lei do petróleo. Agora estamos trabalhando para derrubar o veto, já que parte dessa lei foi vetada na redistribuição dos Estados. É só votar. Independentemente de qualquer partido, nós vamos defender os nossos Estados. O Deputado Federal Carimbão vai defender o Alagoas e eu, o Weliton Prado e o Geraldo Thadeu vamos defender Minas Gerais, para que a partilha dos "royalties" do petróleo cheguem de uma forma mais justa para Minas Gerais. Isso nós vamos fazer, independentemente do partido. É justamente por isso que estão demorando tanto para votar. Mas tenho certeza de que será votado e que vamos derrubá-lo.

O Sr. Vereador Geraldo Félix(?) - Clareia um pouco para mim. É toda verba?

O coordenador - Não, é parte da verba. Vou acatar a sugestão de V. Exa. de discutirmos este ano os "royalties" do minério. O governo federal irá encaminhar para a Câmara dos Deputados a grande discussão. Darei um exemplo para V. Exa.: A cidade de Campos arrecada mais de R\$3.000.000.000,00 ou R\$4.000.000.000,00. Isso acontece numa cidade do Rio de Janeiro. Minas Gerais arrecada menos

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 107

de R\$300.000.000,00 de "royalties" do minério. Então, qual é a diferença? Um é um pouco pastoso e o outro é durinho, porque é pedra. Temos que mudar isso. A grande injustiça do Estado de Minas Gerais é o minério. A nossa riqueza está indo embora e não estamos fazendo justiça social com essa riqueza. Mas o projeto virá e vamos trabalhar, Carimbão, e vamos repartir com todos os Estados, mas Minas Gerais não pode ficar punido, como está.

O Vereador Geraldo Félix(?) - Não adianta, na minha modesta opinião, dar um bocado para cada Estado para eles gastarem como quiserem, dar um bocado para cada Prefeito gastar como quiser e separar um pouquinho para resolver o problema da salvação da nossa pátria, e modelo para o mundo. O mundo terá que lutar contra isso.

O coordenador - Nós já temos o fundo social que dará recursos.

O Vereador Geraldo Félix(?) - Não sei quanto é, mas não vai dar.

O coordenador - O recurso do petróleo já é bom, mas é preciso dividi-lo igualitariamente com a população dos Estados. Isso nós estamos fazendo.

Para encerrar a fase inicial, com a palavra, o Vereador Hugo Thomé, cuja presença muito nos alegra. Mais uma vez, obrigado pela paciência, porque são vários debatedores.

O Vereador Hugo Thomé - Muito obrigado, nobre amigo, Deputado André Quintão. Cumprimento do Geraldo Thadeu, o Carimbão, a quem agradeço pela acolhida em Brasília, ao Weliton Prado, pelo

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 108

trabalho que faz em prol do nosso Triângulo e de toda nossa Minas Gerais, Dra. Valéria, Pastor Wellington e do Cloves Benevides, que são pessoas que no dia a dia nos acompanham nos debates. Com certeza, em outras oportunidades, falaremos dos outros colegas.

Cumprimento também o meu parceiro, Geraldo Félix, pelo trabalho de confiança naquela Casa Legislativa. Leonardo, todas as vezes que fui citado muito me alegrei porque estava recebendo o cumprimento em nome dos 41 colegas Vereadores. Quero dizer que a Câmara Municipal abraçou essa ideia, sem banderia partidária, com uma bandeira única da paz, do branco, da vontade de servir. Nessa bandeira cabem os partidos políticos, cabem os credos, cabem as vontades esportivas, os desejos pessoais. Enfim, a causa é nobre e única. Na Câmara Municipal criamos duas modalidades de trabalho, criamos a Frente Parlamentar de Combate ao "Crack" e também criamos a comissão especial de estudos relativos à legislação, políticas públicas, que é o instrumento ideal para desenvolvermos estudos e propormos ações para que o Município venha a implementá-las, lógico, articuladas com as comunidades terapêuticas, com as famílias que têm seus dependentes químicos articulados com o governo municipal, com as polícias militar e civil estaduais e federais. E essa proposta tem dado certo. Vi que a Regina falando que nada ainda surtiu efeito, mas isso é um processo de construção. No trabalho que a Comissão está fazendo, ela não pode precipitar. Já demoramos muito tempo para reagir, para fazer alguma coisa, e agora não podemos atropelar o processo, que tem que ser calmo. Já ouvi da direção dos trabalhos que

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 109

o processo é de conversa. Tanto é que esta Comissão está indo a vários Estados. Hoje surgiu a ideia de irmos em outras cidades, além das capitais.

É um trabalho que exige muita sabedoria nas decisões. Os parlamentares que integram essas comissões precisam de calma. Temos comissões no Senado Federal, temos a Frente Parlamentar de Apoio às Apacs. E quero dizer que Minas Gerais dará a sua contribuição em nível de Brasil. Sei que contaremos com o apoio do Deputado Carimbão, que conhece muito a causa. Temos políticos mineiros comprometidos com a causa, comprometidos em servir a Deus. Não tenho dúvida de que Deus está fazendo o chamamento a nós que temos compromisso com o bem comum, que temos compromisso de encantar e reencantar os nossos irmãos. Li bastante sobre isso no final de semana. Os nossos dependentes químicos estão precisando ser reencantados. Esta Comissão tem pessoas comprometidas com essa causa. E o trabalho é esse: ouvir o que está sendo feito, acolher as ideias. Hoje, a Dra. Valéria deu uma ideia muito boa, que eu ainda não tinha percebido a sua essência. São propostas que esta Comissão busca. Essa proposta de centros especializados para tratar as nossas crianças, os nossos adolescentes é de extrema importância. A Polícia Militar já deu o testemunho e já apresentou algumas ideias. A Polícia Federal já apresentou algumas ideias, a comunidade terapêutica tem apresentado. Precisamos caminhar num sentido único para fazer a prevenção, o enfrentamento de maneira sábia.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 110

Aproveito para fazer um convite em nome da comissão especial, deste Vereador, do Vereador Heleno Abreu, da Vereadora Sílvia Helena, que é a nossa relatora, do Vereador Prof. Elias Murad. Normalmente, às quartas-feiras, às 10 horas, esta Comissão tem se reunido. O próximo encontro será no dia 29 de junho. É um convite direcionado às comunidades terapêuticas. Pastor Wellington, essa é uma boa oportunidade de fazer esse pedido publicamente, de pedir que a Câmara faça esse pedido de agendamento direto com o Prefeito. É uma interlocução mais salutar. Ela sai do pessoal para ser realmente pública. É isso que queremos porque essa é uma causa de todos nós, não tem barreiras, não tem fronteira.

Concluindo, não sei se vocês sabem que ontem, dia 26, foi comemorado o Dia Mundial de Combate ao "Crack". Pouco eu ouvi, pouco assisti, pouco fizemos. Esse é um chamamento para que tomemos providências. Hoje ouvi uma frase que mostra o nível a que chegou o uso do "crack". Ouvimos falar muito da "cracolândia", na Pedreira Prado Lopes. Eu não me assusto com a denominação de que Belo Horizonte é a cidade onde há usuários. Isso está a olhos vistos. Hoje ouvi outra expressão, lixão humano. Lá estão sendo depositados os nossos dependentes.

Obrigado pelo convite. Cloves, somos parceiros, você pode sempre contar conosco. Quero também dizer que hoje, sendo Deputado, Vereador, Senador de Oposição ou de base, e se quer ajudar o governo, venha debater esse assunto. Uma vez, ouvi de um parlamentar que ele não poderia entrar nessa luta porque ele era base de governo. Isso

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 111

não existe. Base de governo é aquele que ajuda o governo a achar solução para os problemas, e esse é um dos maiores. Como sugestão da frente parlamentar aos nossos colegas, a nossa ideia é para que os nossos amigos levem essa proposta a todos as câmaras municipais do Brasil. Que cada câmara crie a sua Frente Parlamentar de Combate ao Crack e a outras drogas, porque são as câmaras municipais a esferas mais próximas do povo, como diz a Dra. Valéria. Estamos aqui para ajudar, para ser parceiros nessa luta. E não tenho dúvida de que vamos achar o caminho da luz para sairmos das trevas.

O coordenador - Muito obrigado, Vereador Hugo Thomé, Presidente da Comissão Municipal de Combate às Drogas, que tem desenvolvido um brilhante trabalho na Câmara. Não tenho dúvida da experiência de V. Exa., por ter sido seu colega na Câmara, e sei da seriedade com que V. Exa. conduz os trabalhos.

Vou passar a palavra ao nosso relator estadual, Deputado Federal Geraldo Thadeu, depois passarei para o relator-geral, Carimbão, e depois vamos encerrar com a fala dos debatedores. Temos alguns comentários de pessoas que estiveram aqui e o relator-geral vai lê-los. Com a palavra, o Deputado Federal Geraldo Thadeu.

O Deputado Federal Geraldo Thadeu - Cumprimento todos os participantes, mas faço um cumprimento especial ao Deputado Leonardo Quintão, que conduz os trabalhos, ao Deputado Carimbão, relator nacional, aos Deputados Carlos Mosconi, Eros Biondini, Weliton Prado, Doutor Viana, ao Elias Murad. Quero dizer da minha alegria de estar aqui com vocês e também com os Vereadores de Poços de Caldas que aqui

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 112

estiveram, Waldemar Presidente da Câmara, Paulo Eustáquio e Prof. Flávio, ao Vereador Hugo Thomé, uma grande liderança de Belo Horizonte, Deputado Geraldo Félix e todos que aqui participaram, representando a Polícia Federal, o David e o Bonfim, ao Subsecretário Antidrogas do Estado, Dr. Cloves Benevides, ao Cap. Ferraz, representando a Polícia Militar, a Juíza Valéria Rodrigues, do Tribunal de Justiça, ao Wellington Vieira, da Federal Nacional das Entidades Terapêuticas, à Roseli, do Centro Terapêutico Poços de Luz, a quem convidamos por conhecer o seu importante trabalho, à Graziana Fulgêncio, que representa o Projeto Vida, e a todos que participaram. Agradeço especialmente à Assembleia Legislativa, por meio do Presidente Dinis Pinheiro.

O nosso objetivo está sendo cumprido. Hoje encontramos em nosso país graves problemas. Citei alguns que realmente batem muito forte na nossa população, como a Aids, como os portadores de hepatite crônica. Hoje, no nosso país, seis milhões de pessoas sofrem de hepatite crônica. Temos problemas do coração, que são as doenças que mais matam, temos acidentes de trânsito, temos o crime organizado. Mas, hoje, a droga ocupa um espaço muito forte na nossa sociedade. Ela atinge a família, atinge a sociedade, envolve o crime organizado e envolve todo os segmentos da sociedade.

Quantas desgraças estão acontecendo em razão das drogas? O ser humano, principalmente com o advento do "crack", chega a um estado lastimável, a uma degradação humana que nunca vimos antes. Lembro-me, Deputado Carimbão, Deputado Weliton Prado e Deputado

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 113

Leonardo Quintão, que, por volta de 1960, quando era universitário, comecei a ver usuários de droga. Foi na década de 60. Talvez vocês os tenham conhecido antes, mas, no meu caso, foi na faculdade, quando colegas começaram a dizer que tomavam pílula ou que fumavam maconha, começando dali. Um dos pioneiros que defendeu essa questão foi o Deputado Murad, de Minas Gerais, que alertava, naquele tempo, logo no início do advento da droga, para o perigo e o risco que a sociedade sofreria. Essa foi uma bandeira que ele sempre defendeu na sua vida pública. Hoje chegamos aonde estamos, e digo que devemos correr atrás do prejuízo, o que estamos fazendo. Estamos hoje correndo atrás do prejuízo. Reconhecemos aqui o trabalho da Polícia Militar, do Proerd, na prevenção às drogas. Reconhecemos o trabalho realizado nas clínicas e comunidades terapêuticas, principalmente por pessoas voluntárias, e as dificuldades que elas encontram, porque a grande maioria não tem nenhum apoio ou sustentação. Sabemos do trabalho, por exemplo, desse homem que conhece profundamente a questão da droga e do vício e que acredita na recuperação daquele usuário, o Deputado Carimbão. Aliás, no seu Estado - e a Comissão o visitou, há poucos dias -, ele tem um trabalho extraordinário.

Mas, infelizmente, precisamos de muito mais, e aqui devemos discutir tudo. Precisamos discutir o comércio da droga, o tráfico de droga e a segurança pública. Há nove anos praticamente, estou na Comissão de Direitos Humanos e conheço todo o sistema carcerário, o tráfico, o crime organizado deste País, por exemplo, o caso dos jovens que servem de mulas e, depois, são descartados, eliminados e

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 114

exterminados. A grande maioria desses jovens exterminados, principalmente na periferia das grandes Capitais, são morenos, pardos, pobres e estão envolvidos com a droga. Temos um trabalho, conhecemos os problemas, e posso dizer que, na realidade, tudo isso nos preocupa muito. Primeiro precisamos ter vontade, e eu não diria política, mas apenas vontade. Segundo, precisamos de pessoas que realmente tenham coração e sentimento e que considerem todos filhos de Deus, da mesma forma. Todos têm direitos. Às vezes aqueles que vão para as drogas são pessoas que, de uma forma ou de outra, têm uma fraqueza, uma deficiência ou uma tendência ao vício. Então esta Comissão está desenvolvendo um trabalho muito importante, e é claro que, depois de conversarmos com o Deputado Leonardo Quintão, o Deputado Weliton Prado e também com o Deputado Reginaldo Lopes, Presidente da Comissão, vamos propor mais algumas audiências públicas em Minas, talvez em regiões que desejamos conhecer.

Assim, o que viemos ver aqui? A realidade de Belo Horizonte. Também queremos conhecer, por exemplo, a realidade da região de Poços de Caldas e do Norte. Pastor, quero dizer ao senhor que vale a pena o apelo. Fui Prefeito e aprendi muito ao ouvir críticas e trabalhá-las para que eu pudesse crescer e realmente corrigir rumos e tudo o mais. Temos aqui um Vereador atuante e respeitado, que pode muito bem ser o canal com a administração municipal. Devemos ter também o poder de compreender que nem todo mundo é do jeito que queremos que seja. Receber elogio e afago é muito bom e gostoso, mas o melhor é chegar aonde queremos e de que

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 115

maneira for, para alcançarmos os nossos objetivos. Então tenho a certeza de que o nosso Vereador Hugo pode ser esse canal junto ao Município de Belo Horizonte.

Cheguei um pouco atrasado, pois hoje foi um dia em que a parte do Sul do País parou completamente em razão do clima, mas ainda deu tempo de estar aqui para ouvir e de ver a realidade, que, aliás, tem poucas diferenças, se a observarmos em um lugar ou em outro. Há algumas características diferentes em algum Estado ou em algum Município ou em algum outro lugar, mas, na grande maioria, encontramos isso que estamos vendo. Também é claro que precisamos que a Presidente Dilma realmente tenha sensibilidade e possa estar olhando com carinho para tudo isso. Assim, tenho a certeza de que esta Comissão dará uma grande contribuição para o combate à droga e, principalmente, a esse flagelo de hoje, o "crack", realmente uma epidemia. Hoje, nas menores cidades deste País, infelizmente temos visto apreensões de "crack" e de usuários de "crack". Então deixo o meu agradecimento a todos vocês que aqui compareceram e pelo trabalho do Deputado Leonardo Quintão, do Deputado Weliton Prado e do nosso relator. Acredito que sairemos daqui com informações importantes, e podem ter a certeza de que, como disse o nosso Presidente, Deputado Leonardo Quintão, teremos resultados positivos. Já participei de muitas comissões e, por exemplo, uma das que defendi foi a da questão do processo de imigração. A partir daquela CPI que realizamos, foi criada uma secretaria especial na Relações Exteriores para cuidar da imigração e, de lá para cá, melhorou muito o atendimento, pois houve

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 116

o apoio do governo federal aos imigrantes. Portanto tenho a certeza de que esta Comissão produzirá o mesmo ou até melhores efeitos que os da comissão do imigrante. Quero deixar um abraço a todos, dizendo que é um prazer muito grande estar aqui com vocês. Muito obrigado. (- Palmas.)

O coordenador - Muito obrigado, Deputado Geraldo Thadeu. Peço a V. Exa. - e também já pedi isso aos presentes - que nos encaminhe os documentos. Certamente as notas taquigráficas estão aqui, mas quero dar a oportunidade aos debatedores de nos encaminharem dados em forma de um documento ou de uma recomendação, a fim de que o nobre relator possa preparar o relatório de Minas Gerais, que será entregue ao relator geral. Dessa forma, o nosso Estado realmente terá sua participação. A pretensão do relator é encerrar os trabalhos da Comissão no mês de novembro, e eles serão entregues, em mãos, à Presidenta Dilma. É tão importante o comprometimento, principalmente da Presidenta Dilma, nesse assunto que, no dia de ontem, o dia de combate internacional ao "crack", havia a pretensão do governo federal de lançar um plano nacional de combate ao "crack" e a outras drogas ilícitas. Contudo, depois que a Presidenta Dilma tomou ciência dessa subcomissão e recebeu as comunidades terapêuticas, ela mandou cancelar todo tipo de programa. A intenção do governo era boa, mas não tinha nenhuma interação, primeiro, com o povo, o mais importante, e, segundo, com o Legislativo, a Casa do povo que criou essa subcomissão para mostrar toda essa situação à Presidenta Dilma. Então ela mandou cancelar tudo

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 117

e disse que precisava sim lançar um programa, mas este deve vir do povo para o governo. Então ela mandou parar as ações do Ministério da Saúde, do MDA e do MDS, e sabiamente, sobre esse assunto, faremos um dos melhores programas a ser lançado pelo governo federal. Primeiro, teremos recursos e ouviremos o povo, com a estrutura da população para o Legislativo, e deste para o Executivo.

Então, Carimbão, parabéns. Quero passar a palavra a V. Exa., agradecendo-lhe, mais uma vez, a sua disposição de vir ao nosso Estado, o que muito nos alegra. Muito obrigado.

O Deputado Federal Givaldo Carimbão - Obrigado quem diz sou eu. De antemão, quero agradecer aos três companheiros. Quando eu e o Reginaldo, Presidente, definimos os nomes dos Deputados Federais, o Leonardo chegou para mim e disse que fazia questão de participar. O Geraldo Thadeu também disse que fazia questão. O Deputado Weliton Prado, que não é da Comissão, mas que depois foi para lá, conseguiu também uma vaga. O Deputado Eros Biondini também não era da Comissão. É importante que o Brasil saiba que mais de 20 Deputados que não eram da Comissão fizeram questão de estar lá. Há ainda muitos que não são da Comissão e estão participando dos trabalhos. O Pastor Eurico, de Pernambuco, por exemplo, não era da Comissão e fez questão de participar dos trabalhos. Os Deputados Weliton Prado e Eros Biondini não eram da Comissão e também foram participar dos trabalhos. Também a Deputada Célia Rocha, de Alagoas. Nunca faltou quórum para essa reunião. Consegui um avião com a Força Aérea Brasileira, um vôo "charter", com 45 pessoas, e tive um problema sério. O Deputado

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 118

Romário foi conosco a Alagoas, em um avião de carreira porque já não tinha mais vaga. Imaginem a estrutura. Os Deputados querem e estão com sede de encontrar uma solução, porque o problema está muito perto. Quando falo "perto", entendam os senhores o que estou dizendo: em Alagoas, o problema chegou à casa do Governador. Também chegou à casa do Vice-Governador e dos Senadores. Ou seja, os problemas estão muito perto. Tenho 7 mandatos, 28 anos de mandato, e nunca vi, na Câmara Federal, um mandato tão envolvido nessa questão como o de agora. Quando o Eros Biondini chegou à Câmara, seria o Presidente da frente parlamentar. Eu o chamei e fui pedir assinaturas, pois a legislatura era nova, e não tive uma recusa de Deputado. Perguntavam-me como era aquilo, porque tinham um eleitor ou um amigo ou um primo ou um irmão com esse problema, e aí isso ganhou corpo. Quero, então, agradecer ao Geraldo, ao Leonardo Quintão e ao Deputado Weliton Prado, de antemão.

Algumas perguntas foram rápidas, e gostaria de fazer um diagnóstico. O Pastor Wellington é o Presidente da Federação Nacional das Entidades Terapêuticas Evangélicas. Reunimo-nos em Brasília, na semana passada, e o Wellington ficou designado pelo Pe. Haroldo, na sua presença e nas do Egon, do pessoal da Cruz Azul Nacional, uma federação do Sul, e do companheiro Célio, do Nordeste. O companheiro Célio foi designado em nome das federações católicas e evangélicas do Norte, Nordeste e Sul, para responder junto à Presidenta Dilma. Ele é o representante. Pela primeira vez, estamos trabalhando e abrimos a primeira conversa para acabarmos com as quatro federações e juntarmos

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Sequência: 1 Pág.: 119

tudo na confederação, fazendo um novo desenho nacional. Já estamos construindo essa possibilidade de fazer uma confederação com as federações regionais e as instituições estaduais. Estamos vivendo um momento ímpar. Então queria dizer isso. As comunidades e ONGs estão também sendo ouvidas. Estamos em todo o Brasil. As nossas audiências públicas estão chamando o Exército Brasileiro, as Forças Armadas, a sociedade civil, as comunidades terapêuticas, os profissionais da área de saúde, os psiquiatras, enfim, estamos buscando todos os setores para discutir prevenção e tudo o mais. Enfim, estamos trabalhando em todas as dimensões. Alguém pergunta: é questão política? É. Isso é política, mas política com p maiúsculo. Isso é política e me orgulho de ser Deputado. Tenho a certeza de que quem está aqui também se orgulha de ser Deputado. Então é política? É. Se der voto, isso é porque a sociedade reconhece lá fora o nosso trabalho, e vivemos de voto. Agora vá trabalhar para ganhar voto, não vá comprar. Saí de Alagoas, a 3.000km, para estar aqui e vou visitar 27 Estados. É política? É, e me orgulho muito disso. Se todos os políticos fizessem como nós, o mundo seria outro. Estamos aqui em uma luta em razão de um processo da sociedade.

O nosso companheiro, Deputado Geraldo Thadeu, será o relator estadual. Deputado, como são 800 Municípios, Minas Gerais realmente tem uma dimensão muito grande. Seria bom escutar as regiões. Aqui já obtivemos um diagnóstico, um espelho, mas a dimensão é muito grande. De repente, pode surgir muita sugestão boa. Em cada Estado do Brasil, escuto: tum, tum, tum, Proerd, Proerd. Em Alagoas,

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 120

isso é fantástico. Em Minas Gerais, estou vendo que o negócio é... Se sentimos isso no Brasil, vamos fortalecer esse eco em Brasília. Se o negócio é importante, vamos fortalecê-lo. Mas, se, ao chegarmos a um Estado, percebermos que não é nada, não é nada, não é nada...

Por isso, estão aqui, em Minas Gerais, o Deputado Federal Geraldo Carimbão, o Deputado Federal Leonardo Quintão e Deputado Federal Weliton Prado. Tenho andado pelo Brasil todo para entender esse processo. É importante ouvir isso. Visitei sete Estados do Brasil. Se, como relator, nos Estados do Brasil, vi que o projeto é fundamental, e ele viu ali, e outro viu lá, isso é importante para o processo.

De repente, o cara vai com 20kg de maconha ou de "crack" em um ônibus com 50 pessoas. Quem é o dono daquela droga? Temos de encontrá-lo. A legislação pode atuar nesse processo e na prevenção.

E o Deputado Carlos Mosconi tem uma posição: "Alagoas?". Convenci o Governador a criar uma Secretaria de Estado somente para tratar das drogas. Alagoas é o único Estado do Brasil que tem uma Secretaria para trabalhar a questão das drogas. Minas Gerais é o único Estado do Brasil que tem uma Subsecretaria. E conheço o País do Oiapoque ao Chuí. Há diretorias e setores. Somente Alagoas tem Secretaria de Estado para tratar das drogas, e somente em Minas Gerais há uma Subsecretaria. Em outros Estados, há Diretorias e Superintendências. O Brasil tem uma Subsecretaria ligada à Secretaria de Segurança Institucional do governo federal, que agora é o Ministério da Justiça. Há um consenso entre quem trabalha nesse

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 121

processo: tem de ser Estado e Ministério. Temos de despachar direto com a Presidente. Se a questão é transversal, como estou no Ministério da Justiça? Alguém, que, de repente, tem o dinheiro da saúde, da ação social e da educação e do Ministério, pode não querer atender um Ministério mas, se for ligada à Presidência da República, a questão é de Estado e fica muito mais forte. A nossa luta é para que a Sra. Maria do Rosário, Secretária de Direitos Humanos, tenha a ligação Estado e Ministério, e para que a Sra. Iriny Lopes, Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres, trabalhe com o Estado e o Ministério e despache diretamente com a Presidente. Em Alagoas, o Governador diz todo dia: "Só encontrei o caminho para a solução do problema de Alagoas quando criei uma Secretaria. Antes era uma diretoria, que despachava com o Superintendente, que ia para o Subsecretário, para chegar ao Governador. E isso não chega nunca. O Cloves é um Subsecretário, forte, mas não é um Secretário. Há três Diretorias, com 180 mil servidores, ligados à Polícia Militar, ao Corpo de Bombeiros e a tudo. E ele é um Subsecretário. De acordo com a minha avaliação, pois tive de dar uma resposta, seria importante o Brasil ser transformado em Estado e Ministério. Seria uma Secretaria Nacional para o Estado e o Ministério, como é em relação aos direitos humanos, ao direito da mulher e aos direitos raciais.

Juíza, nem tudo está perdido. Estamos catalogando no Brasil, e a minha expectativa é de que, até novembro, consigamos fazer essa legislação. Estamos construindo e já estou fazendo contato com o Senado Federal, pois, depois da Câmara, o projeto vai para o

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Sequência: 1 Pág.: 122

Senado, e, depois, essa lei ou é sancionada ou vetada. Temos trabalhado com os companheiros e estamos buscando o Senado para trabalhar conosco, para tentarmos acelerar o processo. O Senador Wellington Dias já trabalha com essa dimensão. A nossa expectativa é de que essa legislação já saia combinada com a Câmara e o Senado.

Deputado Geraldo Thadeu, para se ter uma ideia, como relator, verifiquei que havia 30 projetos e mandei buscar mais. Havia um total de 107 projetos em tramitação na Câmara Federal sobre esse tema. Isso nada mais é do que uma colcha de retalhos. Cada um é um pedaço. A obrigação do Deputado Geraldo, minha e nossa agora é não fazer uma colcha de retalhos, mas uma colcha inteira. Temos de juntar os 107 projetos e transformá-los em um único. A legislação existe? Existe. Podemos avançar? Podemos. Onde podemos avançar? Juíza, há dois anos, presidi a Comissão que regulamenta a Constituição Federal em relação às Febems do Brasil. Eles tiveram tanta vergonha de tanto mal que fizeram que mudaram o nome da instituição. Agora, cada uma tem um nome nos Estados. Mas digo: "Ô coisa boa é a Febem". É fé em Deus e bem ao próximo. Fizeram tão mal a Jesus Cristo".

Gostaria de dizer à senhora e aos senhores o seguinte: nos últimos 20 anos, realmente, a droga não chegava tão fortemente às crianças. Chegava a cola e o loló. O Estatuto da Criança e do Adolescente foi criado em 1999. Lembro disso como se fosse hoje. De repente, criamos a lei, e as crianças cheiravam cola, loló e outras substâncias. Trabalho com crianças há 28 anos. Já passaram pelas minhas mãos mais de 10 mil crianças de favelas e das ruas. A minha

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 123

esposa toma conta delas hoje. Tenho a honra e a felicidade de ter mais duas fazendas em Minas Gerais. Busquei o Mauro e o Admilson aqui em Minas Gerais, pois são de São João del-Rei, de uma instituição chamada Kerygma Amor Primeiro. Construí uma cidade em Alagoas, chamada Cidade de Maria, com museu, para trabalhar com dependentes químicos, há cinco anos. Tive a honra de levá-los para lá. Fiz o convite e, até então, estão conosco, assim como o Bispo Dom Waldemar, que dormiu lá. Ontem jantei com ele em Maceió, na Cidade de Maria. Esse pessoal já recolheu mais de 200 mulheres drogadas. Foi feito um trabalho fantástico, a partir de um dos melhores projetos de Alagoas, que passou pelas mãos desses companheiros de Minas Gerais, os quais estão lá em Alagoas conosco. Tenho um orgulho muito grande de contar com esses companheiros para acolher meninas que tentaram três ou quatro abortos e não conseguiram. Conseguimos salvar pessoas. Mais de 200 mulheres estão com eles, que trabalham nessa recuperação.

Atenção, companheiros e companheiras. Quero dizer a vocês o seguinte: tenho buscado pelo Brasil as ferramentas do governo federal. O que o governo federal tem feito em relação a essa questão da recuperação dos dependentes químicos? Não há nada de prevenção, a não ser o Proerb, que é muito bom. Pelo que tenho visto e ouvido, de prevenção, no Brasil, em nível de governo federal, só há o Proerd. Nos Estados, as polícias fazem esse trabalho. Para a reinserção social, não conheço nenhum projeto brasileiro, apesar de ter rodado muito pelo Brasil. Na semana passada, estive no Piauí, em Natal e em Recife, mas não encontrei nada. O governo federal tem hospital e

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 124

repassa poucos recursos para os Estados. Há uma defasagem no Brasil de leitos nos hospitais, difícil de se imaginar. Essa é a ferramenta existente, que é péssima. Há pouquíssimas clínicas no Brasil. Há os Centros de Apoio Psicossocial - CAPs -, que foram municipalizados, no interior dos manicômios. Foram criados os CAPs-AD, de álcool e droga, o CAP-I, de infância, e o CAP-3, de 24 horas. Naquele tempo, as drogas cabiam em um fusca, e a velocidade era de uma moto. Hoje, esse problema avançou tanto, que as drogas cabem em um avião, ou navio, na velocidade de uma Ferrari, e os CAPs-AD pararam no tempo e no espaço. Para se ter uma ideia, o Brasil tem hoje 268 CAPs-AD, que atendem em média, cada um, 40 a 80 pessoas. Se multiplicarmos 50 vezes 300 CAPs, isso significaria que são atendidas 15 mil pessoas. No Rio de Janeiro, com 6 milhões de habitantes - estive lá agora -, há três CAPs-AD, atendendo 40 pessoas cada um. Em Alagoas, há dois CAPs-AD, na Capital e no interior, que não atendem 30 pessoas.

Tenho andado pelo Brasil todo. Estive agora no Piauí, em uma comissão composta por 20 Deputados. Um CAP-AD custa em média R\$200.000,00, para tomar conta de 40 pessoas. Um CAP-AD III não custa menos do que R\$280.000,00. O governo tem consultório de rua e redução de danos, que são complementares. Se alguém sofrer um corte, vai no consultório popular, para que seja feito o curativo. Do "crack" para a maconha, há uma redução de danos. Se trocar o "crack" pela Bíblia, é melhor. Eu penso assim, para reduzir logo de vez. Mas, tudo bem. Eu faço isto: troco logo o "crack" pela Bíblia, sem nenhum problema. Com isso, tenho recuperado milhares de pessoas.

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 125

Está aqui o Cloves, Subsecretário de Estado. Em Alagoas, há uma Secretaria de Estado, e o Governador entregou-me essa responsabilidade. De repente, Alagoas abriu um edital. Há quatro anos, o Brasil tinha, no Orçamento Federal, para a recuperação de dependentes químicos, exatamente R\$68,00. Digo isso, para que seja filmado e registrado. O Brasil tinha R\$68,00, no Orçamento Federal, para trabalhar com os dependentes químicos. Nenhum Estado do Brasil, a não ser Minas Gerais e Rio Grande do Sul, financia esse trabalho. O ex-Secretário de Saúde, Osmar Terra, passou a financiar esse trabalho pelo Estado. Lá, a saúde, passou a ser financiada. No Piauí, há 70 vagas. A partir daí, não conheço. Bahia e Sergipe não financiam, e Pernambuco quer ver o diabo e não quer ver comunidade terapêutica e transtorno mental. A Resolução nº 101, da Anvisa, transformou-se em um terror para as comunidades terapêuticas do Brasil. Em Alagoas, tive de dar um drible, como o Ronaldo fez na Copa do Mundo. Criei uma Secretaria de Estado, e lá não há comunidade terapêutica, mas uma comunidade acolhedora. Inventei esse nome. Não há terapia, mas acolhimento. As pessoas pedem: "Pelo amor de Deus, me dê uma mão amiga". O Estado aportou recursos.

Agora falarei sobre Brasil, Minas Gerais e Alagoas. No dia em que Alagoas abriu o edital para 500 vagas, para um salário mínimo, o governo federal abriu também para 2.500 vagas. Preenchemos as 500 vagas, e o governo federal preencheu somente 900, e só há 600 preenchidas hoje. O Brasil, um país com 200 milhões de brasileiros, só tinha 2.500 vagas. Imaginem as Prefeituras! Se o governo federal

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Sequência: 1 Pág.: 126

não faz, imaginem os Prefeitos e os Estados! Minas Gerais deve ter 500 comunidades terapêuticas, e cada uma atende, em média, 30 pessoas. Sabem qual é o problema? Está aqui o Subsecretário Cloves, olhando para mim, cara a cara. Ele é meu amigo, meu irmão, mas tem limite, pois não tem dinheiro e faz o que mandam. Sabem quantas comunidades estão credenciadas em Belo Horizonte? Há 30. Em Minas Gerais, há 30. Sabem quantas pessoas cada uma atende? Mil pessoas, nessa dimensão de acolhimento. Em um Estado como Minas Gerais, há mil, Alagoas, estava com 500, e encerrou um edital agora na segunda-feira passada para mil dependentes químicos. Foram abertas vagas para 250 menores, para crianças. Abriremos também aqui em Minas Gerais, para construirmos juntos a primeira fazenda, que é nova no Brasil, para a reinserção social. Faremos um modelo. Estamos afinados aqui, enquanto Minas Gerais financia para 70 instituições capacitadas. Quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha? O Estado não aporta recursos na instituição, porque é pequena e não tem condições, mas ela não tem condições porque o Estado nunca ajudou. Os irmãos missionários trabalham com amor, mas sem condições e sem estrutura. Eles conseguem manter 5, 10, 15 e 20, mas não conseguem manter 50 e 100. E os governos não enxergam isso. A Presidente Dilma fez algo de uma felicidade fantástica. Ela disse: "CAP-AD no meu governo, não quero que cresça". Essa foi sua decisão pessoal. Ela disse: "Quero que atuem nas comunidades terapêuticas". O Ministro estava pronto para anunciar. Estávamos eu, o Cloves, aquele rapaz, e o Pastor no Ministério. "Se você anunciar esse plano, na segunda-feira às 22

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 127

horas, estará você anunciando aqui dentro e, lá fora, o pessoal tocando fogo em 50 pneus." Foi assim, ou não foi? Na quarta-feira, a Presidente Dilma mandou chamar o pessoal, em deferência a Minas Gerais e a Alagoas. Lá fora estavam as comunidades terapêuticas e as federações. De repente, ela tomou uma decisão e disse: "Não anunciarei o plano em respeito a vocês. Vamos construir juntos". E o Pastor Wellington é referência nacional das comunidades terapêuticas junto ao governo federal.

Existe solução para isso. Tenho 53 anos, deixei meu pai e minha mãe aos 7 anos de idade. Vendia cocada e farinha para manter meus 18 irmãos. Casei-me com 17 anos, aos 18 anos já era pai, uma vida muito pregressa.

Pedi ao Governador para morar na Febem, solicitei autorização judicial ao Dr. Fernando Tourinho, Juiz da Capital. Fui morar na prisão por opção pessoal, não havia cometido crime, mas queria conhecer o que era aquela vida. Dormi no xadrez com os meninos presos. Eram 10 meninos que ali estavam por haver cometido crimes: haviam estuprado, degolado, sequestrado. Fui dormir no xadrez com autorização do Dr. Fernando Tourinho, das Promotoras e do Defensor Público. Levei os 10 meninos para morar em nosso trabalho, em nosso projeto social. Todos foram recuperados. Estão todos casados, com filhos, trabalhando, graças a Deus.

A senhora falou em 1.800 - abri o edital agora, está aqui, no "site" de Alagoas, Secretaria de Promoção da Paz, -, estou pagando R\$1.090,00, preenchi quase 200 vagas. Pedi ao Governador que me desse

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 128

um presente, que me desse a Febem. Ele me disse: "Você é doido, Carimbão". Essa doidice pode ser loucura para alguns, mas é amor exagerado pelo próximo. Duzentas crianças cumprindo medidas socioeducativas - aquilo é uma loucura - e 600 funcionários. O modelo é podre, perverso: 600 funcionários para tomar conta de 200 crianças, que saem piores que quando entraram. A senhora sabe muito bem o que estou dizendo.

Estou fazendo uma transição em Alagoas, tentei a Apac, vim aqui, passei em Nova Lima, mas não existe uma Apac para menores, somente para maiores. Estou construindo em Alagoas duas Apacs, que não terão esse nome. O pessoal de Minas Gerais vai tomar conta de 40 crianças da Febem, vai tomar conta da unidade, vai fazer espiritualidade. Combinei com o Juiz que 50% dos internos da Febem vão migrar para esse sistema aqui. Alguém tem de ousar e fazer alguma coisa diferente. Se ficarmos no convencional, não vamos sair desse processo. Tenho convicção, como relator, de que, com esses companheiros do Brasil preocupados com essa questão, daremos uma resposta ao País. Estamos empenhadíssimos nisso em função da nossa experiência, modéstia à parte, e do nosso compromisso com a causa.

Sou muito cauteloso com qualquer serviço público, já vi muito Governador ordenando que se faça algo, mas aquilo não acontece. Espero que a Presidenta Dilma, na decisão que tomou, diga que faça e aconteça realmente. Estou esperançoso, mas devemos ter cautela nesse processo. Estou esperançoso na comissão, espero que isso seja aprovado em Plenário. Alguma lei terá de ser mudada. A emenda à lei

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 129

da Febem - fui o Presidente da comissão - foi de minha autoria. Essa emenda estabelece quem deve ser preso, quem deve responder pelo crime cometido. Espero que passe no Senado. O responsável não deve ser o Juiz, mas o Governador. O responsável pela sociedade de Minas é o Governador de Minas, pela sociedade de Alagoas é o Governador de Alagoas.

A Febem é destinada à ressocialização de adolescentes, não é uma prisão. Colocam ali uma criança para ser ressocializada, reeducada. O governo tem responsabilidades nisso. Eu disse que as unidades da Febem no Brasil devem ser avaliadas. O Governador do Estado cuja unidade não receber nota 6 deve ser considerado inelegível. Se o meu filho, o seu filho, o nosso filho não receberem nota 6 na escola, serão reprovados. Se as crianças da Febem não receberem nota 6, o governo do Estado será reprovado. A lei pode decidir isso. A luta é dura, mas é assim mesmo, devemos enfrentar as dificuldades.

Tenho muita esperança. Viajando pelo Brasil, encontrei muitos Vereadores e Deputados Estaduais preocupados com essa situação. Acho importante realizarmos uma grande reunião dos parlamentares do Brasil a fim de que estejam preparados para enfrentar esse problema. Estou na vida pública há muito tempo, tenho sete mandatos, já vivi um bocado por aí, andando, pegando estradas. Cerca de 99% dos Prefeitos "não estão nem aí" para essa questão. Querem resolvê-la, mas não investem um conto de réis, um centavo. Aqui, na Capital, são quase 3 milhões de habitantes, é muita gente, é

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 130

quase todo o Estado de Alagoas, mas não existe um programa do governo municipal para resolver essa questão.

Sabem o que estou fazendo agora? A proposta é nacional, chamem os Estados e Municípios. A nossa proposta é de 100 mil vagas, mas suponhamos que sejam aprovadas 20 mil vagas. O governo do Estado deve responsabilizar-se por 10 mil vagas e a Prefeitura pelas outras 10 mil. No Brasil existem 5 mil Municípios. Então, se cada Prefeitura responsabilizar-se por 5 crianças, serão atendidas 25 mil crianças. Quero um pacto com a Justiça, com os Promotores, para construirmos isso juntos. Sugiro que seja feito um TAC entre Prefeituras e o Judiciário. Não estou propondo que somente o Estado participe. Como é uma questão de saúde, o Município também deve participar desse projeto. São necessários aportes de recursos federais, estaduais e municipais. O mutirão deve ser feito por todos. As instituições estão cumprindo o seu papel. Mais de 500 mil jovens viciados em "crack" são acolhidos quase de graça por esse pessoal. E nós - governos federal, estaduais e municipais -, inércia?

Estamos num momento propício para encontrar o caminho certo. A medicina cuida de patologias. Fui a um cardiologista. Após os exames, ele disse: "Você vai tomar três remédios, Lipitor, Balcor e Cardio, porque coloquei um 'stent'. Isso representa 50% do seu tratamento, os outros 50% dependem de exercício e reeducação alimentar". O "crack" nada mais é que uma mistura feita com borra de cocaína, querosene, gasolina, formol, solução de bateria, graxa, enfim, essa bagaceira toda. Tudo isso atinge o cérebro. Os médicos

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 131

receitam três, quatro, cinco ou seis tipos de remédios. Os psiquiatras receitam medicamentos como Aldor e Fenegan, que vão tratar patologias, mas a doença não é apenas patológica, é também social. Carinho, amor, afeto, perdão, relação humana são essenciais. Não conheço farmácia vendendo remédio para perdão, para carinho, amor e afeto. Eles têm Aldor, Fenegan e outros, mas temos "amorex", que auxilia muito na recuperação de viciados em drogas. Às vezes, muitas pessoas estão lá embaixo, não têm mais jeito, mas é muito importante que alguém lhes estenda uma mão amiga, que será mais útil que mil remédios.

Recentemente, fui à Itália, que trabalha há 60 anos na recuperação dessas pessoas, e à Alemanha. Estão realizando um trabalho fantástico no mundo inteiro. No Brasil, fizeram ideologias no Ministério da Saúde. Transtorno mental. Aquele rapaz ali passou mais de cinco anos usando "crack", maconha e cocaína. Foi recuperado, será padre, graças a Deus. Quem o salvou? Jesus é uma expressão, mas esse pessoal foi o grande responsável, ele não foi recuperado, mas restaurado. O nosso problema não é droga. Não tratamos de drogas. Na instituição, trabalhamos valores, moral, carinho, arrancamos do coração dessas pessoas a mágoa que ali foi colocada. Isso recupera pessoas. Restauramos vidas. Sabemos fazer isso muito bem. Ao dizer "nós", faço referência a mais de 3 mil comunidades terapêuticas brasileiras.

Agradeço a todos por ficarem aqui até agora. Tenho muitas esperanças, sinto que, a partir deste encontro, dessa nova

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 132

legislatura - pode ser até que eu esteja errado -, vamos dar uma resposta ao País. Muito obrigado, que Deus abençoe a todos.

O coordenador - Muito obrigado, Deputado Carimbão. Agradecemos a V. Exa., relator nacional, pelos trabalhos que está desenvolvendo e por seu exemplo. Aprendi, em casa, que devemos seguir o exemplo de quem sabe fazer, de quem está fazendo e conseguindo bons resultados. As comunidades terapêuticas conseguem resultados fantásticos, por meio, em primeiro lugar, de muito amor. Isso não tem preço.

Concedo a palavra ao Subsecretário Cloves Benevides, para suas considerações finais.

O Subsecretário Cloves Benevides - Agradeço esta oportunidade, Deputado Leonardo Quintão, amigo Deputado Givaldo Carimbão e Deputado Weliton Prado. Este debate é muito interessante. É muito importante discutirmos o aprimoramento das políticas públicas. Há consenso de que existe algo muito maior que a nossa possibilidade de atuação individual, é necessário um pacto nacional, uma discussão nacional sobre o assunto. Há alguns dias - apenas para ilustrar -, eu estava com o Deputado Carimbão em um restaurante de Brasília. Um jornal estampava a seguinte manchete: "Governo luta para que a base aprove repasses de 55 bilhões ao BNDES". Isso é importante, mas também é muito importante que haja uma política nacional antidrogas.

Discutimos aqui, com ênfase, questões envolvendo crianças e adolescentes. Existe um fenômeno tradicional em Minas. Perguntei à

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Sequência: 1 Pág.: 133

companheira de Poços de Caldas quantas entidades, entre as 63, atendem adolescentes. Ela disse que apenas uma entidade atende adolescentes. Fiz a mesma pergunta ao Giovanni, que citou dois nomes: a própria e a de Valadares. O Pastor Wellington citou o nome de outras três instituições, Fazenda de Caná, Uberlândia e a Convida, de Muriaé. Em todos os editais que publicamos, poderia haver a participação de entidades que atendem adolescentes, mas não houve procura. Essa é uma característica de Minas Gerais. Existem poucas entidades direcionadas ao atendimento a adolescentes. Enfrentamos também dificuldades absurdas no atendimento a mulheres.

Apesar disso, essa motivação está ocorrendo. Algumas instituições têm projetos, como a Terra da Sobriedade, a Abraço e outras. Fizemos uma parceria com algumas, um projeto com início, meio e fim. Estamos estudando a extensão desse processo para que se transforme em uma ação contínua. O Giovanni está participando dessa discussão. Assim, não vamos avaliar apenas um período de parceria, mas também a continuação dela.

Essa é uma característica dos serviços de Minas Gerais que foi um dificultador em todas as seleções de projetos. Se conheço cinco instituições que atendem mulheres, posso dizer que são muitas. Existem poucas instituição que atendem adolescentes, algumas prestam serviços muito positivos, outras nem tanto. Dra. Valéria, embora exista demanda, não sei por que é tão pequeno o número dessas instituições. Os governos sempre se preocupam em não abrir mercado, mas o fato de um Estado não possuir instituições que tenham projetos

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 134

para adolescentes, para crianças, para isso ou para aquilo cria uma situação que nos impedirá de acolher uma rede que, atualmente, atende 15 mil pessoas, e, por conseguinte, acolher outras redes que vão se qualificando para tal.

Por isso estamos preparando uma grande seleção para 100 novos projetos. É algo muito arrojado. Minas vai, mais uma vez, dar um passo significativo. O Deputado Carimbão está certo, temos mil vagas de internação no terceiro setor. Nessa mesma parceria, temos outras 3 mil vagas de ambulatório e permanência-dia, que são tipos de acolhimentos diferentes, além do art. 28, em que temos 6 mil vagas de atendimento para usuários em situação de justiça. O Giovanni e o Pastor Wellington são parceiros no art. 28, no atendimento desses grupos. É uma política muito difícil. O estigma que marca essas pessoas ainda é muito grande. Conforme uma pesquisa que realizamos, são feitas, em "telemarketing", no Brasil, doações para tudo, mas nada é doado para usuários de álcool e drogas. A população ainda tem a ideia de que vai contribuir com o tratamento de quem a viola, a prejudica.

Essa situação deve ser discutida, nem todos os magistrados têm a visão aberta, como tem a Dra. Valéria. Existem muitas dificuldades na estruturação de alguns casos com o Judiciário. A Dra. Valéria tem sido parceira e muito propositiva ao colocar as atuações no âmbito do governo do Estado. Não é nossa tradição participar de algum debate para concordar, mas para debater ideias. O grande desafio dessa política pública é atender adolescentes e mulheres.

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 135

Apenas a rede formal nos acompanha. Minas, com 853 Municípios, tem apenas um Caps Infância, que é o de Belo Horizonte. O manejo dessa política é muito difícil. Agradeço a oportunidade de participar deste seminário.

Volto a dizer, Alagoas e Minas são Estados irmãos na construção dessas políticas. Lá, a Secretaria da Paz tem uma superintendência específica, com ação direta nessa área; aqui, a Subsecretaria, no âmbito da defesa. Só há condição das ações se efetivarem quando construimos e partilhamos a responsabilidade. Com nova ação, publicada em fevereiro pelo Governador, passaremos a um investimento anual de aproximadamente R\$70.000.000,00, o que já é um orçamento significativo, muito embora seja assustadoramente distante da necessidade que a política impõe. E, apenas para elogiar, o Proerd é a nossa menina dos olhos, a nossa parceria diária. Sobre esse programa, o único apoio que ele teve do governo federal, até hoje, foi para atrapalhar, inclusive metodologicamente, em alguns aspectos - o Capitão não pode dizer isso, mas eu posso -, porque é uma ação que se organiza no âmbito das polícias. E o de Minas é o maior do Brasil, por lá passaram 1.900.000(?) adolescentes - dados de dezembro. E há uma base de dados impressionante para tratar. O Proerd é a ação com maior capilaridade em todo o Brasil, com uma linguagem muito positiva e a única ação, que se pode mensurar, de prevenção no território, nos dias atuais, organizado pela Polícia Militar de Minas, que, como costumamos dizer, é a melhor polícia do Brasil. Muito obrigado. Boa tarde a todos. (- Palmas.)

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1

Pág.: 136

O coordenador - Muito obrigado Secretário Cloves. O

trabalho que V. Exa. desenvolve à frente da Subsecretaria muito nos honra. V. Exa. é uma referência em todos os Estados. Sua participação é, para nós, de importantíssimo valor. Reitero o pedido de que suas considerações sejam encaminhadas ao nosso relator setorial do Estado de Minas Gerais, Geraldo Thadeu. Será feito o relatório do Deputado Carimbão, que encaminharemos ao relator geral.

Passarei a palavra, para suas considerações finais, ao Capitão Ferraz, que representa a Polícia Militar de Minas Gerais. Pedirei a V. Exa. que seja breve, pois há ainda outras pessoas que desejam se pronunciar e teremos de encerrar os trabalhos dentro de 20 minutos.

O Cap. Ferraz - Sr. Deputado, mais uma vez, a Polícia Militar sente-se honrada pelo convite e não poderia ser diferente. Nós, da Polícia Militar, fazemos da nossa profissão o nosso "hobby". Todos os militares que trabalham na atividade preventiva são voluntários, executando sua tarefa com carinho e amor. E não somente aqui, pois tenho certeza de que, por onde os senhores percorrerem o nosso Brasil, verão outros policiais que militam nessa temática. Os Estados do Nordeste são muito carentes no suporte ao Programa Educacional de Resistência às Drogas. Temos um aporte, que muito nos honra, pelo esforço do Subsecretário Antidrogas do governo de Minas Gerais, mas podemos fazer mais. Onde houver uma pessoa que necessitar da ação da Polícia Militar, ela se fará presente. Colocamo-nos à disposição não somente nessas práticas preventivas, mas com o

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 137

conhecimento acumulado há anos em outras atividades de intervenção e prevenção. Compartilhamos do sentimento de cada um dos senhores e senhoras aqui presentes. Sofremos com essa mazela, esse fenômeno, mas, ao mesmo tempo, acreditamos que é possível mudar. Só mudamos com um dedo de prosa, e é isso que faltava, pois as pessoas não conversavam. Vemos que muitos estão conversando, e esse é um grande movimento que ecoará no seu principal fórum de debate, a Câmara dos Deputados e a Assembleia Legislativa. Mais uma vez, muito obrigado.

(- Palmas.)

O coordenador - Obrigado, Cap. Ferraz. A Polícia Militar de Minas Gerais faz o melhor trabalho do Brasil em nível de prevenção. E não temos ainda o custo disso. Mas, sem dúvida, o mais barato é trabalhar na prevenção, orientar as crianças. O Deputado Carimbão não disse aqui, mas há uma pesquisa, feita no Estado de Alagoas e que também faremos em nosso Estado, mostrando que o adolescente começa a usar drogas, primeiro, por influência de amigos, por curiosidade. E a prevenção ataca justamente na curiosidade da criança e do jovem. Essa pesquisa nos ajudará em nosso Estado. Pedirei ao Secretário que faça uma pesquisa, como a de Alagoas, para mostrar esse dado à Polícia Militar. Essa prevenção é de suma importância. Quanto o Estado desperdiça, muitas vezes, num presídio, na Febem - mais de R\$10.000,00 -, e as crianças não são recuperadas? Na prevenção, com menos de R\$1.000.000,00, vocês estão atingindo mais de 1 milhão de crianças. Esse trabalho tem de continuar em Minas Gerais e no outros

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 138

Estados. Parabéns! É muito bom ver o trabalho da Polícia Militar no nosso Estado, no âmbito da prevenção.

Passo a palavra à Dra. Valéria, Juíza da Infância e da Juventude, para suas considerações finais.

A Juíza Valéria Rodrigues - Srs. Deputados, como Juíza e cidadã, quero dizer-lhes que minha visão mudou completamente diante da apresentação dos senhores. Fico muito feliz pelo fato de o Deputado Carimbão ser o relator desta Comissão, devido não só a sua experiência profissional mas também a sua vida. Uma frase que o senhor me disse, e que poucos acreditam, é que por "mais terrível que seja o ato praticado pela criança ou adolescente, há solução". Não é reduzindo a maioria penal que resolveremos o problema. A sensibilidade do senhor renovou minhas esperanças. O Poder Judiciário Mineiro, por meio de seu Presidente, tem-se sensibilizado em relação à questão.

O Deputado Durval Ângelo disse que seria lançada, no dia 29, pelo Instituto Minas pela Paz, uma campanha relativa à questão. Essa campanha, que é uma parceria do Instituto com o Tribunal de Justiça, que contribuiu com R\$50.000,00 para a mesma, não ocorrerá por motivos de agenda do Presidente do Instituto, que é o Presidente da Fiat e necessitará viajar para a Itália. Portanto foi suspenso o lançamento da campanha preventiva do "crack", o qual deverá ocorrer na primeira semana de julho.

O Judiciário mineiro está sensível a essa mudança de atitude. Tenha a certeza de que serei uma multiplicadora dessa

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 139

mudança de visão entre meus colegas, sensibilizando aqueles que dela ainda necessitam. Coloco-me à disposição do senhor, dizendo-lhe que estou indo embora, mas ganhei o meu dia. O Deputado Leonardo também disse algo importante: "não podemos fazer política em gabinetes sem escutar o seu destinatário". Essa é uma outra visão, temos de conhecer o mundo do outro, ouvi-lo para saber qual é o tratamento correto, pois às vezes não é o que achamos. Obrigada pelo convite e pela conhecimento dessa nova visão do Congresso. (- Palmas.)

O coordenador - Obrigado, Dra. Valéria Rodrigues. O trabalho que a senhora desenvolve em Belo Horizonte é exemplo para o Brasil. A senhora tem atendido e encaminhado milhares de jovens. Cabe ao governo disponibilizar o dinheiro. Dizem que não há dinheiro, mas ele existe, e boa parte dele, mais de 90%, é investido - para não dizer desperdiçado - de maneira incorreta. Cabe a nós orientar o governo. O governo federal ouviu a voz desses Deputados e não lançou o programa nacional, que seria um desastre, um fracasso. (- Intervenção fora do microfone.)

O dinheiro existe, mas está sendo gasto da forma errada. Não está sendo investido, mas desperdiçado. Nós disponibilizaremos o dinheiro para as pessoas que precisam de acolhimento.

Dra. Valéria, a senhora pode ter certeza de que, no mês de novembro, entregaremos à Presidente Dilma uma planilha com o recurso realocado, já no Orçamento de 2012, para que o governo federal dê o exemplo para os Estados. Há pouquíssimas pessoas que entendem do ramo e estão dispostas a executarem os programas. É preciso ser bravo, é

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 140

preciso amar as pessoas, e não apenas ter interesses, inclusive eleitorais, como pano de fundo. Mas há pessoas que têm voz, e Minas Gerais e Alagoas são os dois exemplos para os demais Estados.

Sugiro ao Pastor Wellington, Presidente da Federação, se as outras entidades permitirem, que faça uma conclusão final, democraticamente. Darei a palavra ao Pastor Wellington; depois, à senhora; e finalmente ao Vereador, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte.

O Pastor Wellington Vieira - Agradeço a disponibilidade dos Deputados. Realmente estamos tendo voz. Recebi uma convocação para estar em Brasília na quarta-feira. E já mandamos um recado: não aceitaremos nada pronto, vamos construir, conforme determinação da Presidente. Estão tentando, de qualquer forma, empurrar-nos goela abaixo o plano que queriam lançar. Não aceitaremos isso, pois queremos construir uma solução junto com o povo, com as comunidades terapêuticas, com o Parlamento. Relator, o senhor poderia dar o tom para o Ministro. Aproveitamos esta oportunidade para mostrar o que podemos construir para o Brasil, no intuito de resgatar aqueles que estão sofrendo com as drogas. Agradecemos a disponibilidade da Dra. Valéria, do Cap. Ferraz. Quando falei ao relator da necessidade de escutar, não menti. Existe uma corrente do bem, existe uma rede funcionando em Minas que pode ser modelo para o Brasil. Realmente o povo está disposto a trabalhar. Muito obrigado.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 141

O coordenador - Obrigado, Wellington, que aqui representa a Federação e a confederação, que será criada, das comunidades terapêuticas.

Passarei a palavra à Sra. Clarise Fernandes da Silva, que atentamente nos acompanha durante todo o tempo, que já se encontra aqui, há 6 horas, para se pronunciar. Parabéns.

A Sra. Clarise Fernandes da Silva - Obrigada. Primeiro, eu gostaria de identificar a instituição. A Clarosofia, para os que não sabem, é uma matéria interdisciplinar - ética, filosofia, ciências sociais e humanas - que estuda a transparência, a clareza, direcionada para o desenvolvimento do raciocínio, objetivando a desenvoltura do ser humano para promover o bem-estar social. Essa instituição é sistematizada por 84 gestões, considerando que o sujeito não é só um braço, uma perna, uma orelha, mas um corpo físico e social integrado. Dessa forma, buscamos tratar o social com esse carinho e dedicação. A instituição, desde 2005, por meio de alunos de várias escolas, de voluntários, propôs fazer uma pesquisa diagnóstica e social com a instituição, prestando serviços à comunidade e a escolas para detectar a grande violência e as drogas na escola. Professores, Diretores e Inspetores foram à Clarosofia pedindo socorro, que procedêssemos a intervenções. E estamos no combate à droga, à violência e, principalmente, no combate ao desemprego. Pode parecer que uma coisa nada tem a ver com a outra, mas é uma realidade que se deve àquilo que não é cumprido. Há 30 anos, o Presidente Lula disse que o salário mínimo tinha de ir para R\$1.500,00, e hoje ele

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 142

está em pouco mais de R\$500,00. Já que estamos em reforma política, precisamos pensar que todo o problema social encontra-se no núcleo familiar e na ausência de renda. Nos diagnósticos sociais realizados pelos voluntários, detectamos que a escola está deixando de ser referência de conhecimento para ser referência de ponto de tráfico de drogas.

A Proposta de Ação Legislativa nº 846/2008, de autoria da Clarosofia Núcleo Mundial, sugere atendimento psicológico aos alunos, aos docentes e aos pais nas escolas de educação básica do Estado de Minas Gerais. Mas essa proposta foi simplesmente colocada inadequadamente no ProJovem, pelo relator. Solicito uma intervenção para que no ajudem a recuperar esse projeto socioeducativo, que deve entrar nas escolas e não em projetos que não têm critério nenhum para tomada de recurso público, pois gasta recurso público de forma aleatória, como disse o Giovanni. Essa não é apenas a visão da instituição, mas de outros companheiros também.

Por isso, precisamos da atenção especial dos parlamentares, que nos ajudem a recuperar a Proposta Legislativa nº 846/2008. Agradecemos muito, porque somos muito dedicados a essa proposta. Estivemos no lançamento do "Socorro contra o 'crack'", aqui está o nosso Vereador. Estamos sempre presentes, pois sabemos que a comunidade vem sofrendo muito com isso, como todos aqui presentes, porque essa bandeira é de todos. No mais, agradeço pela atenção e pela oportunidade. Um grande abraço a todos. (- Palmas.)

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 143

O coordenador - Muito obrigado, Sra. Clarise Fernandes. Eu disse que a senhora teria voz nesta Comissão. A senhora ficou aqui esperando, pedindo para falar, e concedemos a oportunidade para a senhora. Parabéns pela insistência e permanência conosco. Muitos também queriam falar, mas não tiveram a persistência que a senhora teve de ficar até essa hora. Já estamos aqui há quase sete horas debatendo nesta Comissão da Câmara Federal. O Deputado Carimbão veio de Alagoas para participar desta reunião conosco. Passo a palavra para o Sr. Giovanni Alexandre Silva, Presidente do Projeto de Vida, para suas considerações finais.

O Sr. Giovanni Alexandre Silva - Serei breve. Em primeiro lugar, agradeço à assessoria do Deputado Weliton Prado que fez o convite ao projeto para estarmos aqui. Graças a ele, tivemos esta oportunidade importante. As pessoas vão relembando a caminhada que fizemos para fortalecer nosso trabalho que está aqui, na ponta. Também agradeço ao Deputado Federal Carimbão. Demorei para entender o nome. Agora sei que é Carimbão, o que é bom, demonstra que tem poder lá em cima de carimbar para a coisa caminhar.

O Deputado Federal Givaldo Carimbão - Eu sou o Carimbão, meu filho é o Carimbinho, minha filha é a Carimbeta e a minha mulher, D. Almofada. (- Risos.)

O Sr. Giovanni Alexandre Silva - Deputado Carimbão, a fala do senhor é o nosso combustível. Sua fala nos fortalece a cada dia, para levantar com mais determinação e dar sequência ao nosso trabalho. O senhor disse que trabalhamos, muitas vezes, com custo

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 144

muito baixo. Por isso, brigarmos tanto com os governos, tanto municipal quanto estadual, e quem sabe, um dia, chegaremos ao governo federal. Nossa instituição, a Comunidade para o Adolescente, foi a primeira do Estado, criada junto ao Secretário Cloves Benevides, o primeiro critério foi que não se cobrasse nenhum centavo da família. Trabalhamos 100% com recurso público. Não há nenhuma contribuição familiar, a não ser a participação da família no processo. A fala do senhor é o nosso combustível.

Quanto à questão política, quando o senhor fala que tem orgulho de ser político, também tenho orgulho de conhecer políticos sérios. Isso fortalece nossa crença nos políticos. Ficamos muito felizes em saber que pessoas como o senhor chegaram a um cargo como esse.

Deputado Leonardo Quintão, estivemos junto ao Subsecretário que, se Deus quiser, vai se tornar o Secretário, e também com o Secretário de Defesa Social Lafayette de Andrada, e uma das reivindicações foi que não perdêssemos o que conseguimos, que seria a rede complementar. Quando estivemos com ele, eles nos perguntou de forma taxativa o que queríamos. Fomos claros com ele ao dizer que precisávamos de uma rede complementar continuada, já que não cobramos da família. Precisamos de financiamento, porque as comunidades terapêuticas não são um negócio, mas fruto de dedicação. Por último, solicitamos acompanhamento. Como vemos muita situação ruim por aí, solicitamos que haja acompanhamento e fiscalização. Para relaxar um

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 145

pouco, Deputado Leonardo Quintão, se houver recurso, isso dá "pra" fazer. Dá um joia aí que dá "pra" fazer.

O Deputado Federal Givaldo Carimbão - Companheiro, Wellington Vieira, hoje de manhã, vinha pensando no avião de Brasília para cá, sobre as comunidades terapêuticas. Como relator, quero saber quantos por cento têm sede própria e o resto, que não têm sede própria. Você tem ideia? As que tiverem estrutura física própria...

O Sr. Wellington Vieira - Não.

O Deputado Federal Givaldo Carimbão - Quantas têm estrutura própria e quantas não são próprias?

O Sr. Wellington Vieira - No máximo 60.

O Deputado Federal Givaldo Carimbão - Estou pensando como relator, tenho de me ater à lei, vou conversar com as federações, construir com vocês, para abrir um financiamento...

O Sr. Wellington Vieira - Tenho uma proposta sobre isso, a estruturação, construção para adaptação ou compra de sede própria pronta, pode ser realizada por meio do fundo perdido do BNDES.

O Deputado Federal Givaldo Carimbão - Minha ideia, como relator, é colocar na lei que se abra financiamento, com juros subsidiados. Para que entendam meu raciocínio, hoje, uma cadeia para 400 presos custa R\$25.000.000,00. Estava fazendo as contas com o Cloves, hoje. Uma instituição que custe R\$300.000,00 ou R\$400.000,00 tem um tamanho bom. Se forem construídas 50 instituições a R\$300.000,00, totalizam R\$15.000.000,00, ou seja, 80 instituições a

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 146

R\$300.000,00 é o tamanho de uma cadeia que se constrói hoje. Se forem construídas 80 instituições que comportem 40 pessoas cada uma, serão 3.200 pessoas em tratamento. É importante que o governo e os Deputados Federais entendam esse processo. Imaginem, das 30 instituições existentes em Alagoas, 24 estão em sedes alugadas, com valores de R\$2.000,00 a R\$5.000,00, com média de R\$3.500,00. Depois de 120 meses, se todos os aluguéis forem de R\$3.000,00, totaliza R\$360.000,00. Se o governo federal abrir uma linha de financiamento com juros e alongamento do prazo de pagamento, será uma grande contribuição a esse movimento nacional.

O Sr. Wellington Vieira - Há muito fundo perdido do BNDES.

O Deputado Federal Givaldo Carimbão - Você concorda com essa proposta?

O Sr. Wellington Vieira - Claro.

O Deputado Federal Givaldo Carimbão - Obrigado.

O coordenador - Deputado Carimbão, há outra inconveniência na LDO. Um grupo de parlamentares de Minas Gerais e de outros Estados estão atentos a isso, pois a LDO não permite construção e ampliação em entidades filantrópicas. Isso inclui hospitais e clínicas de acolhimento. Vamos acabar com essa demagogia, com essa vergonha que a União tem feito. Isso foi colocado na LDO para dificultar o roubo, mas temos é de colocar o ladrão na cadeia, não dificultar as coisas para as pessoas de bem, que querem ajudar os hospitais filantrópicos e as clínicas de recuperação. (- Palmas.) Carimbão, vamos aprovar isso, com o apoio desta Subcomissão e das ONGs. Isso abrirá as

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 147

portas, porque hoje as entidades filantrópicas não podem receber recursos do governo federal para a construção de suas sedes. Isso é uma incoerência.

O Deputado Federal Givaldo Carimbão - No Brasil, quem pode receber o recurso direto são as santas casas. A proposta da bancada de Minas, com apoio de outros Estados, é importante. Esse processo foi fundamental para a LDO.

O coordenador - O relator da matéria é o Deputado Márcio Reinaldo, companheiro de Minas Gerais, que vai acolher a proposta. Vamos à Presidenta Dilma para que ela não vete essa proposta. Os técnicos falam na cabeça da Presidenta para não fazer isso, porque pode abrir espaço para a corrupção, muito pelo contrário. Não é a lei que impede o ladrão de roubar. Ladrão tem de ir para a cadeia, mas temos de facilitar as coisas para as pessoas de bem. Vamos fazer isso agora. Será um grande ganho para a União, para os Estados e Municípios.

O Sr. Giovanni Alexandre Silva - Deputado, instituições sérias não têm medo de fiscalização.

O coordenador - Não, é isso aí. Temos de defender os bons. A senhora pode falar. Ao microfone, por favor, diga a entidade a que pertence e seu nome novamente.

A Sra. Roseli Barcelos - Meu nome é Roseli Barcelos, sou da ONG Poços de Luz, de Poços de Caldas. Minha preocupação é em relação à fiscalização das comunidades terapêuticas que estão sendo abertas, porque sou a favor dos tratamentos asilares. Defendo isso com unhas e
Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 148

dentes, mas tenho visto realidades em que até torturas são praticadas. Nos quadros da Vigilância Sanitária, está a Resolução nº 101, citada pelo Deputado Carimbão, que achou ser severa demais. Ainda assim, são mais fáceis de serem atendidas por comunidades terapêuticas, do que a questão ética. Na cidade de Poços de Caldas, que não tem mais de 170 mil habitantes, há duas clínicas que apresentam problemas gravíssimos, com óbitos, inquéritos instaurados, laudo de IML comprovando a morte, e não temos resposta do poder judiciário, da polícia ou do Ministério Público. Ninguém toma providências.

O coordenador - Solicito que a senhora encaminhe sua denúncia para esta Subcomissão, e a colocaremos em nosso relatório. Temos de apoiar os bons e combater os maus. Temos de partir desse princípio. Infelizmente, o Brasil está fechando as portas para os bons combaterem os maus. Vamos fazer isso nesta Comissão. O Wellington, que representa o Vereador Iran, quer fazer uso da palavra. Depois encerraremos esta reunião, pois já estamos aqui há praticamente sete horas debatendo. Esta reunião foi valiosíssima. Quero agradecer o Deputado Carimbão e o Deputado Reginaldo Lopes, que teve de se ausentar. Também agradeço o Deputado Weliton Prado, coordenador do Estado e o Deputado Geraldo Thadeu, nosso relator estadual. Eu sou o coordenador do Estado de Minas. Com a palavra, o Sr. Wellington. Após, o Vereador Hugo Thomé, Presidente da Comissão de Combate às Drogas de Belo Horizonte.

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 149

O Sr. Wellington Rodrigo Aguilar - Depois de ter tido o prazer de participar desta audiência, não poderia deixar de parabenizar a Mesa por esta iniciativa brilhante. Tenho certeza de que será fundamental para a concretude dos trabalhos, por conhecer os parlamentares Weliton Prado, Leonardo Quintão e Carimbão, que tive a oportunidade de conhecer. Fiquei admirado por sua sustentação, por sua história. O caminho é esse mesmo. Como foi dito pelo nobre Vereador, amigo da Câmara, Hugo Thomé, não é uma causa de base e oposição. Como parte da oposição, tenho certeza de que o Vereador Iran Barbosa estará somando esforços por se tratar de uma causa que vem assombrando a juventude brasileira. Estaremos juntos nesta causa.

Para finalizar, parabenizo a abordagem da juíza, Dra. Valéria. Como estudante de direito, acho de grande valia a mudança da mentalidade de nós, operadores do direito, para atentarmos mais para o lado social, acompanhando a tendência da sociedade. Isso é válido e fico muito feliz com os tópicos abordados hoje. Tenho certeza de que esta iniciativa será vitoriosa. Parabéns à Assembleia Legislativa, mais uma vez, por recepcionar este grande evento.

O coordenador - Muito obrigado, Wellington, que representa neste ato, o Vereador Iran Barbosa. Com a palavra, o Vereador Hugo Thomé, Presidente da Comissão Antidrogas, da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

O Vereador Hugo Thomé - Muito obrigado, Deputado Leonardo Quintão. Mais uma vez agradeço o convite. Deixo registrado que, no mínimo, cinco Vereadores passaram por esta Comissão. Estiveram aqui

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 150

os Vereadores Elias Murad, Geraldo Félix, o Wellington, representando o Iran; a Rose, representando a Vereadora Sílvia Helena e eu. A Câmara Municipal está atenta a este tema. Como em Brasília estão discutindo o tema, na Câmara, estamos construindo um acordo, tentando conciliar todos os projetos de interesse do tema, para unificar a proposta, articulada com o governo municipal. Há uma proposta caminhando, que estamos estudando bem, para que Belo Horizonte crie uma Secretaria para tratar do tema, que é extremamente relevante. Mas tudo ainda está em estudos. Disse que devemos ter prudência para tratar do tema e paciência, pois não adianta correria, mas também estamos naquela situação de que não podemos perder tempo. Não pode demorar muito, porque o caso é emergente e vamos encontrar o melhor caminho para resolvê-lo. Externo minha alegria por estar aqui e coloco-me à disposição para o que for necessário. A Câmara Municipal de Belo Horizonte aguarda uma visita, em breve, dos nobres colegas na Capital mineira. Muito obrigado.

O coordenador - Muito obrigado, Vereador Hugo Thomé. Desejamos a você sucesso em sua comissão municipal. Vamos manter interação da nossa Subcomissão da Câmara Federal com a Comissão na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Contém conosco. Sei da seriedade do trabalho desenvolvido por V. Exa. nesta capital.

Anuncio a presença do Admilson, da Comunidade Quirino, de São João del-Rei. Seja bem vindo. Parabéns pelo trabalho que o senhor desenvolve em São João del-Rei e em Alagoas, como foi lembrado aqui pelo Deputado Federal Carimbão.

Código do documento: 850241

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 151

Mais uma vez ressalto o trabalho do Deputado Reginaldo Lopes, Presidente da Comissão Especial; do Deputado Carimbão, que veio de Alagoas para estar aqui conosco. Ele está há quase 30 anos trabalhando com esse tema e nos traz números claros, mostrando que vale a pena investir nas pessoas e não desperdiçar dinheiro nas cadeias, nas Febens. Infelizmente, não temos condições de recuperar as pessoas em cadeias e Febens. (- Palmas.) É com o apoio das Ongs e das associações que vamos recuperar e investir nas pessoas. Parabenizo o Deputado Weliton Prado, um dos coordenadores no Estado, pelo trabalho que desenvolve na Comissão. O trabalho em Minas Gerais, com sua presença e seu empenho, tem surtido efeito.

Faremos esse relatório. V. Exa., eu e o nosso relator, Deputado Geraldo Thadeu, iremos fazê-lo a seis mãos, com o apoio da sociedade, do Legislativo e da Câmara Federal. Parabéns a você!

Ressalto o trabalho do Deputado Eros Biondini, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades Terapêuticas e Acolhedoras e APACs. Parabenizo esse Deputado, que tem desenvolvido excelente trabalho e que esteve conosco até agora, mas que precisou nos deixar para participar de outra reunião, realizada aqui ao lado, em outro Plenário. Ressalto ainda o trabalho do Deputado Geraldo Thadeu, nosso relator no Estado, assim como o de todos vocês.

Serei insistente e farei um pedido, mais uma vez, aos nossos convidados. Concederemos o prazo, talvez de uma semana, para que coloquem no papel tudo o que disseram aqui. Esses dados, junto às notas taquigráficas, muito nos ajudarão. O tempo foi pouco para que

Código do documento: 850241

<p style="text-align: center;">Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação Evento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura</p>
--

Seminário Estadual de Políticas Públicas de Combate às Drogas

27/6/2011 - 14 horas

Seqüência: 1 Pág.: 152

falassem, portanto coloquem tudo no papel, com paciência, e encaminhem suas anotações à nossa Comissão Especial. Minha assessoria entrará em contato com o Geraldo Thadeu, nosso relator, que, em seu relatório incluirá, na íntegra, as falas de todos. Posteriormente tudo será encaminhado ao Deputado Carimbão. Muito obrigado e que Deus nos abençoe neste trabalho.